



MESTRADO EM ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO

FRANCISCO D. ALPENDRE DOS SANTOS

**NEO-CORONELISMO, ENXADA E URNA ELETRÔNICA - ENSAIO
HISTÓRICO DE COOPTAÇÃO PATRIMONIALISTA DO ESTADO
BUROCRATA BRASILEIRO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS CONCRETAS NO
PROCESSO DEMOCRÁTICO-MATERIAL NACIONAL CONTEMPORÂNEO**

CURITIBA

MARÇO 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

FRANCISCO D. ALPENDRE DOS SANTOS

**NEO-CORONELISMO, ENXADA E URNA ELETRÔNICA - ENSAIO
HISTÓRICO DE COOPTAÇÃO PATRIMONIALISTA DO ESTADO
BUROCRATA BRASILEIRO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS CONCRETAS NO
PROCESSO DEMOCRÁTICO-MATERIAL NACIONAL CONTEMPORÂNEO**

**Dissertação apresentada ao Centro Univer-
sitário Franciscano do Paraná - UniFAE,
para obtenção de grau de Mestre em
Organizações e Desenvolvimento, na Área
de Organizações e Desenvolvimento Local.**

**Orientador: Prof. Ph.D Belmiro Valverde
Jobim Castor**

**CURITIBA
MARÇO 2007**

TERMO DE APROVAÇÃO

FRANCISCO D. ALPENDRE DOS SANTOS

**NEO-CORONELISMO, ENXADA E URNA ELETRÔNICA - ENSAIO
HISTÓRICO DE COOPTAÇÃO PATRIMONIALISTA DO ESTADO
BUROCRATA BRASILEIRO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS CONCRETAS NO
PROCESSO DEMOCRÁTICO-MATERIAL NACIONAL CONTEMPORÂNEO**

Esta Dissertação foi aprovada pelo Curso de Mestrado Acadêmico Multidisciplinar em Organizações e Desenvolvimento da UniFAE - Centro Universitário Franciscano do Paraná.

Curitiba, 30 de março de 2007.

Prof. Dr. José Edmilson de Souza Lima
Coordenador do Curso
UniFAE Centro Universitário

Prof. Ph.D Belmiro Valverde Jobim Castor
Orientador
UniFAE Centro Universitário

Prof. Ph.D Marcos M. Schlemm
Examinador Externo
PUC/PR

Prof. Dr. Luis Fernando Pereira Lopes
Examinador Interno
UniFAE Centro Universitário

Agradecimentos

A Weber, Rousseau, Marx, Engels, Freidman, Aristóteles, Fukuyama, Bobbio, Camões, Montesquieu, Popper, Rousseau, Durkheim e Sófocles por terem tornado tão fácil essa tarefa, ao oferecem involuntariamente seus ombros de gigantes para eu me apoiar.

A Barroso, Castor, Cardoso, Faoro, Freyre, Furtado, Holanda, Leal, Guerreiro Ramos, Ribeiro e Vargas, gigantes nacionais, que me engrandeceram com seus ensinamentos.

E a Carmen Campana e Antonio Alpendre, cujo gigantismo transcende a pieguice de uma página de agradecimentos.

RESUMO

SANTOS, Francisco D. Alpendre dos. **Neo-coronelismo, enxada e urna eletrônica** - ensaio histórico de cooptação patrimonialista do estado burocrata brasileiro e suas conseqüências concretas no processo democrático-material nacional contemporâneo. 2007. 157p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - UniFAE - Centro Universitário. Curitiba, 2007.

O presente estudo tem como objetivo principal demonstrar a falência de nosso sistema do que chamamos de democracia participativa, eleitoral e socialmente, optando por chegar a esta conclusão ao traçar um histórico do brasileiro como povo numa análise étnico-sociológica. Ao fazê-lo busca-se demonstrar sua tendência natural de submeter-se à cooptação num Estado patrimonialista e de estamento e como este processo histórico-social acaba por culminar, num ajuste de foco e de conseqüências, de maneira direta e indireta na falácia de um processo eleitoral formal que, do ponto de vista da democracia material, mostra-se inexistente, através de análise desenvolvida de maneira empírica e de dedução. Começamos por mostrar a formação histórica de nosso povo e suas peculiaridades. Como a miscigenação entre índios locais, escravos e portugueses cria um povo singular e único, cuja característica mais marcante é a cordialidade e como isso afeta sobremaneira a relação que ele possui com o Estado. Num segundo capítulo, mostramos como este organismo surge no país e suas características mais marcantes – a burocracia, o patrimonialismo e o estamento e como a formação sociológica de nosso povo influencia na forma como nos relacionamos com a coisa pública. Finalmente mostramos as conseqüências deste tipo de relação num processo eleitoral, traçando um histórico do eleitorado brasileiro, sua composição e formação política e a forma como votamos, do coronelismo clássico ao neo-coronelismo contemporâneo da urna eletrônica. Como conseqüência direta do exposto nos capítulos 1 e 2 demonstra-se a dificuldade de um povo em estabelecer-se como civilização, quando recebe uma herança social desta monta, aliado à sua noção e relação com o Estado para atingir a democracia plena. Concluimos, finalmente, com uma análise que engloba todo o quadro e damos as sugestões que julgamos que possam ser úteis para a mudança deste quadro no futuro. Adotou-se para a realização do presente uma pesquisa histórico-dedutiva, com ênfase no referencial teórico clássico e contemporâneo. Para chegar ao resultado final, que era inicialmente demonstrar a não eficácia de nosso sistema democrático achou-se necessário traçar um histórico paralelo do cidadão brasileiro e de sua relação com o Estado, como forma de prover referencial teórico que desse sustentação às nossas teses bem como torná-las de maior acessibilidade ao leitor e, paralelamente, demonstrar a pesquisa científica.

Palavras-chave: sociologia; Brasil; Estado; patrimonialismo; cordialidade; estamento; eleições; democracia; elites; eleitorado; coronelismo; democracia; política; burocracia.

ABSTRACT

SANTOS, Francisco D. Alpendre dos. **Neo-coronelismo, enxada e urna eletrônica** - ensaio histórico de cooptação patrimonialista do estado burocrata brasileiro e suas conseqüências concretas no processo democrático-material nacional contemporâneo. 2007. 157p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - UniFAE - Centro Universitário. Curitiba, 2007.

The present essay intends, as its primary goal, to show the absolute failure of our democratic system, in a social and electoral point of view, choosing to reach this conclusion by tracing a historical pattern of the brazilian people through a sociological-ethnical analysis. By doing it so, it tries do demonstrate a natural tendency of the people to submit themselves to a cooptation status, in a patrimonialistic state and how this historical –social process ends up, in a focus adjustment , through a straight and non-straight way, by an electoral formal process that, seen by the material democratic way, shows itself non-existent, through a developed and empirical analysis. We began by showing the historical formation of our people and its peculiarities. How the mixing between local indians, slaves and portuguese created an unique population, which their main and most important carachteristic is the cordiality and how it affects the upcoming relation with the state. In the second chapter, we show how this organism erupts in the country and its most important characteristics – bureaucracy, patrimonialism and “stament” and how the sociological formation of our people influenciates in the way we treat public stuff. Finally, we show the consequences of this kind of relationship in the electoral process, tracing an historical picture of the brazilian elections and the way brazilian people vote, from “coronelismo” classic to “neo coronelismo’. As a straight and direct consequence of the subject exposed in Chapters II and III it demonstrates the struggles of a people who inherits a social DNA, combined with a notion and relationship with the state to reach its fulfilling democracy. It concludes, finally, with an analysis which encloses the whole picture and provide suggestions that we judge might be useful for structural changes in the future. To accomplish this essay, a historical-deductive research has been made, emphasizing classical and contemporaneous theorical approach. To reach the final result, which was mainly to demonstrate the non-effectiveness of our democratic system, it was necessary to trace a historical parallel of the brazilian citizen and his relationship with the state, as a way to provide theorical reference which might give support to our thesis and at the same turn them more accessible to the reader himself.

Key word: sociology, Brazil, state, patrimonialism, cordiality, stament, elections, democracy, elites, voters, “coronelismo”, politics, bureaucracy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
1.1. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	10
2 HISTÓRICO ÉTNICO-SOCIAL DE NOSSO POVO	14
2.1 FORMAÇÃO SOCIOLÓGICA ORIGINAL OU COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI	14
2.2 INDÍGENAS E ABORÍGENES.....	18
2.2.1 Importância Jesuíta e Formação de Pensamento e Moral Cristão-Católico no Brasil e sua Influência na Deculturação Indígena	23
2.3 NEGROS AFRICANOS.....	27
2.3.1 A Origem Africana e Passividade Histórica.....	34
2.4 PORTUGUESES.....	38
2.4.1 Portugueses e Comércio. O Início do Compadrio.....	44
3 O BRASILEIRO E O ESTADO – SÉCULOS DE RELAÇÃO DE PRECEDÊNCIA E DOMÍNIO	49
3.1 O HOMEM CORDIAL – CONFUSÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO.....	49
3.2 HISTÓRIA DO ESTADO – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA – COLÔNIA E IMPÉRIO.....	55
3.2.1 República.....	57
3.3 PATRIMONIALISMO BUROCRÁTICO AO ESTAMENTO – CONTORNOS DE DOMINAÇÃO E COOPTAÇÃO	65
4 DEMOCRACIA BRASILEIRA - PROCESSO POLÍTICO ELEITORAL E SUAS DEFORMIDADES NUM ESTADO DE COOPTAÇÃO E ESTAMENTO	77
4.1 HISTÓRICO DO VOTO NO BRASIL.....	77
4.2 O CORONELISMO CLÁSSICO BRASILEIRO	85
4.3 COMPOSIÇÃO DO ELEITORADO BRASILEIRO E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA VIDA POLÍTICA.....	96
4.3.1 "Democracia" Moderna e Efetividade da Participação	100
4.4 ELITES BRASILEIRAS E SUA LÓGICA – COOPTAÇÃO E PODER.....	111
4.4.1 Elite Burocrática Brasileira Diretorial – um Capítulo à Parte	118
4.5 NEO-CORONELISMO E A MODERNA "DEMOCRACIA" BRASILEIRA	123

4.5.1 Os Neo-Coronéis e a Questão do Orçamento	133
5 CONCLUSÃO	138
6.1 SUGESTÕES PARA PESQUISA E NOVOS TRABALHOS	148
REFERÊNCIAS	150

Qualquer brasileiro poderá governar esse Brasil

Lenhador

Lavrador

Pescador

Vaqueiro

Marinheiro

Funileiro

Carpinteiro

Contanto que seja digno do governo do Brasil

Que tenha olhos para ver pelo Brasil

Coragem de morrer pelo Brasil

Mãos para agir pelo Brasil

Mãos de escultor que saibam lidar com o barro forte e novo dos Brasis

Mãos de engenheiro que lidem com inglesias e tratores

(europeus e norte-americanos a serviço do Brasil)

Mãos sem anéis (que os anéis não deixam o homem criar nem trabalhar)

Mãos livres

Mãos criadoras

Mãos fraternais de todas as cores

Mãos desiguais que trabalhem por um Brasil sem

Azeredos,

Sem Irineus

Sem Maurícios de Lacerda.

Sem mãos de jogadores

Nem de especuladores nem de mistificadores

Mãos todas de trabalhadores,

Pretas, brancas, pardas, roxas, morenas,

De artistas

De escritores

De operários

De lavradores

De pastores

De mães criando filhos

De pais ensinando meninos

De padres benzendo afilhados

De mestres guiando aprendizes

De irmãos ajudando irmãos mais moços

De lavadeiras lavando

De pedreiros edificando

De doutores curando

De cozinheiras cozinhando

De vaqueiros tirando leite de vacas chamadas comadres dos homens

Mãos brasileiras

Branças, morenas, pretas, pardas, roxas

Tropicais

Sindicais

Fraternais.

Eu ouço as vozes

Eu vejo as cores

Eu sinto os passos

Desse Brasil que vem aí

1 INTRODUÇÃO

O ideal do Estado liberal, democrático por natureza, produto final das forças resultantes de um doloroso processo histórico que nos traz organizado politicamente aos tempos atuais pressupõe uma coletividade organizada em torno do que ela julga ser o bem comum.

Em tese, deveria ser, desprezados os evidentes interesses de classe daqueles membros antigos da nobreza burguesa que ousaram afirmar que logo que os homens se encontravam em sociedade perdiam o sentimento de suas fraquezas e, num processo de evolução e materialização histórica, ascenderiam a um Estado cujo império da lei os impediria de eliminarem-se reciprocamente e garantiria o convívio em comum.

Autocracia, democracia. Supostamente termos antagônicos mas que guardam um senso comum, independente do autor da frase e do tempo em que foi proferida: o povo precisa ser conduzido. Seja por uma coletividade democrática, seja por poucos. A realidade é que independente do momento histórico em que se situa e do autor que o define, ele precisa deste guia. Admirou-se o povo moderno que se julgava revolucionário por confiar a eles, à plebe ignara, a escolha de sua autoridade. Dois séculos e um quarto depois, tal qual Narciso apaixonamo-nos perdidamente pela imagem do nosso próprio reflexo em um lago, ao proferirmos em alto e bom tom que o Brasil do século XXI possui o sistema de escolha de seu guia mais moderno do planeta e que, finalmente, atingimos a maioria democrática. Entenda-se como quiser este conceito mas a propaganda institucional e de mídia poderia ilustrar essa bela história de sufrágio histórico com a continuação da lenda grega, através da morte do belo pretendido que, ao desdenhar de seus pares, foi amaldiçoado pelos deuses a apaixonar-se pelo primeiro homem que o avistasse e, ao ver seu reflexo num lago, afogou-se.

Não somos objetos de lendas gregas. Não por sermos um povo desinteressante e não afeito aos mitos e sim por uma vocação maior para contar histórias que, de tão absurdas, deixariam os contistas gregos corados. Prova-

velmente rasgariam tudo que escreveram porque nossa realidade histórica é tão mais absurda que provocaria tal atitude. Somos mais lendários, na realidade, do que os maiores contadores de lendas de todos os tempos. Vencemos indiscutivelmente o desafio homem-mito.

O Brasil, conforme sabemos, é um país de contrastes e antagonismos sociais e sociológicos. Democráticos e autocráticos. Como se pode explicar que uma terra de 170 milhões de habitantes, repleta de riquezas naturais, com ligação direta com o oceano Atlântico por sua vastíssima faixa litorânea, tão rica e pródiga em material humano, tão repleta de força de trabalho, incensado por si e por outros povos como uma raça de natureza multicultural, hospitaleira e de fino trato, o que pressupõe, em tese, uma economia vibrante e bem distribuída, possua tanta concentração de renda e uma população tão alheia ao processo político-eleitoral? Como este povo, que reclama tanto de sua classe política, fecha os olhos para questões tão básicas e se desprende tanto de qualquer embate social? Qual a explicação para que uma nação que se originou quase sem guerras, que convive em paz e possui uma língua só em um território tão grande seja tão alienada de seu próprio tempo e história ao ponto de, num sistema que se diz democrático, delegar a uma aristocracia burocrática que sequer pode ser chamada assim, numa definição formal clássica, o seu destino?

Contraposições a este tipo de aporia são delicadas. Uma linha convergente de pensamento que afirma que somos um sistema democrático, porém com decisões políticas cooptantes e de poder altamente concentrado, cuja imutabilidade material prescinde de ascensão social deveria causar um enorme distúrbio social. Uma organização populacional. Um levante de classes. Poder-se-ia julgar, quem sabe, que às classes mais ignaras faltaria o instrumento de conhecimento mais básico para provocar o levante. Isso já era básico em Marx, que não vislumbrava uma capacidade de revolução nem de participação nas questões do Estado às classes que não estavam preparadas intelectualmente para tanto.

Todavia, o Brasil subverte até aí as linhas clássico-filosóficas e de ciência política. Em nosso país sequer as classes que detêm parte do poder econômico e

são massacradas pela insanidade do dirigismo estatal desejam mudanças na forma de enxergar o Estado. Aqui não. O brasileiro ama o Estado. Não consegue viver sem sua asa de proteção, seja ele rico, seja pobre. Todos, afinal, desejam uma contribuição unilateral. Não conseguem imaginarem-se sozinhos. Possuem uma relação típica de adolescente com seu pai que não o deixa tomar seu rumo, ir trabalhar. Nem o adolescente quer nem o pai deseje.

Somos um povo cuja definição sociológica é muito mais complexa do que se possa imaginar. Definidos estruturalmente como sociedade que nasce e reproduz-se cartorialmente, através de um processo de assimilação das estruturas ibéricas que aqui se instalaram na Colônia, manteve-se no Império e perpetuou-se por toda a República. Uma estrutura pesada, amorfa e improdutiva. Um arcabouço de normas burocratizantes que engessa o desenvolvimento e nos remete a um estágio de burocracia pré-capitalista. Uma comunidade social que conjugou os costumes oriundos de características muito peculiares de miscigenação e realização histórica, formada pela deculturação indígena e escravidão única (transformador de um negro de estrutura eminentemente tribal em um elemento único de nossa sociedade) com um sentimento de cordialidade e arcaísmo português e sua incrível capacidade de tentar fazer esquemas e mostrar-se mais íntimo do que é. Somos, isto é inegável, uma sociedade que não consegue se enxergar longe da capa protetora do dirigismo estatal bem como da forma ibérica de relacionar-se com o alheio, comercial e socialmente, transformamo-nos em uma nação envolta de diminutivos. Seja na forma como tratamos os estranhos, seja na capacidade que possuímos de tentar mudar este quadro.

Partimos de duas premissas claras e indiscutíveis: o brasileiro não consegue desvincular-se do Estado. Seja sob qualquer ângulo que avistemos vivemos um processo de encantamento e de desvirtuamento da relação cidadão-ente máximo da coletividade. Secundariamente, o processo de participação da sociedade brasileira na tomada de decisões políticas, afetado pela sua formação

histórica e pela cooptação patrimonialista presente em nosso país e a forma como este povo relaciona-se com a chamada democracia, direta ou indiretamente, é um verdadeiro fracasso. Não há melhor palavra na língua portuguesa para defini-la. Nem sinônimos seriam mais perfeitos: inêxito. Malogro. Derrota. E derrota em todos os níveis e estratificações sociais. Fora das melhores turmas dos considerados círculos acadêmicos de excelência não se sabe exatamente o que nossos representantes constitucionalmente eleitos, tanto no Legislativo quanto no Executivo, efetivamente fazem (de fato, na maioria dos casos nem nas melhores turmas..). Quais são suas atribuições. Como chegaram a este patamar. Qual o grau de legitimidade para defender seus próprios interesses. Em quem votar. Como votar.

O único sentimento vivo que transpira de qualquer discurso de habitante brasileiro, independente do nível social (evidente, com a rara exceção daqueles que participam diretamente do processo de tomada de decisões deste país. Mesmo assim até estes estão perdendo a capacidade de dissimular diante do quadro que se apresenta) é o de frustração e desalento. Respostas genéricas e batidas: "são todos ladrões", "é uma vergonha", etc. Claro que a classe 'dirigente' contribui para tanto. Mas em poucas democracias reconhecidas como tal o formal está tão longe do material. Talvez porque ele tenha tanto receio em reconhecer naquele político que tanto lhe traz vergonha e asco a sua própria face. Sua própria deserção moral. Ou quem sabe até mesmo aquela ponta de inveja por não estar participando daquela negociata que, como já dizia o frasista local, "é todo bom negócio para qual não fomos convidados".

Somos um povo precedido por um Estado. Nossa sociedade, ao florescer como genuinamente brasileira e trazendo consigo, pela sua formação genética o "tipo histórico tismado com as cores quentes da África com um indígena demasiado tosco para quem conhece a etnografia das Américas"¹, como dizia Gilberto Freyre

¹ FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51.ed. São Paulo: Global, 2006. p.124.

encontra a conjugação de um povo que, juvenil perante o mundo, traz consigo uma carga de burocracia estatal que foi praticamente importada *ipsis literis* da Península Ibérica.. Ao contrário do que normalmente acontece com as civilizações modernas, a formação de nossa população e cultura veio depois que o Estado já estava instalado, com todas as suas peculiaridades, idiosincrasias mas, pior, com toda sua excessiva dose de compadrio e inexistência de dissociação entre o público e o privado que tanto nos acomete até hoje. Justamente por isso, esta instituição moderna teve e continua tendo poderes explícitos e maiores do que deveria neste país, fazendo o povo submeter-se a ele, e não o contrário. Esta "precedência" gerou um sem número de conseqüências políticas, econômicas e sociais cujos efeitos podemos sentir até hoje ². O principal é que a população subordina-se e fascina-se com o Estado. Evidente, é uma instituição que a precedeu, que demonstra seu poder. O seu reflexo principal é que se cria uma pseudo aristro-burocracia que se julga acima, não subordinada às vontades populares. Não são meros dirigentes do Estado. São o Estado em si.

O descolamento do cidadão em relação ao Estado não é difícil de perceber nem de explicar. As relações Estado-cidadão são absolutamente desiguais. Como bem disse Castor:

as relações entre o Estado e o cidadão são marcadas pela mais absoluta desigualdade, em que os direitos individuais, por mais cristalinos que sejam, são freqüentemente ignorados ou têm o seu reconhecimento demorado, penoso e dependente de interpretações, pareceres e precedentes.³

O Estado no Brasil tem duplo prazo para recorrer nas questões judiciais. Pode demorar anos para pagar seus débitos líquidos e certos, transitados em julgado, sem grandes prejuízos. Na maioria das vezes nem paga porque quase nenhum Ministro do Supremo Tribunal Federal possui "coragem" para seguir a Constituição e

² CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O Brasil não é para amadores**. Curitiba: Travessa dos Editores. 2004. p.18.

³ Ibid., p.181.

decretar a intervenção do Estado-membro que desobedecer ordem judicial, como o não pagamento de precatórios⁴. Percebe-se como estamos num país do faz-de-conta quando o simples cumprimento de uma norma constitucional, que deveria ser básica e primária na cabeceira de qualquer cidadão, demanda este tipo de palavra para conceituar a atitude de um Ministro em acordo com a lei máxima.

Diante desta precedência Estado-Cidadão, deste absoluto domínio da máquina por grupos que se julgam donos dela e pior, da subordinação deste povo a esta condição, não é de se estranhar que o quadro político-administrativo brasileiro se apresente da forma atual. Nossas elites, se é que podemos chamá-las assim, sempre foram pródigas em fazer valer seus mais absurdos privilégios mas a sua vontade em realizá-lo é inversamente proporcional ao êxito em transformar sua condição de classe dirigente e propulsora do desenvolvimento de uma nação.

Este processo histórico-social, de alienação das massas e de submissão a esta condição, de completa e total inobjetividade e inoperância de um sistema de dirigismo estatal coordenado por poucos e de nula participação popular em tomada de decisões não pode ser mais ignorado. O Brasil precisa se redescobrir, ainda que sua população não fique muito feliz com o rosto pintado que sairá desta verdadeira caixa de Pandora.

Razões para isto existem muitas. Causas serão demonstradas. O conceito de história foi redefinido. Não podemos mais tratá-la meramente como a ciência básica que procurava demonstrar as atualidades com conceitos pré-determinados em tempos passados. Ao formular questionamentos não executados, a pesquisa histórica teve seu horizonte expandido, explicitado e alargado. História e, evidentemente, Sociologia ao seu lado tratam atualmente de encontros. Da visão que os sentimentos,

⁴ Pagamentos devidos pelo Estado através de decisões judiciais que devem ser incluídas no Orçamento do ano posterior à concessão.

pensamentos e conceitos dos homens passados traziam em seus escritos e ações, conjugadas às visões atuais do homem contemporâneo.

Diante deste quadro, os testemunhos e provas do homem passado, conjugado a esta relação direta com o homem atual e com as peculiaridades de nossa gente e nosso povo tornam a pesquisa científica e as análises mais fecundas e, por que não dizer, revolucionárias⁵.

Impossível que este processo ocorra sem diagnóstico preciso contra o que se deseja demonstrar. Uma análise histórico-cultural nos demonstrará inicialmente como nosso povo é formado, do ponto de vista da construção social. Índios, negros e portugueses, com as peculiaridades de cada povo e seu reflexo na formação de uma coletividade que é insuflada como criativa, cordial e de fino trato mas que, na prática, carece de identidade contemporânea e mostra-se insegura e incapaz para desenvolver-se materialmente num mundo globalizado, capitalista e cada vez mais impessoal.

Num segundo ponto, ilustraremos como esta formação de nosso povo influencia na forma como ele enxerga e interage com o teoricamente organismo máximo de expressão da coletividade no liberalismo burguês máximo: o Estado. Como esta expressão institucional da vitória liberal formou-se e amorfou-se e o paralelo histórico de suas origens patrimonialistas e de estamento. Como a formação do povo brasileiro afeta a sua percepção do que o Estado deve fazer por ela e vice-versa, bem como um traçado histórico desta instituição.

Finalmente, depois de enxergarmos com clareza do que é feito o brasileiro e como ele se relaciona com o ente público partimos para a demonstração teórica e empírica de como funciona nosso processo eleitoral, com suas deformidades, patologias e anomalias decorrentes de todos os fatores supra-citados. Pormenorizadamente, dedicaremos espaço especial à formação do eleitorado brasileiro, o

⁵ **Duby, Georges:** O TEMPO DAS CATEDRAIS. 314 págs. Editorial Estampa, Lisboa, 1979

histórico de voto de cabresto e de adequação da massa legitimadora dos desmandos das elites e, finalmente, uma viagem do coronelismo clássico que aqui imperou à sua versão moderna – o neo-coronelismo, praga nefasta porém necessária na perpetuação de nossos costumes e práticas econômico-sociais, praticada atualmente com maior veemência do que nunca, com auxílio da comunicação e dos meios mais caros. A função última é apenas uma: auxiliar aos que se perpetuam ad eternum numa instituição que pouquíssimas vezes foi usada por indivíduos que nele enxergavam um projeto de governo e sim, como é práxis neste país, um projeto de poder.

Este trabalho, ao confrontar a análise histórico étnico-social do brasileiro, fazendo um paralelo com sua relação com o Estado e as deformações do processo eleitoral que as resultam, procura explicar o brasileiro sob uma ótica dedutiva formal, na qual aliam-se nosso comportamento genético e herança sociológica à nossa impossibilidade de enxergar nosso mundo além-Estado, concluindo pelas deformidades de um processo político-eleitoral que, per se, não se preocupa em mudar este quadro e sim perpetuá-lo.

Este, enfim, é o objetivo desta dissertação. Salvo por questões muito pontuais, ela não preza pelo ineditismo, muito pelo contrário. Muitos e melhores autores já fizeram, com maior classe e senso crítico o paralelo que aqui se tenta, timidamente, demonstrar. Sabe-se que o próprio processo de auto-análise sociológica de uma sociedade é deveras complexo, ainda mais em se tratando de um país que, literalmente, pode ser considerado de outro mundo, pelas características e singularidades que não se encontram em lugar algum do globo. É um trabalho dolorido porque enxergamos nossas chagas mesmo sabendo de cor e salteado a receita para mudarmos

O diagnóstico é duro e desanimador. A herança é pesada demais. Porque quase chegamos a acreditar que somos realmente um povinho pusilânime e de pouquíssima importância, perdidos num pedaço deste planeta cuja única importância recente na história do globo é o tráfico de drogas para os países considerados desenvolvidos.

Todavia, embora a lógica e o senso comum nos recomendem que pensar isso é a decisão mais inteligente pensamos que uma análise desta monta possa ser útil justamente porque tenta responder a perguntas que, de tão óbvias que são, não conseguimos enxergar. Já fomos tachados de um mero anteparo do acaso que se encontrava entre o Velho Mundo e o lucrativo comércio das Índias. Já fomos considerados a terra do milagre. Do crescimento recorde mundial da economia. Já fomos tachados, não faz muito, de um bloco chamado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), que congregava as nações emergentes de maior potencial para investimento no século XXI. Já fomos, inclusive incensados por nós mesmos como a nação da democracia moderna, pelo fato de usarmos máquinas que em uma hora fornecem os resultados de nossas eleições. Somos tudo isso e quase duzentos milhões de habitantes e pouco menos da metade que isso de eleitores, dos quais quase a totalidade não sabe o que faz um Senador da República. Somos, ao mesmo tempo, tudo e nada de um pedaço de terra esquecido pelos povos considerados desenvolvidos deste mundo pós-moderno. Procurar descobrir quais as razões de tamanha falta de expressão de cidadania é o nosso principal objetivo.

1.1 Metodologia da Pesquisa

Uma vez estabelecido o tema, encontrado o problema e formulada a hipótese é de fundamental importância definir qual o método científico metodológico a ser utilizado para o desenvolvimento do presente.

Em linhas gerais o método é, segundo Menezes, "o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação científica".⁶

Existe um sem número de métodos que podemos citar como cientificamente aceitáveis. Em linhas gerais podemos destacar os de carácter dedutivo, hipotético-

⁶ MENEZES, Estera Muskat. **Metodologia da pesquisa...** op. cit., 1999, p.25.

dedutivo, dialético e fenomenológico.⁷

O método dedutivo pressupõe que só a razão é capaz de levar o homem ao conhecimento verdadeiro. Explica e define o conteúdo das premissas existentes para a formulação de casos específicos, numa escalada descendente de desenvolvimento científico, do geral para o particular.

O método indutivo considera o fundamentado pela experiência, desconhecendo conceitos pré-estabelecidos. O conhecimento vem do empirismo e de observações de casos concretos.

Karl Popper, em seus escritos mais complexos a respeito do positivismo, foi um dos precursores do método hipotético-dedutivo. Resume na resultante de um processo científico que asserta que, uma vez que os conhecimentos disponíveis para determinado assunto são insuficientes para explicação de determinado fenômeno, estamos defronte a um problema que só pode ser solucionado através da formulação de hipóteses específicas que serão confrontadas com este problema. Esta hipótese, obrigatoriamente baseada no empirismo, procura evidências para contradizer estas evidências. Embora tenha muitas semelhanças com o método dialético diferencia-se deste pela razão que neste último o empirismo não é necessário, bastando a confrontação de contradições que transcende a uma terceira que demandará solução.

Finalmente, o método fenomenológico procura explicar a realidade como ela é, não dependendo de induções, deduções ou confrontações para explicá-la. O problema não está nas causas nem conseqüências mas sim no fenômeno em si, que será traçado como tal, sem conexões anteriores ou posteriores.

No presente trabalho resta claro que o método utilizado foi o hipotético-dedutivo, já que partíamos de situações gerais para as especificidades do caso em tela. Em suma: da premissa da falência do sistema democrático procuramos explicá-lo através das razões histórico-contemporâneas de formação do nosso

⁷ LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

povo, do patrimonialismo de um estado de natureza tipicamente estamental – hipóteses de dedução e das políticas de cooptação que decorrem deste tipo de estrutura social e política – conseqüências materiais de natureza não hipotéticas que não são naturalmente concludentes num processo normal, que seria o dedutivo básico.

Definido o método científico a ser utilizado passamos ao levantamento da documentação existente para a confecção do presente.

A bibliografia é uma parte fundamental da dissertação quando atua como técnica objetiva a descrição, classificação e revisão das obras que se destinam a referenciar teoricamente uma pesquisa científica. Através da pesquisa constrói-se logicamente uma linha de raciocínio encadeada que demonstre que há base científica para a confecção.

No presente trabalho o levantamento bibliográfico foi realizado a partir de obras consagradas no meio sociológico como Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, Raízes do Brasil – Sérgio Buarque de Holanda e O Povo Brasileiro – de Darcy Ribeiro e Formação do Brasil Contemporâneo de Caio Prado Júnior ao lado de obras contemporâneas que tratavam do tema privilegiando ações de Estado, como O Brasil não é para Amadores, de Belmiro Castor. As razões econômicas da formação da Colônia foram referenciadas na obra de Celso Furtado e os desenlaces políticos e sociais nos clássicos do gênero: Bobbio, Marx, Webber, etc.

Quanto ao levantamento de dados, principalmente em relação às estatísticas que alicerçaram a execução do capítulo 4, item 3 – composição do eleitorado brasileiro, foram usadas informações de cunho estritamente oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Tribunal Superior Eleitoral e do Executivo Nacional.

Com a bibliografia analisada e por meio de experiências e conhecimento adquiridos foi possível que, através do método hipotético-dedutivo o autor optasse por partir da premissa original e analisar as conseqüências dela nos ambientes nacionais, estaduais e municipais, saindo dela, a generalização, para comprovar sua tese por

meior de hipóteses empíricas e factuais. Neste ambiente falseou-se a certeza do sufrágio universal nacional e a absoluta autonomia da vontade quanto ao voto e a forma como este manifesta-se, num histórico que vai do voto fechado em cédulas impressas pelos próprios candidatos no final do século XIX à "inovadora" urna eletrônica deste século XXI, com as implicações sociais que isto representa.

Por meio deste encadeamento foi definida a ordem lógica do pensamento que coincidiu com a seqüência de pensamento do autor, produzindo inclusive novo conhecimento – a questão neo-coronelistas e sua confrontação com autores que já previam esta situação da política nacional, embora, concluiu, de forma errônea. Desta forma a hipótese inicial, em sua ótica, restou comprovada.

Finalmente, ao concluir a expressão literária do raciocínio resumiu-se em síntese a hipótese inicial desenvolvida por dedução, confrontada com as hipóteses secundárias, que, em análise última, mostraram-se passíveis de comprovação científica e de aprimoramento do academicismo empírico e eficaz, de forma a comprovar, em análise última e derradeira, a tese principal do presente trabalho.

2 HISTÓRICO ÉTNICO-SOCIAL DE NOSSO POVO

2.1 FORMAÇÃO SOCIOLÓGICA ORIGINAL OU COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI

A colonização portuguesa no que se chamou de América Latina não é um fato isolado. Trata-se, isto sim, da história de aventura e empreendimento dos esforços de um povo, de território ínfimo e de características sociais únicas, mas com enorme desprendimento em lançar-se ao mar desconhecido em busca da riqueza imediata e da glória que os colocaria como personagens principais de poemas narrados em alto e bom som por séculos. Desta origem básica que descendemos. Somos um país que já nasce sob o signo da aventura e do fabuloso. Isto é básico e sabido. Surgimos, como povo, se é que podemos nos chamar assim, fruto de uma consequência única e integral de um conjunto de populações, de fluxos migratórios e de dinâmicas de poder que uniram o invasor português com os silvícolas e os negros vindos da África. Para entendermos este país que chamamos Brasil e descobirmos o porquê de tamanho descolamento da população de seus anseios, é necessário saber precisões e detalhes de nossa formação, em especial nos aspectos culturais e sociológicos.

Ao contrário da Índia e de outros países que também, de forma ou outra, foram colonizados, no Brasil existiam inicialmente apenas aborígenes. Estes seres, se comparados sob o ponto de vista político-sociológico estavam muito atrás dos então imigrantes na cadeia evolutiva,⁸ ao contrário da nação supra-citada que já possuía uma dimensão e um desenvolvimento por vezes muito superior a da própria colonizadora.

A formação e descoberta deste pedaço de terra chamado à época de Novo Mundo é um tema que, para a classe política européia dominante (portuguesa) de então parecia um tanto quanto secundário. Ao menos para os

⁸ O autor abstém-se de qualquer juízo de valor. Faz menção apenas ao progresso tecnológico.

portugueses em relação ao Brasil. Evidente – éramos uma terra grande demais, inexplorada demais e o pouco que dávamos à nossa quase metrópole de então não justificava os investimentos. Ao contrário da Espanha, que logo cedo começou a enxergar os louros e os frutos de uma bem-sucedida incursão às civilizações mais evoluídas de então, Portugal tinha mais dificuldade em perceber como esta parte do mundo poderia lhe gerar riqueza. E realmente os ganhos que nossos ancestrais geravam com o comércio oriental em muito superava as perspectivas mediatas de uma incursão aventureira com garantias mínimas em uma terra aparentemente inóspita, praticamente inexplorada e cujo sonho de riqueza fácil e praticamente imediata, tão caro a nossos ancestrais, não parecia tão óbvia num primeiro momento.

Pela lógica dominante da época, país que avistasse terras novas só teria direito sobre elas se efetivamente as tivesse ocupado, politicamente e com população com sentido colonizador.⁹ Não exercer esta condição a priori fornecia margem mais do que suficiente para as nações que não dispunham das disposições e talentos para os descobrimentos que as ibéricas possuíam em lançarem-se em busca de dominação econômica e política no que à época já se chamava de Novo Mundo.

Era claro e cristalino para os portugueses que as terras brasileiras seriam perdidas a menos que um grande desforço fosse efetivado para a ocupação constante. Evidente, as razões eram óbvias. Outros povos lançavam-se à conquista marítima. As riquezas provenientes das Índias e o enriquecimento espanhol pelo ouro usurpado da América estavam já bastante notáveis. A economia portuguesa, no entanto, precisava dar uma guinada considerável. Por tratar-se de uma ciência óbvia de escassez, esforços econômicos teriam de ser retirados da principal fonte lucrativa da época – as Índias. O que não era nada fácil, principalmente se lembrarmos como nossos patrícios eram ávidos pelo lucro rápido e sem maiores esforços.

Portugal concluiu, diante deste complicado quadro, que explorar, ocupar e colonizar a terra recém-descoberta seria menos custoso do que não fazê-lo,

⁹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 9.ed. São Paulo: Nacional, 1969. p.6.

independente do local de onde ela secundaria seu grau de exploração. A medida encontrada foi o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento que, segundo Furtado, foi "de enorme importância na história americana".¹⁰

No entanto, apesar de ter contra si as análises mais clássicas e abalizadas que o empreendimento seria fracassado, haja vista a característica da cultura predominante nas colônias tropicais de então (trigo – preço do frete, riscos naturais, etc.), uma série de fatores tornou possível o êxito desta empreitada, em especial por causa de um engenhoso esquema de produção agrícola e de conjunção de fatores externos que se faltassem qualquer um deles certamente não estaríamos no Brasil hoje da forma como o conhecemos (não sabemos se isso é bom ou ruim mas, enfim..). De qualquer forma, estava claro para os portugueses que conservar as terras descobertas e clamadas como próprias neste pedaço novo do mundo exigiria um enorme esforço e capacidade de articulação. Portugal possuía recursos limitados para a empreitada e se a nova terra comprovasse ser improdutiva como aparentava o desvio de verbas oriundas de região mais lucrativa seria absolutamente necessário.

Cabia a Portugal a tarefa árdua de achar uma forma de utilização econômica das terras americanas, uso este que não poderia ser exercido com a exploração de metais preciosos porque, até então, eles não existiam nesta parte do território. Apenas desta forma seria possível cobrir os gastos absurdos que aqui abundavam, gastos estes que começavam a drenar os recursos oriundos das Índias e começar a primeira de muitas crises econômicas que Portugal sofreria nos séculos seguintes.

A solução encontrada, concretizada através de uma série de medidas políticas foi a exploração agrícola da América, fato este que, por si só, analisado de forma isolada e posteriormente conjugado a outros fatores define boa parte de nossa história. Populacionar este imenso pedaço para legitimar sua posse e propriedade e explorar economicamente para pagar o empreendimento era a estratégia mais

¹⁰ FURTADO, Celso. **Formação...** op. cit., 1969. p.8.

inteligente e talvez a única viável àquela época. Empreendimento este de alto risco e de custo grande, que demandaria que a nação portuguesa de então fosse revestida de nova face e nova composição de políticas públicas. E assim foi feito.

O *commodity* que Portugal escolheu para iniciar a colonização desta nação foi difícil de ser encontrado, porém não havia como fugir dele: o açúcar. Por inúmeros e congruentes fatores: os italianos, instalados comercialmente na cidade de Veneza, perdiam gradualmente o monopólio das fontes de produção. Diante disto, Portugal vale-se do protecionismo estatal para restringir a produção máxima em 120 mil arrobas, sendo que 40 mil destinados a Flandres, 16 para Veneza, 13 para Gênova, 15 para Chios e 7 para a Inglaterra.¹¹

Este incentivo da monarquia portuguesa, que demandava por mais do produto, cujo povo estava disposto a pagar, aliado à substancial ajuda do capital financeiro da Holanda criou as bases nas quais a exploração agrícola tornava-se possível no país. A iniciativa privada existente na parte oeste da Península Ibérica, sempre ligada aos favores cooptativos que aquele Estado destinava a quem lhe fosse próximo e chegado estabelecia os dois vértices iniciais de um triângulo cuja formação só não era completa porque faltava o básico: a mão-de-obra.

Um empreendimento desta envergadura, com estas características, somente teria sucesso se houvesse um grande afluxo de homens dispostos a trabalhar na lavoura. O fato é que há vários anos nossos ancestrais ibéricos iniciaram a produção em larga escala de açúcar, produto que, à época, era considerado iguaria rara no mercado europeu. Este commodity, aliando à experiência técnica dos portugueses na fase produtiva mais o financiamento holandês, que buscava quebrar o monopólio italiano criou as bases desta exploração agrícola. Faltava, no entanto, aquilo que mais nos interessa para a redação deste trabalho: a mão-de-obra que resultaria na resultante racional deste país e que inicialmente começou pela mais óbvia e evidente força motora de então. Índios.

¹¹ BARROS, Carlos. **História da administração pública em Portugal**. Lisboa: Clara, 1958. p.47.

2.2 INDÍGENAS E ABORÍGENES

Ao analisarmos a colonização da América Latina bem como o estágio inicial em que nossos conquistadores aqui aportaram, imprescindível que não façamos confusão entre as origens distintas dos povos que habitavam nas diversas partes do continente.

Na colonização da América Espanhola, o combate mostrou-se entre um povo europeu armado e tecnologicamente avançado com uma coletividade já em estágio de civilização, em muitos aspectos mais avançada que a que depois viria lhe conquistar. Astecas, maias e incas já dispunham entre si de instrumentos de capacitação e desenvolvimento que os levavam a uma batalha mais dura entre os conquistadores espanhóis. Nossos ancestrais portugueses, ao contrário de seus vizinhos ibéricos, não se depararam aqui com povos com características imperiais, com um sistema brilhante e evoluído de cultura moral e material, com palácios, sacrifícios, politeísmo definido, aquedutos e pontes. Encontraram uma das coletividades, se é que podemos definir assim, mais atrasadas do continente ou, como diz Gilberto Freyre:

A colonização européia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas.¹²

Ainda que os conceitos de semi-civilizações já se encontrem superados, as impressões de Freyre ainda continuam válidos. No que se chama hoje de território brasileiro as diferenças tecnológicas e de estágio evolutivo eram realmente abissais. Diante desta tamanha disparidade entre culturas, a chegada do português àquela terra que depois se transformaria em Brasil criou uma situação inicial de contemporização e de anexo e congruência de necessidades e demandas. O invasor servia-se do homem indígena (por indígena entendamos o povo tupi, que predominava nesta região) para suas necessidades iniciais de trabalho e de guerra (a qual ele correspondeu inicialmente mas posteriormente não) e desbravamento e da mulher da raça respectiva para cópula, geração e miscigenação.

¹² FREYRE, Gilberto. **Casa grande...** op. cit., 2006. p.158.

Esta característica de basicamente encontrar uma civilização imatura e infantil, (à primeira vista pode até ser paradoxal mas depois é facilmente explicável) contribuiu para que não existisse um processo dizimador e de conquista por força comparável ao que existiu entre as civilizações incas/maias/astecas e a espanhola. Não que a ação portuguesa junto aos indígenas locais não tenha sido deletéria, muito pelo contrário. Porém é inegável que a violência no confronto entre civilizações, como as colombianas que entraram em choque direto com a espanhola foi de um antagonismo formal e violento muito maior.

A razão para que isso ocorresse era simples: não existia a menor possibilidade de organização política e de hierarquia entre estes povos para que sequer uma mera resistência fosse organizada, ainda que incipiente. Eram, na acepção crua da palavra, povos aborígenes praticamente infantis, com organização social primitivíssima, que adoravam deuses naturais sem estrutura social modernamente definida e a esmo, que só se preocupavam em comer e viver, sem preocupação alguma com o amanhã, palavra pra eles que era de uma definição das mais complexas. Do ponto de vista da resistência armada as diferenças eram colossais e, evidente, fundamentais para explicar como esse processo de conquista e dizimação ocorreu de forma tão rápida.

A forma mais aceita de definir este "amalgamento" de portugueses e índios no Brasil foi definida por Ruediger Bilden, conhecido historiador inglês que afirma que

o Brasil tipifica quase sozinho uma região onde o elemento europeu nunca se encontrou em situação de absoluto e indisputado domínio [...] Por mais rígido que fosse seu domínio econômico e político sobre os outros elementos étnicos, social e culturalmente os portugueses foram forçados pelo meio geográfico e pelas exigências da política colonizadora a competirem com aqueles numa base aproximadamente igual.¹³

O fato é que, basicamente, não houve resistência organizada alguma para evitar o domínio rápido e completo do português aqui. Confrontava-se uma civilização organizada, oriunda basicamente de cidadãos em busca de fama e fortuna com um amontoado de seres com aspirações difusas e sem coordenação hierarquia nem

¹³ Apud FREYRE, 2006, p.159.

tecnologia suficiente para poderem arregimentar uma resistência armada e eficaz. Seres que não possuíam nem desejavam qualquer hierarquia. Foi o único lugar, incluindo a América Latina como um todo, em que este tipo de "não-conflito" colonial surgiu.

Mista e plural desde o seu início e exclusiva em sua essência, é possível dizer que a mistura inicial destas raças e a forma como ela foi gerada e criada criou uma situação única e singular no processo colonial: um sistema de dominação supostamente harmônica de raças, num ambiente de reciprocidade cultural como poucas vezes se viu entre colonizados e colonizadores. Evidente, e isto veremos mais à frente, que a consequência natural de um choque entre civilizações de tecnologias tão díspares é a destruição da mais atrasada e sua incorporação pela cultura mais avançada. No caso brasileiro aconteceram as duas coisas embora a idéia corrente em nossa história é que houve um processo absurdo e dizimador violento por parte dos portugueses. Ele de fato existiu mas o quesito força deve ser relativizado. Conclusão típica que reflete comumente como as questões são tratadas em nossa terra: de forma personalista e individual, com desprezo à pesquisa e à verdade material dos fatos.

Para se ter uma idéia, Wagener observou uma peculiaridade que explica de maneira um tanto quanto marcante e ilustrativa esta questão: relata o escritor que dentre as filhas das índias, incluindo caboclas, muitos portugueses iam buscar suas mulheres para terem como esposas e apresentá-las perante à sociedade. Ou seja: a união entre portugueses e índias não tinha sua razão apenas por absoluta e total escassez de mulheres portuguesas e sim por preferência sexual e social, fato este impensável em outras colonizações.¹⁴

Como podemos ver, nossa formação social já amoldava-se para um povo pacífico, de fino trato e gracejo, que possui enorme facilidade em unir-se a povos que julga superiores, embora esta tendência, no caso dos índios, possa ser vista

¹⁴ CARVALHO, Alfredo de. O Zoobiblion de Zacharias Wagener. **Revista do Inst. Arq. Hist. Geog. de Pernambuco**, tomo IX, 1904.

mais como uma reação infantil instintiva do que outra coisa.

Este acúmulo de situações altamente favoráveis de dominação, de preferência sexual sodomizadora e de imposição natural portuguesa foi fundamental para o domínio populacional e territorial português uno por toda esta região tão vasta. A liberalidade com o elemento nativo aqui encontrado sobrepunha-se à política colonial portuguesa, originariamente similar a de seus irmãos ibéricos.

Como diz Freyre,

A luxúria dos indivíduos, soltos sem família, no meio da indiada nua, vinha servir a poderosas razões de Estado no sentido de rápido povoamento mestiço da nossa terra. E o certo é que sobre a mulher gentia fundou-se e desenvolveu-se através dos séculos XVI e XVII o grosso da sociedade colonial, em um largo e profundo mestiçamento, que a interferência dos padres da Companhia salvou de resolver-se todo em libertinagem para em grande parte regularizar-se um casamento cristão. O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual.¹⁵

Diante deste quadro entre os nativos e os conquistadores europeus a partir de meados do século XVI podemos chamar pela primeira vez que foram gerados e estabelecidos os primeiros brasileiros, considerando esta formação como a derivada da formação e miscigenação de todos estes povos. Os chamados mamelucos, mestiços de portugueses com índios.

Estes seres trouxeram, principalmente pela mulher, o melhor da cultura indígena e, sem dúvida alguma, enriqueceu a vida e a formação de nosso povo. Drogas e remédios, criação infantil, processos de higiene, em especial o banho diário (e na maioria das vezes dois por dia), os primeiros champús feitos à base de óleo de côco e afins.

Quanto ao homem índio, sua contribuição, forçoso reconhecer, foi muito menor. Mas ainda assim considerável, guardadas as proporções de suas limitações naturais. Ajudou imensamente o índio ao bandeirante português e nativo

¹⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa grande...** op. cit., 2006. p.161.

para o desbravamento interiorano, do qual ele foi o guia, o canoeiro, o guerreiro, o caçador e pescador. Quanto ao trabalho braçal, apenas o escravo africano iria ser importante, porém num momento posterior, por culpa de um processo obrigatório de importação de mão-de-obra qualificada para gerar a roda da economia local. Índios e mamelucos mostravam-se arredios ao trabalho, incapazes de conseguir fixar-se sob uma enxada. Seu estilo de vida natural na terra Brasil era de sombra e água fresca, de extrativismo simples e barato. Não precisava ir adiante e mesmo sob chibata não desempenhava papel que sequer se poderia considerar como relevante para quaisquer explorações.

Sob o ponto de vista cultural e de continuação de seu modus social, quando existe um choque cultural desta monta, de um povo civilizado tão mais evoluído que o outro, como foi o caso deste entre portugueses e indígenas localizados no Brasil, é natural a dissolução cultural e social deste último, sob o ponto de vista do homem medieval, que é sob o qual devemos empreender a presente análise. Este fato não ocorre por uma natureza predatória e vil, como muitos tentam fazer crer, relegando aos portugueses o papel de parasitas intrusos que nada tinham a fazer neste pedaço de terra. Eram, isto sim, predadores comerciais. Empreendedores que se aventuravam além-mar em busca de riqueza e prosperidade mas cuja forma de atuação para conquistar nem de longe parecia-se com a dos espanhóis.

Não há como mudar o desfecho de contato direto, antagônico ou não, entre raças que se costumam chamar de "superiores" com outras mais tecnológica ou socialmente atrasadas. É idêntico – ou elas são exterminadas ou degradam-se a um ponto máximo de inclusão/exclusão social e política que sequer podem ser consideradas como parte de algum sistema de organização coletiva (exemplo mais clássico desta assertiva são os índios que atualmente sobrevivem em beira da estrada, via de regra com ajuda governamental, normalmente com uma garrafa de cerveja ao lado e vergando uma camiseta de time de futebol do Rio de Janeiro). O

processo de dissolução indígena veio a agravar-se com cidadãos providos de fé, que vinham à esta terra dispostos a levar a palavra do Senhor: os jesuítas.

2.2.1 Importância Jesuíta e Formação de Pensamento e Moral Cristão-Católico no Brasil e sua Influência na Deculturação Indígena

Antes mesmo do Brasil ser descoberto, o Vaticano reinava absoluto como força doutrinária motriz para expansão dos princípios estatais, regulamentando novas "cruzadas" que seriam lançadas contra pagãos e que tinham como objetivo primordial levar o conhecimento do Evangelho pelo mundo e fazer com que estes seres "sem-fé" aceitassem Jesus Cristo como seu Salvador máximo.

A bula *Romanus Pontifex*, da obra do Papa Nicolau V definia, (atentemos ao fato que ela começa com doutrina especificamente em relação à África, que era o mundo que se conhecia até então. No entanto, suas bases eram tão genéricas e objetivas que acabou valendo de norte para o resto das atividades cristã-jesuíticas em todos os períodos de descobrimentos):

Não sem grande alegria chegou ao nosso conhecimento que nosso dileto filho infante D. Henrique, incendiado no ardor da fé e zelo da salvação das almas, se esforça por fazer conhecer e venerar em todo o orbe o nome gloriosíssimo de Deus, reduzindo à sua fé não só os sarracenos, inimigos dela, como também quaisquer outros infiéis. Guinéus e negros tomados pela força, outros legitimamente adquiridos foram trazidos ao reino, o que esperamos progrida até a conversão do povo ou ao menos de muitos mais. Por isso nós, tudo pensando como devida ponderação, concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em utilidade própria e dos seus descendentes. Tudo declaramos pertencer de direito in perpetuum aos mesmos D. Afonso e seus sucessores, e ao infante. Se alguém, indivíduo ou coletividade, infringir estas determinações, será excomungado.¹⁶

O Vaticano depois edita a bula *Inter Coetera*, aí sim legitimando o Novo Mundo, por ocasião do descobrimento da América oficial, em 1492, por Cristóvão Colombo:

¹⁶ CORTEN, R. *Tu es Petrus, seu Praecipui ex apostolicis recentiorum summorum pontificum litteris atque orationibus loci, quibus ostenditur Romanus pontifex juris defensor*. Macmillan, 1901.

por nossa mera liberalidade, e de ciência certa, e em razão da plenitude do poder Apostólico, todas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou por descobrir, para o Ocidente e ao Meio-Dia, fazendo e construindo uma linha desde o pólo Ártico, quer sejam terras firmes e ilhas encontradas e por encontrar em direção à Índia, ou em direção a qualquer outra parte, a qual linha diste de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde cem léguas para o Ocidente e ao Meio-Dia. A vós e a vossos herdeiros e sucessores (reis de Castela e Leão) pela autoridade do Deus onipotente a nós concedida em S. Pedro, assim como do vicariado de Jesus Cristo, a qual exercemos na terra, para sempre, no teor das presentes, vô-las doamos, concedemos e entregamos com todos seus domínios, cidades, fortalezas, lugares, vilas, direitos, jurisdições e todas as pertenças. E a vós e aos sobreditos herdeiros e sucessores, vos fazemos, constituímos e deputamos por senhores das mesmas, com pleno, livre e onímmodo poder, autoridade e jurisdição, sujeitar a vós, por favor da Divina Clemência, as terras e ilhas sobreditas, e os moradores e habitantes delas, e reduzi-los à Fé Católica.¹⁷

É deveras importante e salta aos olhos o valor histórico deste documento. Através dele o Vaticano reconhecia a legitimidade de Portugal e Espanha para a exploração das novas terras bem como estabelecia e propunha uma espécie de "pacto". Os Estados, através do monarca absoluto "recebia" dos enviados de Deus a prerrogativa de usar as terras e tudo que se encontrasse nela (incluindo quaisquer povos que ali habitassem – como fica claro na expressão "por favor da Divina Clemência, as terras e ilhas sobreditas, e os moradores e habitantes delas") com a condição de "reduzi-los à Fé Católica". Diante do exposto, estavam colocados os termos da colonização religiosa das novas terras descobertas e as que porventura viessem a existir. O impacto desta determinação, ainda mais para a formação do povo brasileiro e a forma como ele comporta-se hoje foi fundamental para a formação deste estrato populacional e suas conseqüências sociológicas serão consideradas a seguir.

No seu plano de conversão dos "pagãos" indígenas, basicamente foram três os grupos de enviados do Senhor que aqui aportaram: os jesuítas, os franciscanos e os carmelitas. Suas tarefas e objetivos eram claros e já citados mas iam além: pela primeira vez estes missionários conseguiram atuar longe do jugo direto do Vaticano e

¹⁷ REVISTA de História da Universidade de São Paulo. Departamento de História. **Sociedade de estudos históricos** – Brasil. São Paulo: USP, 1951.

desprovido dos vícios catequizadores europeus – chegou-se ao ponto de, pelas formas de organização social (o que acabaria gerando um antagonismo direto e evidente com os colonos portugueses que aqui já haviam chegado, por motivos auto-explicativos) pensar-se numa sociedade justa e igualitária, quase uma utopia socialista que se materializaria na fundação de colônias tipicamente desprovidas de hierarquia, com divisão do trabalho social e a catequização como pano de fundo.

Paradoxal como muito deste continente, um dos fatores primordiais de extermínio da população indígena gerou um movimento contra-reformista na Europa, criado em parte por setores jesuítas completamente desprendidos do vil metal que aqui aportavam com um único e solitário objetivo: levar a fé do Senhor às comunidades que julgavam ignorantes espiritualmente.

Embora para muitos autores o plano jesuítico original que veio ao Brasil, liderado por Manoel da Nóbrega e depois entabulado com a Sociedade Antonio Vieira fosse "um somatório de violência mortal, de intolerância, prepotência e ganância"¹⁸ não podemos negar que as intenções iniciais dos padres, frades e ordenadores eram movidas pela fé e pela crença no espriar da Palavra do Senhor (razões estas sob esta ótica não limitadora extremamente justificáveis) pelos povos que, segundo a doutrina cristã, eram considerados pagãos.

Se nortearmo-nos pela questão da fé e do estabelecimento de instituições que propagavam a cultura do Senhor, bem como do impacto educacional que os colégios da Sociedade Antônio Vieira (do qual o autor orgulhosamente fez parte em sua adolescência) trouxeram a comunidades distantes e carentes de educação a chegada dos jesuítas ao Brasil foi extremamente positiva. No entanto, se nos basearmos no impacto que esta "invasão" trouxe ao povo nativo, e por natividade referimo-nos aos nativos aborígenes que aqui habitavam é inegável que esta junção foi exclusivamente deletéria e prejudicial.

Esta degradação moral e dissolução cultural dos povos indígenas, não resta

¹⁸ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro** – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia do Bolso, 1997. p.47.

dúvida, foi acelerada pela ação, ainda que coberta de boas intenções, dos padres jesuítas. Muitas das manifestações naturais dos indígenas também foram sufocadas depois na formação final do nosso povo (só recuperado seu 'suíng' com a chegada dos africanos) como cantos, danças e festivais que de alguma forma pudesse denotar um veso que foste remetido, ainda que de forma um tanto quanto indireta e dissimulada, à questão sexual. A castração de toda expressão artística e religiosa, da mesma forma, se estivesse em desacordo com a moral católica vigente pregada pelos sacerdotes que aqui aportavam teria o mesmo destino: a castração. O que se salvou do índio e a influência sua em nosso patrimônio cultural foi formidável mas, isto é bom que se frise, a despeito de todo o desforço congregador e ordenatório jesuíta.

As principais mudanças latentes no comportamento destes povos e que depois foram incorporadas à nossa cultura foram basicamente estas sete:

1. Concentração dos povos em grandes aldeias, ao contrário das pequenas coletividades;¹⁹
2. Vestuário europeu;
3. Casamento à moda europeia, com a ordenação católica;
4. Legislação penal europeia a crimes sexuais, evitando a "libertinagem" sexual;
5. Monogamia;
6. Desestímulo a guerras entre tribos;
7. Abolição de sistema de autoridade de caciques em prol do reconhecimento da legitimidade representada pelo "Estado" performado pelos jesuítas.

Como posteriormente vamos bem ressaltar, as motivações jesuítas eram as melhores possíveis, na ótica do homem medieval e religioso de então, devendo ser considerada o ardor de sua fé e seus objetivos e princípios cristão- católicos. O fato é que todas estas variáveis e contingências, por mais díspares e sofríveis que podiam parecer, estavam começando a formar o verdadeiro brasileiro. O

¹⁹FREYRE, Gilberto. **Casa grande...** op. cit., 2006, p.243.

mesmo que, ao decorrer deste trabalho, poderá ser verificado os bens e males que cada uma destas situações acabou gerando no resultado final da formação de nosso povo.

2.3 NEGROS AFRICANOS

Apresado aos quinze anos em sua terra, como se fosse uma caça apanhada numa armadilha, ele era arrastado pelo pombeiro – mercador africano de escravos – para a praia, onde seria resgatado em troca de tabaco, aguardente e bugigangas. Dali partiam em comboios, pescoço atado a pescoço com outros negros, numa corda puxada até o porto e o tumbeiro. Metido no navio, era deitado no meio de cem outros para ocupar, por meios e meio, o exíguo espaço de seu tamanho, mal comendo, mal cagando ali mesmo, no meio da fedentina mais hedionda. Escapando vivo à travessia, caía no outro mercado, no lado de cá, onde era examinado como um cavalo magro. Avaliado pelos dentes, pela grossura dos tornozelos e dos punhos, era arrematado. Outro comboio, agora de correntes, o levava à terra adentro, ao senhor das minas ou dos açúcares, para viver o destino que lhe havia prescrito a civilização: trabalhar dezoito horas por dia, todos os dias do ano. (DARCY RIBEIRO, 1997, p.124).

Problema atrás de problema, Portugal deparava-se com um que, à primeira vista, parecia insolúvel: como conseguir mão-de-obra para a plantação de forma que o custo dela não inviabilizasse toda a cadeia produtiva e, por conseqüência, o processo de defesa do território que há pouco havia reclamado pra si.

Importar apenas e tão somente a classe trabalhadora européia seria um tiro no escuro. O pagamento de salários teria de ser elevado e as retribuições à época (como entrega de terras) não tinham grande valor econômico. Do que valia um pedaço de chão neste fim-de-mundo para aqueles que, embora pobres, algo pra fazer e viver ainda possuíam no Velho Mundo? Não obstante, a mão-de-obra era escassa devido ao fato de existir concentração direta dos esforços laborativos na região economicamente mais próspera de então, as Índias Orientais. Em uma época de enormes riscos, cuja mortalidade das expedições marítimas era, sem

dúvida alguma, uma das maiores da história da humanidade, por motivos óbvios, tomar este rumo tão incerto não era das atividades mais fáceis de convencimento alheio. Riscos desta monta só poderiam ser admitidos onde o retorno financeiro fosse garantido. E este retorno não era no Brasil.

Por sua vez, índios também não se mostravam dos mais úteis para a exploração agrícola. Limitados e limítrofes, viviam basicamente do estrativismo e eram arredios ao trabalho escravo. Os aborígenes percebiam a chegada do europeu como um acontecimento fora do comum, permitido apenas na sua limitada visão de mundo de então. Inicialmente vistos como deuses, em breve deram-se conta que seu mundo não seria mais o mesmo e a hecatombe estava prestes a se instalar.²⁰ Suas bases sociais caíram por terra. Seus valores foram negados e seus corpos foram submetidos ao escravismo. Todavia, seu caráter revoltoso e a impossibilidade de contornar este desequilíbrio de forças foi responsável, conjuntamente aos motivos óbvios europeus, por sua completa dizimação.

Os índios, em face da invasão européia, tentaram defender até o limite seu modo de ser e viver. Por mais paradoxal que possa ser, de um ponto de vista única e exclusivamente do utilitarismo pelo qual era analisado pelo português, foi seu próprio atraso e primitivismo que os levou ao extermínio. A solução óbvia, clara e cristalina? Escravos. De preferência, africanos.

A competição econômica da época mostrava que as terras cujas agriculturas eram exploradas pela mão-de-obra escrava africana levava considerável vantagem sobre as colônias que exploravam a agricultura, em especial as situadas no Caribe. E isto era um fato tranqüilamente explicável por uma simples visão macro-econômica de receita-despesa. Uma situação nova avizinhava-se: uma concorrência brutal entre regiões exploradoras de mão-de-obra escrava através de grandes unidades produtivas e regiões de pequena propriedade, com imigração e

²⁰ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro...** op. cit., 1997, p.38.

classe trabalhadora estimulada pelo incentivo ao êxodo europeu²¹.

Embora o conceito já seja considerado obsoleto e a dialética colônia de povoamento e exploração esteja superada, é interessante perceber como autores clássicos analisam essa dicotomia para estabelecer a importância e conseqüências dos ciclos monocultores da agricultura de então. Neste cenário, a colônia clássica da produção de açúcar de então, baseada nas Antilhas da América Central, começa a denotar o enfraquecimento, ao menos do ponto de vista comercial, do sistema de conquista de território desenvolvido naquela região. Como diz Furtado:²²

as colônias de povoamento destas regiões, com efeito, resultaram ser simples estações experimentais para a produção de artigos de potencialidade econômica ainda incerta. Superada esta etapa de incerteza, as inversões maciças exigidas pelas grandes plantações escravistas demonstram ser negócio muito vantajoso.

Claro e evidente era a razão deste acontecimento: o produto de grande destaque no mercado internacional daquele momento era o açúcar. Desejado por muitos, com fraca oferta e enorme demanda demonstrava ser a fonte de lucro mais interessante para a neo-pujante economia europeia. Todavia, por mais curioso que isso pudesse ser, o produto em si era incompatível com a forma pela qual a colonização americana estava sendo levada até aquele momento. A produção desta especiaria não encontrava amparo nem correlação técnica com o conceito de pequena propriedade e, por conseguinte, com a colonização de povoamento até então planejada. Incompatível pela própria natureza agro-técnica de sua plantação – o açúcar era impossível de ser plantado em pequenas propriedades e o custo salarial da produção em série tornava-o inviável aos olhos e aos preços que os mercados europeus de então demonstravam-se dispostos a pagar.

Um outro fator acelerou a derrocada comercial deste sistema de

²¹ MAY, Luiz Phillippe. **Histoire Economique de la Martinique**. Paris, 1930. p.89.

²² FURTADO, Celso. **Formação Econômica...** op. cit., 1969, p.27.

colonização, como prova de que a Teoria do Caos²³ funciona, e como, na história. Fatos que aparentemente não possuem conexão entre si geram uma cadeia de eventos que acabam mudando o curso último de várias nações e instituições. O fator gerador desta cadeia de acontecimentos foi a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro. Estavam este povo muito à frente na produção de açúcar (não esqueçamos que eles foram os financiadores originais do projeto português, até por já terem pleno conhecimento das técnicas de refino e comércio) e, usando o Brasil como anteparo, faziam parcerias com os colonos das Antilhas e entornos para a produção do refino em qualidade e preços competitivos em mercado europeu, mesmo sem as vantagens de custo de valerem-se de mão-de-obra escrava.²⁴ O açúcar, portanto, estava mudando a forma como eram feitas as colonizações. E certamente iria mudar o rumo do Brasil e de como seu povo é formado.

Com índios mostrando serem cada vez mais arredios ao trabalho escravo e incapazes de aprender o manejo da lavoura e portugueses assalariados aumentariam em demasia os custos de uma operação que por si só já nascia arriscada e cara, os olhos dos produtores e da monarquia lusa voltaram-se para baixo, mais precisamente para o continente africano.

Os negros que chegaram ao Brasil foram trazidos, em sua grande maioria, da costa oeste do continente africano. Razões geográficas também foram válidas mas o principal é que nestas áreas as colônias eram basicamente tribais, com população que viviam constantemente em guerra. A uniformidade racial não correspondia à convergência social (em especial lingüística). A Babel era notória. Milhares de línguas, etnias, raças, povos e, principalmente, guerra por propriedades, prestígio e poder.

Capturar povos nesta condição, ainda mais em tempos em que tal condição era legitimada, tornou-se tarefa fácil para o europeu, ainda mais que, pelo antago-

²³ Isso significa que para um determinado resultado será necessária a ação e a interação de inúmeros elementos de forma aleatória.

²⁴ Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, 1946/1947. São Paulo, 1947.

nismo entre seres de mesmos povos, porém de etnias diferentes, quaisquer mobilizações contrárias mostraram-se infrutíferas (considerando, evidente, a superioridade tecnológica que já existia entre o Novo Mundo e o continente africano). Todos eram capturados meio ao acaso, prejudicados por não existir um sistema político-social de bases definidas na África (como é basicamente até hoje).

Ficava claro, principalmente no início, que os negros que chegavam ao Brasil, ainda mais por serem desprovidos de unidade em sua terra de origem, mostravam-se surpreendentemente adaptáveis ao clima e ao trabalho. Talhados em condições até piores do que presenciavam em solo local não se demoravam a mostrar que, sob pressão e com notória coação, e mostravam-se não arredios ao trabalho e às situações completamente adversas e antagônicas a que eram apresentados.

O processo de aculturação²⁵ negra foi extremamente rápido e andava conforme eram disponibilizados aos senhores de escravos e afins. Sua condição inicial era chamada de boçal – um ser preso ainda ao que restava de cultura de seus pais e antepassados, estabelecendo uma comunicação primária e de pouca eficácia. Este processo foi rápido e, já na segunda geração de escravos o negro mostrou-se mais adaptado e já conseguia facilmente comunicar-se e desempenhar tarefas similares a dos portugueses e muito superiores aos indígenas. Esta segunda geração possui a denominação de ladina e que serve para caracterizar o escravo que já é mais integrado a uma nova condição e a uma nova cultura.²⁶ Esta cultura que ele trazia e que incorporava mostrava que estava em gestação já um povo realmente brasileiro. Esta união entre negros, índios e portugueses, com suas características peculiaríssimas e momento histórico exatamente determinado traria

²⁵ HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro, 2001. p.75. Entendido como o processo de modificação cultural de indivíduo, grupo ou povo que se adapta a outra cultura ou dela retira traços significativos

²⁶ RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro...** op. cit., 1997, p.104.

conseqüências sentidas ao longo dos séculos, com os ônus e bônus que presenciemos agora e que trataremos mais pormenorizadamente adiante.

A vinda dos escravos, preferencialmente de países da África Central e Noroeste, onde viviam em aldeias e sua captura era facilitada, a economia açucareira finalmente deslanchou. Ao término do século XVI a produção de açúcar superava facilmente as duas milhões de arrobas.²⁷ A renda era gerada e, obviamente, concentrada. A casta de hierarquia social era muito bem definida e a imobilidade formal e legal era basicamente intransponível. Os proprietários de engenho, basicamente portugueses que recebiam condições e terras por serem mais chegados à Coroa retinham a quase totalidade do "lucro". Pouquíssimas eram as despesas – cerca de 5% (cinco por cento) correspondia a adimplementos por serviços básicos de armazenamento e transporte. A economia escravocrata, importante lembrar, valia apenas para o povo negro – trabalhadores assalariados brancos e livres laboravam e recebiam, tanto de maneira indireta quanto direta dos senhores da Casa Grande, latifundiários e proprietários. Segundo Furtado,²⁸ a média aceitável para cálculo é que para cada dez escravos havia um empregado assalariado, que trabalhava no transporte, armazenamento ou nas docas e portos.

A influência do escravo negro é notável em qualquer parte do país pela qual olhemos. Na música, na fala, na forma de domínio de uma bola de futebol, nas histórias de bicho mal-assombrado. A forma como o negro foi trazido ao Brasil e o papel desempenhado desde a escravatura até os dias atuais ajuda e muito a moldar nosso povo.

Quanto à sua forma de trabalho e sua integração com a lavoura açucareira, desde o princípio de sua chegada restava clara a superioridade técnica e artística, tanto nos trabalhos domésticos quanto na lavoura se analisarmos única e exclusivamente o desempenho formal. Raças possuem características. A raça

²⁷ SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo, 1957. p.127.

²⁸ FURTADO, Celso. **Formação econômica...** op. cit., 1969, p.48.

negra sempre mostrou-se talhada a qualquer serviço que desempenhasse, se houvesse condições para tanto. Não há dúvidas que a força de nosso povo e a forma como ele supera as dificuldades, a grande maioria destas dificuldades criadas pelo Estado é característica natural do povo negro.

No tocante à capacidade mental, surtos de preconceito, que só se explicam pela natureza social mais prejudicada desta comunidade e de estudos históricos que remontam à mentalidade atrasada e não científica de então podem explicar trabalhos e pesquisas, se é que podemos denominar assim, visivelmente racistas que procuravam dar ao povo negro uma hierarquia inferior na cadeia evolutiva humana e, em especial, da brasileira. Antropologicamente, em estudos que remontam ao início do século passado, que facilmente poderiam ser determinados como racistas "científicos" para a época já acusavam que a capacidade mental da raça não era em nada inferior a outras raças, muito pelo contrário. Para o Professor Franz Boas, em seu antológico trabalho "The mind of primitive man", atribui-se ao negro brasileiro "considerável iniciativa pessoal, talento de organização, poder de imaginação, aptidão técnica e econômica"²⁹. Todavia, era evidente que viviam, por inúmeros motivos, em uma sociedade mais atrasada tecnologicamente que a européia. Era praticamente impossível compará-los em condições iguais e o uso da força da escravidão, motivado pela produção de cana-de-açúcar ajudava este fato.

Não se negam diferenças mentais entre brancos e negros. Mas o ponto em que estas aptidões ou inaptidões são consideradas claramente demonstram que o ambiente e as condições econômicas de cada grupo são predominantes para demonstrar qual raça seria considerada 'superior'. Independente disso, é claro que a inclusão do negro mostrou-se perfeitamente positiva para a formação racial de nosso povo. Sua herança que nos interessa, no entanto, ajuda a nos moldar historicamente e nos remete a um estilo de vida muito comum tanto a índios quanto a portugueses: a cordialidade.

²⁹ BOAS, Franz. **The mind of the primitive man**. NY: The Macmillan Company, 1911. p.153.

2.3.1 A Origem Africana e Passividade Histórica

Escravos que eram provenientes de áreas em que a cultura negra era mais adiantada (como da Costa do Marfim e Gabão, que foram basicamente os locais em que foram "importados" a maioria dos negros que vieram ao Brasil, ao contrário dos EUA) tornaram-se um elemento criativo, ativo, trabalhador e para muitos historiadores, até nobre na formação colonial social brasileira. Viveram como elementos primordiais, com seus conhecimentos de plantação para a agricultura brasileira e, ainda que contra sua vontade, representaram um impulso notável à nossa economia de então.

Em alguns aspectos eram claramente superiores ao próprio branco português, que tanto alardeava sua superioridade física, mental e técnica. Os casos mais clássicos e notáveis eram o trabalho de metais básicos e não refinados, na pecuária original primitiva e, obviamente, na culinária³⁰. Os principais pratos, a variedade nutritiva, a forma como crescia o infante branco e mameluco era definido pela forma como a ama negra alimentava as crianças da família da Casa-Grande.

A área africana mais atrasada, tecnológica e social-politicamente era a boximane. Basicamente pobre, nômade, sem animais servindo o homem nem mesmo organizações agrárias e pastoris. Outras, no entanto, eram surpreendentemente avançadas, como a do Sudão Ocidental, região que sofria interpenetração cultural maometana e que demonstrava domínio total sobre a vida política, agricultura, gado e comércio, sem falar nos trabalhos artísticos desenvolvidos e pujantes (nem falemos neste caso das áreas egípcias, de civilização milenar mas de pouca ou nenhuma importância na colonização brasileira).

No Brasil as principais influências foram bantas e sudaneses, a primeira representada por vastas criações de gado na África Oriental, com indústria pastoril,

³⁰ JOHNSTON, Harry H. **The negro in the new world**. NY: Macmillan, 1910. p.15.

trabalhos em ferro e madeira, poligamia e alta religiosidade.³¹

Não obstante suas outras qualidades, já largamente explanadas, negros demonstravam serem excelentes conciliadores e mediadores. Ao menos das regiões provenientes da África e em face de um movimento organizado social que não permitia que se levantassem contra a escravidão, sua ação era, ao mesmo tempo, pacífica e civilizadora. Elevavam com tranqüilidade a cultura das atrasadas populações indígenas e estabeleciam inclusive pontes com os portugueses. Aliados aos índios que aqui habitavam, considerados os mais pacíficos do continente, como já vimos anteriormente, não é de espantar a passividade de nosso povo contemporâneo com desmandos que aqui surgem.

No entanto, não há como negar, esta "passividade" possui causas já citadas anteriormente (pág. 20 do presente) mas, certamente, estimuladas forçosamente pelas formas como eram "ensinados" a trabalharem e se portarem, tanto no meio da Casa Grande quanto nos aspectos sociais. Vivia diariamente sob a tensão das inevitáveis chicotadas – era agraciado com um castigo diário, independente do que fizesse, a fim de pedagogicamente ser educado e ensinado. Tinham tarefas das mais absurdas e repugnantes como o de carregar à cabeça, das Casas-Grandes para as praias, barris de excrementos, fezes e afins das casas que, obviamente, não dispunham de saneamento institucionalizado. Estes barris ficavam na casa por tempos, até que completamente cheios estivessem. Semanalmente, aliado às tarefas mais vis que se pudesse desempenhar, vinha um castigo "terapêutico", para que não pensasse em fuga nem rebeldia. Se cometesse uma falta que pudesse ser julgada grave (furto de alimentos, etc.) sofria um castigo exemplar: mutilação de dedos e outros membros, seios furados, queimaduras com tição de marcar animais, dentes quebrados, açoites no pelourinho local, com trezentas chicotadas de uma vez se o objetivo era matar ou cinqüenta por seis dias, se o castigo valesse sua sobrevivência e continuidade no seu trabalho. Tentativas de fuga, que eram consideradas as

³¹ FREYRE, Gilberto. **Casa grande...** op. cit., 2006, p.393.

"transgressões" mais graves era punidas com ferros em brasa, membros decepados (não muito usuais porque retiravam do negro certa capacidade laborativa) ou, se remédio não existisse, atirado ao forno de forma direta para que lá ardesse como na época das perseguições religiosas.

Autores clássicos divergem sobre a real condição negreira de então mas, especialmente, discordam da real natureza de rebeldia deste povo, o que é fundamental para nosso trabalho. Gilberto Freyre, por exemplo, não se cansa em destacar a passividade natural deste povo e a conseqüente miscigenação com os já atrasados índios e ibéricos que tinham lá suas peculiaridades no campo, resultando no brasileiro que conhecemos. Darcy Ribeiro, embora menos ilustre, relata com menos base mas não menos enfaticamente que a forma de atuação e de quase não-rebeldia do negro "brasileiro" era fruto dos processos "pedagógico-educacionais", narrados acima. Não há como negar que esta parte da população que já era considerada brasileira sofreu muito, isto é inegável. No entanto, quando analisamos mais atentamente a forma de relação dos ibéricos com seus escravos, no âmbito da Casa-Grande e Senzala bem como das conseqüências sociológicas que vieram a produzir no Brasil, não há como não relevarmos e considerar de maior veracidade histórica o estudo do primeiro autor.

A verdade é que, em lugar algum do mundo, houve uma relação tão próxima dos senhores de escravos com seus comandados quanto no Brasil, o que ajuda a explicar as origens desta passividade e submissão. A presença de amas-de-leite, de negros braçais, de crianças filhas de escravo com os filhos das crianças brancas, inclusive para a iniciação sexual era muito comum e dificilmente compreendida. Este quadro era impensável, por exemplo, em países de natureza anglo-saxã, nas quais as regras de convivência e de subordinação irrestrita e imóvel nada tinham de tênues. Ter um filho com uma escrava era natural no Brasil e dificilmente condenável pela sociedade. Nos Estados Unidos, se algo desta monta ocorresse, era inegável o desprestígio social e o escândalo que traria ao seio daquela família.

Quando nos deparamos com escravos que praticavam o que ainda hoje é chamado de serviço doméstico a situação é ainda mais intimista. No Brasil, além das regalias naturais que já recebiam, como dificilmente eram castigados severamente, em especial de forma física eram, inclusive, beneficiados com uma assistência social e religiosa que em muitos lugares sequer os portugueses da classe operária possuíam. Fazia-se questão do batismo e da iniciação religiosa, bem como da educação de questões básicas de matemática e português. Acabavam levando, nos registros, os nomes de seus senhores, razão esta que é comum ainda hoje, em nossa sociedade, depararmos-nos com pessoas de ascendência negra com nomes de nobres do século XVI como Cavalcanti, Melo, Moura, Lins, Carneiro Leão, etc., como muito bem colocado na obra de Freire.³²

Embora possa parecer um assunto menor e periférico à primeira vista para o desenvolvimento do presente, a forma como o povo negro relaciona-se com seus senhores de escravo na época de escravidão é amplamente definidora das características sociais e inter-relações do povo brasileiro no futuro. O espírito de conciliação, cordial, de relação intimista com aquele que deveria ser seu algoz máximo, gerado por maior culpa pelo português, evidente, porque este detinha o poder de coação nos revela um traço característico de nossa personalidade, que terá, politicamente, conseqüências nefastas num futuro não tão distante.

Finalmente, com a Abolição da Escravatura, em 1888, o negro consegue sua liberdade e começa a desempenhar tarefas que a princípio, embora de pouca remuneração, pareciam impensáveis. Sofrendo forte discriminação, porém nem tanto que remetesse à segregação formal, como nos países do norte até o século XX, tornaram-se, já na primeira geração liberta barbeiros, dentistas, fabricantes de vassouras, importadores de sabão, doceiros e lavadeiras. A forma de degradação social, independente de sua liberdade, continuou. É inegável, porém sua participação e contribuição na formação do povo brasileiro. É impossível analisar o

³² FREYRE, Gilberto. **Casa grande...** op. cit., 2006, p.541.

negro no Brasil e sua importância na formação de nosso povo sem ligá-lo inexoravelmente à condição de escravo. Sim, porque uma coisa é analisar sua forma de vida quando trabalhando livre sob o sol escaldante da África. Outra é compararmos este povo na condição absoluta de cativo e vida isolada. Não podemos nos esquecer, no entanto, que perdeu sua identidade logo na primeira geração (boçal), identidade esta de caráter altamente questionável porque, como vimos, vivia numa Babel despencada em seu continente de origem. Para realizar um estudo histórico-científico de análise de sua condição sociológica é impossível separá-lo da condição degradante e deletéria do escravo.

2.4 PORTUGUESES

Situando-se no ambiente histórico, é em 1532 que se organiza econômica e civilmente a sociedade brasileira. Com característica agrária na estrutura da economia, escravocrata na técnica de exploração econômica e híbrida na composição racial, tendo a exploração do açúcar como elemento principal pagador deste empreendimento. Tudo isto subordinado ao espírito político e jurídico instaurado pelos portugueses, base primordial da formação e da estruturação nacional.³³

Os portugueses foram, inegavelmente, os pioneiros da conquista e do comércio além-mar. A forma como ela foi realizada aumenta ainda mais a importância e a proeza de como ela foi atingida. É inegável, no entanto, a completa e total falta de planejamento que gerou a conquista dos trópicos. Pode-se até dizer, como Sérgio Buarque de Holanda, que foi realizada "apesar de seus autores".³⁴

A busca pela terra nova é uma característica de povos aventureiros e os chamados destemidos. Destemidos no sentido de ausência de planejamento e de não preocupação com o amanhã. Eram assim os povos ibéricos que se lançaram

³³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.67.

³⁴ Ibid., p.43.

ao mar em busca de enriquecimento rápido, fortuna e cobiça.

Esta forma de agir exterioriza uma diferença básica clássica do povo que nutre seu avanço e evolução através da exploração da terra, por exemplo. Neste caso, é possível mensurar o avanço. O acúmulo material vem pouco a pouco e a forma de ascensão, seja do ponto de vista social comparativo, seja em relação à melhoria de qualidade de vida, são perfeitamente notáveis, guardadas as proporções de cada época.

Na conquista e colonização do novo mundo, principalmente no processo inicial de colonização e formação econômica, que acaba por definir o embrião das futuras gerações e de formação de seu povo o papel que coube ao trabalhador foi muito pequeno, inversamente proporcional ao "destemido". A própria época exigia isso – pessoas que gostariam ou compelidas estavam a enriquecer de forma rápida e fácil eram as únicas que possuíam o perfil adequado primeiro a tentar descobrir novos mundos, depois para imigrar de um mundo já estabelecido para a completa incerteza de um Novo Mundo inseguro, distante e tropical. Em suma, era preciso ser muito louco ou muito afeito às conquistas da vida para largar-se a uma aventura distante e cobertíssima de riscos como era esta.

Mundialmente naquela época, o português, com seu desapego à cultura trabalhadora, com sua ânsia por lançar-se ao mar e enriquecer era conhecido e reconhecido como o povo mais destinado a lançar-se a esta tarefa. Dizia-se à época que "um português freta mais facilmente um navio para o Brasil do que vai de Lisboa ao Porto a cavalo"³⁵. Este fato existia porque os povos da Península Ibérica possuem historicamente características um tanto quanto peculiares na sua formação. A principal diferença para os outros povos europeus, no que pese as peculiaridades culturais mais simples, sem dúvida alguma é o culto à personalidade e aos prazeres da vida. O valor próprio da pessoa humana, a

³⁵ MURPHY, James. **Travels in Portugal, through the provinces of Entre-Douro e Moinho, Beira and Além_Tejo in the years 1789 and 1790**. Trad. livre. London, 1901. p.208.

exaltação do subjetivismo, a forma de incensar-se dos homens portugueses e espanhóis em relação aos próprios semelhantes independente do tempo e do espaço é um veso claro deste povo,³⁶ seja nos tempos coloniais, seja com a globalização clássica que o mundo sofre com a diminuição das distâncias entre os povos. Cada homem, nestes países, é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas qualidades e virtudes.

O português possuía, de maneira um tanto singela quanto singular, principalmente se o compararmos com os demais povos que se lançavam às colonizações daquela época, uma incrível predisposição para promover uma colonização de exploração, híbrida (ao mesmo tempo em que explora a nação colonizada consegue povoá-la com sua cultura própria e, mais surpreendentemente, sem grandes guerras ou antagonismos entre dominadores e dominados) e escravocrata. Esta forma de ser e agir, como vimos, possui várias nuances mas talvez a principal seja que o seu passado étnico é ao mesmo tempo europeu e africano, tanto pela formação de seu povo quanto pela localização geográfica de sua nação.

O ar africano e sua população davam uma cor misógina ao português e, já liberado das purezas sexuais que predominavam nos povos saxões, ganhava contornos, ao menos sociológicos mais interessantes. Esta formação, no entanto, formava um povo que possuía características não tão úteis, principalmente na organização de projetos e trabalhos, que se mostravam muito mais saudáveis quando contrastadas com aqueles outros. A idéia da superação individual, sem coletividade, os sonhos traçados com base nas glórias e não nos obstáculos a serem superados que estes povos vieram e travaram suas vidas inicialmente no Brasil. A herança dos peninsulares é dura e nos traz desde a forma de nos portarmos, o jeitinho que melhor dita as relações humanas, sejam elas profissionais, pessoais ou comerciais segundo o compadrio do que pelas qualificações pessoais. Eram pessoas realmente flutuantes cujo comportamento denotava-se numa, ao menos para o autor, incômoda flexibi-

³⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes...** op. cit., 1995, p.32.

lidade e perturbada por hesitações e desapego a qualquer plano traçado.³⁷

O que estes cidadãos buscavam nesta terra era, evidente, riqueza. Riqueza que lhes permitissem viver uma vida de maiores histórias, maiores famas, maior mística de poder que lhe reservavam a já decadente fronteira que separava o Velho Mundo do Atlântico. Mas ao contrário dos povos protestantes, acostumados desde a mais tenra idade a lidar com as conseqüências e ardores que o trabalho os traz (situação esta que o puritanismo revela muito mais apropriado para traçar um plano de batalha e vida, numa lógica formal vivida em uma sociedade capitalista), os portugueses lutavam pela riqueza alcançada com a aventura e o heroísmo. Riqueza rápida, lançamento ao mar, alguma benesse que pudesse lhes trazer uma forma clássica e evidente de enriquecimento, glória, fama e fortuna na corte lisboeta da época.

Qual a diferença desta forma de atuação para o povo brasileiro de hoje? Muito pouca. Ou não é de se espantar que, constantemente, matérias nacionais exaltam a quantidade de filas formadas em lotéricas por ocasião de acúmulo de prêmios fornecidos pela Caixa Econômica Federal (e tomemos muito cuidado – países de natureza anglo-saxã também os possuem. Porém, jogo é considerado da cultura, não como forma de enriquecimento rápido). A tentativa de aproximar-se de alguém importante a fim de conseguir um cargo público, não obstante perceber que a grande maioria de cargos públicos é absolutamente inútil e, sob o ponto de vista da coletividade, altamente prejudicial sob quaisquer pontos de vista que se analisem.

No caso brasileiro, da herança ibérica, possuímos algumas características que podem ser chamadas de principais e formais que nos influenciam sobremaneira e perduram até hoje, com reflexos clássicos e imediatos perante todo nosso comportamento e nossa história e que vem diretamente desta herança portuguesa.

Inicialmente é importante destacarmos o respeito total, submisso e

³⁷ COELHO, Antonio Diogo do Prada. **O romance popular português na obra de Teófilo Braga**. Lisboa: Gomes de Carvalho, 1946. p.49.

incontestemente à figura estatal. O Estado, para os portugueses precede a nação e seu povo porque justamente assim ele foi criado em Portugal e resistiu, inclusive, ao feudalismo, inexistente por lá. Este último existe por causa Dele (e a caixa alta faz-se necessária pelo absoluto endeusamento que este Leviatã possui em relação ao brasileiro). Para Hobbes, deve o homem conferir 'toda força e poder a um homem, ou a uma assembléia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. No Brasil e em Portugal esta força eterna nada mais é do que o Estado.³⁸

Isto equivale a dizer: designar um homem ou assembléia de homens como representante deles próprios, considerando-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos que aquele que os representa praticar ou vier a realizar, em tudo o que disser respeito à paz e segurança comuns.³⁹

Para nossos patrícios, no entanto, o Estado equivale, DIRETAMENTE, àquele punhado de homens dos quais os interessados são amigos e chegados. Esta é a definição de Estado: uma entidade que sirva expressamente aos interesses de cada um, deturpados ou não.

Em segundo lugar, não podemos deixar de lado, pela posição histórica que nos cerca, o imediatismo. Reveladora ilustrativa da economia colonial, que já traçamos um paralelo breve, privilegiadora dos caminhos e projetos tomados de forma imediata e direta em detrimento de planos traçados de forma mais abrangente e não visando uma colheita direta. Neste plano podemos citar também as idéias aventureiras do ibérico e especialmente deste povo, destrinchada neste capítulo.

A improvisação – traduzida na quase nula preocupação com o formalismo. Os ibéricos, em tempos coloniais, eram famosos por sua capacidade de não se preocupar com os formalismos. Importante era a criatividade, "não seguir pelas

³⁸ HOBBS, Thomas. **The Leviathan**. London: Oxford's World's Classics, 1991. p.18.

³⁹ CHAUI, Marilena. Estado de natureza, contrato social, estado civil na filosofia de Hobbes, Locke e Rousseau. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. p.220-223.

regras". Traduz-se numa característica que os brasileiros adoram serem chamados. Só que criatividade e improvisação não podem traduzir-se em desapego a regras bem estabelecidas ao convívio de todos.⁴⁰ E este é nosso grande pecado, que nos aflige até hoje.

O português era, se possível fosse definir este povo em apenas uma palavra, um conciliador. Como dizia Freyre, em sua já consagrada e tão citada obra:

(o português era) um espanhol sem a flama guerreira nem a ortodoxia dramática do conquistador do México e do Peru; um inglês sem as duras linhas puritanas. O tipo do contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis.⁴¹

Temos, em nossos ancestrais, uma característica que nos traz inúmeras dificuldades. Mais de 70 anos depois, a "contemporização" não mudou muito. Se Gilberto Freyre dava esta denominação, Belmiro Valverde a chama de jeitinho. A empáfia, a soberba, a eterna tentativa de parecer maior do que é também são características clássicas de nossos nobres que vieram pra cá. Era um povo de faz-de-conta, como assim permanecemos até hoje.

Portugal alimentava-se de ser um povo iluminado, cujas glórias que possuíam além-mar serviam para, literalmente, iludir-se de uma soberba e mística que não mais existiam. Este retrato era facilmente perceptível nas narrativas de glórias lusitanas por seus principais poetas que sempre faziam alusão ao mar, aventura e riqueza:

As armas e os barões assinalados
Que, da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;
E também as memórias gloriosas
Daqueles Reis que foram dilatando

⁴⁰ CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O Brasil não é para amadores**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2004.

⁴¹ FREYRE, Gilberto. **Casa grande...** op. cit., 2006, p.265.

A Fé o Império e as terras viciosas
De África e de Ásia andaram devastando.
E aqueles que por obras valerosas
Se vão da lei da Morte libertando⁴²

Enfim, um povo forjado na flexibilidade, no desapego às regras, na aventura, fama e glória que procurava colonizar um vastíssimo território. História das mais interessantes, cujo desfecho ainda está longe de ser traçado.

2.4.1 Portugueses e Comércio. O Início do Compadrio

Dos amigos [...] tudo pode se exigir e tudo se pode receber, e esse tipo de intercurso penetra as diferentes relações sociais. Quando se quer alguma coisa de alguém, o meio mais certo de consegui-lo é fazer desse alguém um amigo. O método aplica-se inclusive aos casos em que se quer a prestação de serviços e então a atitude imperativa é considerada particularmente descabida. O resultado é que as relações entre patrão e empregado costumam ser mais amistosas aqui do que em outra qualquer parte. (ANÔNIMO).⁴³

Os portugueses, como já afirmado, preferiam a glória e a fama à pura e simples identificação com o trabalho. De forma mais clara, preferia o ibérico ser notícia e permanecer nos holofotes do prestígio público à riqueza conquistada com o suor mas sem ninguém saber. Este traço de afeição à pessoa, em detrimento do lucro, traduzia-se no fato de que era muito mais fácil negociar com um português se amigo dele fosse, ao invés de simplesmente ater-se às questões contratuais.

Este tipo de relação insidiosa, de quase incesto entre portugueses, amigos e brasileiros era um traço clássico do retrato do Brasil Colônia, bem como da forma de lidar com o Estado neste país desde então.

Comum era, no Brasil colonial, pedidos de cidadãos de classes abastadas para "entrarem de graça" nos passeios de ferrovias. Comum era a

⁴² CAMÕES, Luis de. **Os lusíadas**. São Paulo: Martin Claret, 1997. p.1.

⁴³ Observador anônimo descrito por Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil.

prática do nepotismo claro e direto. Não empregar parente seu ou coisa que o valha, ainda que este não tivesse qualificação alguma, era visto como infâmia e defendido até por quem ficava de fora da boca,. Não há como se espantar que, mesmo no plano dos negócios, era obrigatório tomar a posição do amigo. Desta forma, contratos eram flexíveis. Aos amigos, tudo. Aos inimigos, os rigores da lei.

Diante desta forma de ver a vida e de tratar-se, aos povos que estabeleciam, ainda que inexoravelmente contrários a qualquer tipo de racionalização que esta conduta exigisse, contatos amigáveis, fraternos e com convívio como se fosse de casa com os portugueses, mais fácil tornava-se a relação comercial, ainda que outros povos e comerciantes oferecessem condições mais vantajosas e interessantes.

Como se espantar que, com este tipo de herança genética e sociológica os brasileiros pudessem, de alguma forma, serem diferentes? O choque de capitalismo, defendido por Mário Covas em seu histórico comício de 1989, até hoje não chegou e data há muito como algo ainda a ser aprendido nestas parcas áreas. Curioso é que há mais de 300 anos já éramos "manjados" pelos outros povos, que assim nos distinguiam em circulares que recomendavam como deveriam fazer negócios com esta província que afirmavam, em tradução rápida que aprender a comerciar com os portugueses era assistir a uma ordem regrada à absoluta falta de regras. Se eles eram infiéis com os franceses não era culpa deles. Eles eram infiéis a todos e só comerciavam com povos com que possuíam uma relação mais, digamos, próxima e interessante:

Aprehendet de commercer avec les Portugais, attendue leur infidélité; si les Portugais sont si infidèles, ils le sont pour toutes les nations, cépendant les Hollandais commercement au Portugal utilement et les Anglais y font um commerce d'une étendue et d'um avantage étonnates; c'est donc la faute des Français da ne savoir pás prendre les mesures justes pour établir en Portugal um commerce assuré.⁴⁴

Era claro que portugueses e espanhóis desenvolviam uma certa habilidade de negociação com os outros povos que tinham suas peculiaridades

⁴⁴ SEÉ, Enrique. **Nota sobre el comercio franco-portugués en el Siglo XVIII**. Madri, 1930. p.5.

bastantes definidas: prezavam muito mais as relações de amizade e compadrio do que, propriamente, uma relação de natureza claramente capitalista, contrárias às matizes naturalmente burguesóides.

O liberalismo clássico, cuja definição possui, dentre inúmeras outras características, o fato de ser pregador da virtude individual em paralelo à social, como unidade profunda entre governantes e governados, sendo estes últimos legitimados pelas suas escolhas no poder político e, principalmente, no reconhecimento da autoridade legal como detentora última do poder a ser seguido, não apresentando exceção a nenhum privilegiado encontrava seus principais antagonistas nessa relação de compadrio.⁴⁵ A busca pela riqueza e ganância perpetava os ibéricos ao mesmo tempo em que estes encontravam meios que consideravam seguros para fazê-lo.

Não que os outros povos de então fossem totalmente santos e rezassem as cartilhas de seus negócios por formas totalmente diferentes da dos ibéricos. Os italianos da época do Renascimento eram famosos pela sua ganância e avareza, principalmente nas recuperações pecuniárias daquele mecenato que, num primeiro discurso, mostrava-se etéreo no tocante à recompensa que estes cidadão teriam num segundo momento.⁴⁶ Ocorre que estes povos e os interessados em fazer negócios com eles rapidamente puderam perceber que, quanto mais impessoais fossem as relações, quanto menor seu sucesso dependesse dos humores que um conluio fraternal superficial e breve dispusesse maiores eram as oportunidades de ganhar dinheiro. E ter uma relação comercial de sucesso.

Por que portugueses e espanhóis agiam desta forma e como não conseguiam livrar-se desta praga do compadrio comercial que tanto prejudicava suas funções e negócios? Sérgio Buarque de Holanda, na falta de melhor

⁴⁵ ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Discurso sobre as Ciências e Artes. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p.7. V.II.

⁴⁶ CROCE, Benedetto. **La spagna nella vita italiana durante la rinascenza**. Bari, 1941. p.27.

argumento, atribui à cadeia de DNA:

Em realidade não é pela maior temperança no gosto das riquezas que se separam espanhóis ou portugueses de outros povos, entre os quais viria a florescer essa criação tipicamente burguesa que é a chamada mentalidade capitalista. Não o é sequer por sua menor parvificência, pecado que os moralistas medievais apresentavam como uma das modalidades mais funestas da avareza. O que principalmente os distingue é, isto sim, certa capacidade, **que se diria congênita**, de fazer prevalecer qualquer forma de ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se afundam no parentesco, na vizinhança e na amizade. (grifo nosso).⁴⁷

Esta genética descrita pelo Professor Buarque de Holanda de forma superficial denota sua incapacidade de lidar com o tema de forma não apaixonada e mais científica. A escola da genética já produziu inúmeros monstros científicos, de Lombroso a Hitler. Achar um gene "informal" nos ibéricos representa um atentado a qualquer estudo sério de explicação sociológica que demonstre as reais causas do fenômeno. Todavia, é inegável que esta nada louvável característica cultural deste povo transpôs-se aos tempos atuais e manteve-se viva até os tempos atuais.

De fato, o sistema de recompensa inicial aos nobres que aqui desejassem viver mostrava os males que trariam historicamente à nossa sociedade e à forma de organização social e política. As próprias capitânicas hereditárias já traziam estes vícios de patrimonialismo e favorecimento dos mais próximos e já trazia outro mal que até hoje nos aflige: o latifúndio (ver capítulo 3).

A explicação deste fenômeno possui causas de formalismo nobre não tão eficaz, de tendência à aproximação do que à época se chamava plebe e de uma não indignação social, motivada por questões de miscigenação racial mais aceitável e de integração de povos de climas tropicais ao seio da sociedade ibérica. Em suma, estes fatores geravam uma sociedade de natureza "informal", alheia a regras pré-definidas. Natural fosse, que com o passar do tempo, com a

⁴⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes...** op. cit., 1995, p.63.

profissionalização das relações comerciais, com o advento da globalização, com a facilidade que a tecnologia proporciona e que permite que, num piscar de olhos e num apertar de botões o PIB equivalente ao de Botswana seja transferido de uma agência de Mendoza para a conta de um investidor de Wall Street esta situação fosse mitigada, esquecida até. Esperava-se que a pós-modernidade, com toda a fluidez e agilidade que traz, massificaria a humanidade como um todo, remetendo características de validade duvidosa a meras questiúnculas do dia-a-dia. Ledo engano. Esta verdadeira confraria, tal qual um vírus, achou meios de reproduzir-se, muito mais pela ação do "homo brasiliis". Sua situação atual e como ela se propaga e reflete na hierarquia de poder e o desprendimento da atual Administração Pública com o grosso da população brasileira será algo que veremos adiante e permanece firme e forte em nossa sociedade.

3 O BRASILEIRO E O ESTADO – SÉCULOS DE RELAÇÃO DE PRECEDÊNCIA E DOMÍNIO

3.1 O HOMEM CORDIAL – A ETERNA CONFUSÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

*E todo aquele que acima da Pátria
Coloca seu amigo, eu o terei por nulo*
(SÓFOCLES)⁴⁸

É possível perceber, com clareza solar, que o brasileiro tornou-se, como povo e raça já consolidada, um espectro de natureza social bastante peculiar e de natureza singular no mundo de hoje.

Somos produtos e sub-produtos da miscigenação, com todas as características já percorridas de um africano que mantém de alguma forma suas características naturais ao mesmo tempo em que só pode ser analisado sob a condição de escravo. Curioso é que somos um país tão único que até este escravo era diferente. Escravos que se sentavam à mesa, que educavam os filhos brancos dos seus senhores de então como se seus fossem. Que, logo após a abolição, período que é auto-explicativamente traumático fossem encontrados cortando cabelos e fazendo barba daqueles mesmos cidadãos que há dias deviam sua vida e seu suor por serem naturalmente inferiores? Onde mais a população indígena empenhou-se em, até certo ponto, ajudar os invasores? Onde um início de civilização encontrava outro tão mais avançado tecnologicamente e, ainda assim, procriavam como se não existisse amanhã? Onde mais no mundo esta procriação era aceita de maneira tão natural quanto neste pedaço perdido de terra? Em suma, somos fruto de uma integração sexual e social cuja natureza não pode ser definida de outra forma que não seja estritamente harmônica e, na medida do possível que a situação permitia, não

⁴⁸ SÓFOCLES. *Antígona*. Trad. de Genaro Godoy. Madrid: Editorial Universitária, 1981. p.53.

traumática.

Não é de se espantar que este povo formado pelas junções, afirmações e submissões destes três acima, que enredasse a vida sem amanhã dos tupis, a contemporização com trabalho árduo do africano adaptado, o sonho do português de riqueza fácil e desprendida e a facilidade com que esse povo lançava-se em busca de aventura, sonho fácil e bonança tivesse sido elemento principal gerador de um outro povo, já formado e criado com características que remetessem, constantemente, ao compadrio em detrimento da objetividade e impessoalidade que deve caracterizar as relações, tanto comerciais quanto administrativas, entendendo estas últimas como a divisão do Direito que cuida das relações entre o cidadão e a Administração Pública – Estado.

A contribuição brasileira para a humanidade em geral e a forma como nosso povo é visto, inclusive decantada pelos locais é o da cordialidade. Inicialmente é importante desfazer o mito, repetido por boa parte da intelectualidade que esta foi uma expressão cunhada do clássico Raízes do Brasil. De fato, foi esta obra que a consagrou, No entanto, ela foi cunhada originalmente por Max Weber, em seu clássico *Wirtschaft und Gessellschaft*.⁴⁹ É comum sermos narrados e descritos como cidadãos cheios de paz e alegria, cuja vida é tocada independente dos dissabores e com extrema hospitalidade ao estrangeiro, em especial nas que revelam o trato sexual. Um povo, enfim, "de bem com a vida", alegre e criativo. Aquele conhecido "amigo de festa". Ótimo para curtir uma bela noite, uma excelente companhia, fascinante papo. Péssimo para fazer qualquer coisa que represente progresso material e espiritual.

É inegável que a forma com que tratamos nossos pares estrangeiros, a hospitalidade e o próprio desprendimento com que cuidamos de nossas próprias coisas, aliado a certo puritanismo de aversão às virtudes econômicas é um trato

⁴⁹ WARD, James F. Language, Form and Inquiry. In: F., ARTHUR. **Bentley's philosophy of social science**. Massachussets: Boston, 1991. p.34.

marcante do brasileiro. Carregar sua bandeira e vestir uma camisa amarela, com o objetivo de ser reconhecido de alguma forma com um caráter patriótico que não sabe muito bem o porquê, em especial quando viaja ao exterior (e sempre que sua Seleção Brasileira entra em campo, como demonstração deste orgulho esportivo transformado em superioridade nacional) denota um ritual típico do povo destas plagas. Rituais são comuns entre povos e demarcam algumas diferenças culturais que permitem distingui-los e traçar formas de relacionamento. Não é este senão o caso brasileiro, que, ainda que inadequado, conseguiu fazer desta forma uma espécie de padrão em sua forma de tratamento interpessoal.

Impressiona e chama a atenção, mesmo para os portugueses que não costumam fazer uso deste expediente (no mundo contemporâneo é importante citar que Portugal passou por um processo forçado de incorporação de formalismo de cultura original, até por sua integração econômica à União Européia), a facilidade com que brasileiros demonstram sua falta de formalismo e tendem a demonstrar e procurar intimidade com aqueles que não a têm.

Um dos exemplos mais clássicos disso é como temos uma tendência cultural, desde a infância a ignorar os nomes de família e usar e abusar do primeiro nome e dos diminutivos carinhosos, sem estímulo a pronomes de tratamento. Ronaldinhos, Paulinhos, Fernandinhos, todos são desde a infância apelidados desta monta e até por desconhecidos quando deparados na vida adulta.

Apenas para fazer um paralelo e citar um exemplo clássico, no Carnaval de 97 o nadador russo Alexander Popov, então recém-bicampeão olímpico, com medalhas de ouro conquistadas nas Olimpíadas de Barcelona-92 e Atlanta-96, tanto nos 50m quanto nos 100 m livres, aceitou o convite do seu companheiro de profissão, Gustavo Borges, para vir ao Brasil na época mais festiva de nosso povo. Apegado às formalidades e formas normais de tratamento, o campeão estranhou quando vários fotógrafos, bem como de cerimonial de camarotes da Marquês de Sapucaí começaram a chama-lo pelo sobrenome ("Popov, Popov"), tanto como

demonstração de intimidade quanto de pedido aberto para tirar uma fotografia. Sua reação, natural para quem não é acostumado a isso, valeu ao russo, segundo a Revista Veja da época, o troféu Limão, como a personalidade mais intragável do Carnaval: "My name is Alexander. If you wanna call me by my last name is Mr. Popov."⁵⁰ Evidente, o pronome de tratamento adequado é uma universalidade que demonstra o grau de civilidade do mundo contemporâneo. Embora não seja usado no Brasil, de forma errônea, ao menos nossos jornalistas deveriam aprender como utilizá-los. E não paramos por aí. Quem não se lembra da célebre carraspana que o atual Senador Fernando Collor de Mello passou em um repórter que lhe chamou pelo pronome direto ("Você não, chame-me de senhor")?

À primeira vista estes tipos de atitudes denotam civilidade e apego pelo próximo. No entanto, este tipo de comportamento é muito mais complexo que isso. Traduz um arcabouço emotivo complexo e expressa uma forma de atuar e ser reconhecida por aqueles que julgamos serem superiores a nós e, ainda que o "brasileiro médio" não admita, possua uma sociedade civil mais organizada e desenvolvida.

No fundo, nada mais não polido resta nesta forma de expressão da cultura brasileira e nada mais longe do que ela significa ser habilmente cível com o trato alheio. Esta busca pela aproximação, em especial com a classe mais poderosa e abastada denota uma insegurança e falta de preparo para suas próprias ações e submetem o brasileiro a um estado de notável inferioridade e submissão social. Mostrar-se "arregado", gíria que é comum à estratificação mais jovem da população é valer-se de uma aproximação, ainda que artificial, para conseguir favores pessoais, em detrimento de quaisquer regras de ética e moral que possam existir para que este objetivo final, seja de riqueza, favorecimento, de uso de instituições seja alcançado.

Ao contrário do que diz Sérgio Buarque de Holanda,⁵¹ que qualifica que

⁵⁰ REVISTA Veja, São Paulo, Abril, n.1342, fev. 1997.

⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes...** op. cit., 1995, p.147.

"nenhum povo está mais distante da noção ritualista da vida do que o brasileiro", o autor desta ousa discordar, e diz o porquê. Através de formas básicas de convívio, carregado por um alicerce histórico e até genético, se considerarmos que esta forma de existência subsiste pelas práticas comuns deletérias de nossos ancestrais que há muito nos suporta o brasileiro criou sim, sem dúvida, um ritual clássico de viver e de manter suas relações com quem ele julga que é elite e com quem julga que é Estado: quanto mais próximo, quanto mais cada um conseguir inculcar nestas relações quaisquer resquícios de aproximação sanguínea e permissividade fraternal, em detrimento de atributos pessoais de intelectualidade ou preparo em relação ao primeiro e de impessoalidade/imparcialidade e apreço e priorização no tocante ao segundo maior sucesso terá no seu sucesso profissional e social.

O fino trato, a cordialidade, a polidez e o gracejo, que tão alardeadas são por nossos patricios, em especial quando conhecem o mundo exterior mascaram estas atitudes. Serve, isto sim, como o peixe que se disfarça de inocente e diminui seu tamanho para atacar sua vítima oceânica. Se discordarem, vejamos o exemplo prático: o turista americano que chega nos EUA. Devidamente trajado com o que ele julga ser um paraíso tropical (não nos enganemos – ainda é como somos retratados, isto, evidente com nossa imensa contribuição carnavalesca e de exaltação a nossas "qualidades" no exterior) – roupas floridas, chapéu da América Central, bermuda branca e chinelo franciscano é tratado com cordialidade pelos motoristas de táxi que o recebem pelo fato de, por ser estrangeiro, pagar mais (ou até, em casos que não são incomuns, ser ludibriado). Na vida noturna, estrangeiros que porventura tenham algum contato com algum membro do Estado ou que demonstre prestígio e poder são tratados de forma diferenciada não pela amistosidade e desprendimento mas pela possibilidade de criar-se um vínculo que permita fazer negócios e favorecimentos, mesmo que não haja capacidade pra isso. Sérgio Buarque de Holanda vai inclusive mais além, ressaltando o fato que

esta forma de comportamento seja patológica e revele uma absoluta incapacidade de conseguir tocar sua vida de acordo com suas próprias capacidades. O brasileiro, em si, sente-se inerte, destituído de providência para obter seu próprio sustento e sucesso nos campos da vida.

No homem cordial, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser o que mais importa.⁵²

Nisto é que reside a "cordialidade" de nosso homem, tão cantada em verso e prosa como algo positivo por pessoas que sequer passaram os olhos sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda. Além de ser uma forma de, inicialmente, tentar burlar regras através do compadrio e aproximação, transmite uma insegurança com a capacidade própria, que nos acompanha há muito. E este tipo de manifestação que acompanha a sociedade brasileira faz com que ela possua uma relação com o Estado que se aproxime na mesma monta.

Este traço marcante de nosso comportamento poderia ser traçado apenas como uma característica interessante e, se analisada superficialmente, até risível da formação de nossa população. Todavia, este tipo de comportamento não se limita às relações privadas e é justamente nisso que reside o problema. Quando o brasileiro adquire este tipo de comportamento e o transforma nas relações que possui com o Estado, temos um problema, porque a relação entre o público e o privado, de cordialidade e compadrio são completamente incompatíveis com a visão clássica de coletividade e imparcialidade que este organismo deve ter. Seus reflexos e a forma como isso acontece historicamente será visto a seguir.

⁵² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes...** op. cit., 1995, p.147.

3.2 HISTÓRIA DO ESTADO – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA – COLÔNIA E IMPÉRIO

Em 1808, D. João VI trouxe para o Brasil a corte portuguesa, que transplantou para o solo brasileiro a cúpula político-administrativa da metrópole e seus métodos. Embora o Brasil já tivesse alguma estrutura administrativa desde o século XVI, com os governos gerais e os vice-reinados, a vinda da corte teve profundo impacto nas instituições, com a instalação da burocracia real, da magistratura judicial e a criação dos primeiros ministérios. Mas, apenas treze anos após a sua vinda, D. João VI levou a corte de volta para Portugal, premido pelas condições políticas internas da metrópole, que ameaçavam a sobrevivência da realeza. Em poucos meses, toda a estrutura administrativa e institucional brasileira foi desmontada, pois a cúpula administrativa se apressou em acompanhar el rey em seu regresso. (BELMIRO CASTOR, 1987, p.49).

É o Estado quem, por definição primordial, numa sociedade que segue a lógica da história da humanidade, deve encarnar os interesses da sociedade. Através deste instrumento, no qual reside um conjunto de normas, princípios e afins, dotados de força cogente que a vida social é disciplinada e que a coletividade se materializa em prol de interesses comuns.

Muitas definições de Estado já surgiram e todas com muito maior talento das que esse autor prega. É de fundamental importância, no entanto, captarmos um pouco do histórico do Estado neste país para contrapor aos clássicos do gênero.

No Brasil Colônia, a Administração Pública era organizada sob princípios levemente diferentes daqueles preconizados acima. Na definição clássica de Caio Prado Júnior, o Estado colonial "abrange como uma unidade inteira que funciona num todo único, e abrange o indivíduo, conjuntamente, em todos os seus aspectos e manifestações".⁵³

As funções de público e privado, formalmente não possuíam distinções.

⁵³ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 1984. p.299.

Embora hoje em dia, com as práticas nefastas à Administração Pública elas ainda se confundam é impossível compará-las em pé de igualdade com este período da Idade Moderna em que elas eram ligadas umbilicalmente, com a naturalidade que, por herança ibérica, alguns mantêm até hoje.

Herança clássica da ausência de legislação ordinária que consolide condutas, as funções administrativas no Brasil Colonial e depois na fase pré-republicana não possuíam definições formais e estruturavam-se em disposições não ordenadas, conforme a tradição lusitana da época recomendava. Curioso é que isto explica, em parte, a verdadeira bagunça legislativa que assola o país já que nem mesmo juristas renomados sabem exatamente, por herança ibérica e mérito próprio atual nosso, que leis se encontram em vigor.

Em relação ao Período Pré-Imperial, de 1500 a 1808, o Estado brasileiro regia sua Administração Pública por registros oficiais diretamente reproduzidos de Portugal. Submetidos estávamos às ordenações do Reino. As capitanias hereditárias, que formavam um complexo sistema de extensão do reino português submetiam-se a um Conselho Ultramarino, que se subordinava a quatro Secretários de Estado, que possuíam liberdade para nomear quem desejasse para formar seu séqüito. O Senado da Câmara tinha sua sede nas vilas e cidades e estendia sua jurisdição sobre estas.

A corrupção e leniência com a coisa pública dominavam o que se chamava de estrutura administrativa. Como de praxe nas coisas vindas de Portugal, o vício de administrar o público como se fosse particular dominava as relações administrativas e não deixava margem alguma a outras atitudes. Não era de se espantar que a população visse isso com naturalidade e permeasse a relação com a Administração desta forma até os dias de hoje.

Nada mudou muito no período Imperial. A vinda de D. João VI traz ao Brasil a corte e esta forma de governar continua basicamente a mesma. No entanto, como agora éramos Reino Unido de Portugal, estávamos autorizados a

emitir Leis, Decretos e Alvarás, Cartas-Régias e Cartas-de-Lei.⁵⁴

Com a chegada da Corte é oficialmente instalada, materialmente, a organização político-administrativa da "matriz", criando-se, aí sim, os primeiros ministérios e magistratura. Com o advento da Independência, em 1822, a Corte é completamente transplantada de volta à sua origem e as formas de organização burocrática começam a ser improvisadas começamos a ter nossa primeira Assembléia Constituinte e esta delimita as formas de atuação do cidadão e do Estado, pela primeira vez num documento genuinamente brasileiro.

Mais curioso de tudo é que, até nisso, conseguimos a proeza de ser um país fadado a improvisos e afins, já que do ponto de vista formal, D. Pedro I começou a assinar como Imperador independente do Brasil apenas em 12 de outubro daquele ano, conforme a ata de aclamação. Ou seja, de 7 de setembro até os meados de outubro, continuamos com Príncipe Regente e sequer tínhamos oficializado nossa Independência (dava pra perceber o que viria depois).

3.2.1 República

O período Republicano nos traz uma série de formações originais de quadros, marcados por sete Constituições e tentativas de reformas administrativas pontuais em cada uma delas. No entanto, melancólica como começou, ela permanecia elitista, entendida esta como dominada por poucos, regada por poucos e privilegiada para poucos. A forma de preenchimento dos cargos e a relação com o Estado não encontrava diferença, já que a estrutura cartorial do Estado foi totalmente herdada do Império. Deodoro renuncia em 1891, assume Floriano mas inconstitucionalmente⁵⁵ não convoca novas eleições, obtendo a chancela do Congresso.

Todavia, o período pós-Floriano, de República Velha, tem uma caracte-

⁵⁴ O autor não vê necessidade em dissertar acerca dos conceitos.

⁵⁵ Art. 42, Carta de 1891: "Se no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou da Vice-Presidência, não houverem decorridos dois anos, do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição".

rística que o torna, do ponto de vista de nosso trabalho, de valor histórico. Ainda que de forma tímida, pela primeira vez a sociedade brasileira recebe um alento governamental para andar com as próprias pernas, através do trabalho de Ruy Barbosa no Ministério da Fazenda⁵⁶. A iniciativa privada começava a receber estímulos verdadeiros, por financiamentos e subsídios governamentais (sempre o Estado presente), a economia passava a ser basicamente industrial e a sociedade urbanizava-se.

No entanto, como veremos adiante, os males provenientes da política de latifúndio e oligarquias que veremos mais pormenorizadamente adiante começavam a fincar suas bases mais largas e a fraude institucionalizada no processo eleitoral não abalava a população, que via isso como uma fraude natural. A política do coronelismo, enxada e voto dava sinais que demoraria muito a sumir.

A política de Prudente de Moraes trazia ainda mais pra perto do Estado os Governadores, num clássico sistema de troca de favores e Repúblicas privadas, de oligarquias regionais. Desta forma, a República brasileira, no período pré-ditadura, mesmo com a modernização e clientelismo Varguista esvaía-se na mesma forma que existia durante o Império com a exceção das leis que a regulamentavam. Isto é: oficialismo, personalismo das relações políticas, inexistência da separação entre oligarquia-Estado. O indivíduo e cidadão, como de praxe, vivia das migalhas ou daquilo que o Estado podia lhe oferecer.

Em 1934, já sob uma ditadura, a Ordem Econômica e Social é oficialmente criada, iniciando, formalmente, a intervenção estatal econômica sob o prisma constitucional (apenas formalizada porque nunca ela deixou de existir). O Brasil nadava (e volta-se a repetir, do ponto de vista formal) contra a corrente mundial, que instalava normas de cunho autoritário e antiliberal em nome de uma ordem imposta (nazismo, franquismo, salazarismo e fascismo são seus melhores exemplos), fornecendo aos seus pares uma liberalidade assistencial, como forma de legitimar o

⁵⁶ BARROSO, Luis Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 6.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p.14.

apego deste com o Estado, em detrimento de uma autoridade de planos expansionistas. No chamado Estado Novo dá-se a nacionalização formal da economia (que até hoje não conseguimos nos livrar) com a exploração de áreas que à época se julgavam estratégicas como mineração, aço, petróleo, geração de energia e afins. O avanço do que se julgava capitalismo era propiciado pelo fomento de industrialização. Todavia, em nenhum momento o Estado esteve ausente, tirando de seu próprio bolso para que estes avanços ocorressem, como é prática comum em nossa sociedade.⁵⁷

No período pós-Segunda Guerra, as modificações constitucionais representativas de uma nova ordem são um imperativo para representar a nova ordem mundial e a nascente correlação de forças. Das potências que lá estiveram apenas os EUA não formalizou sua Constituição, porém a sua forma de interpretação foi bastante alterada (a imutabilidade da Constituição Americana não passa de um mito. Ela diferencia-se de acordo com a interpretação dos membros que compõem a Suprema Corte e denota o ponto de vista histórico respectivo). Deste país a maior contribuição foi a tentativa de criar um federalismo formal. Ele, evidente, não funcionou, por um simples motivo: o conceito de federalismo americano é diametralmente oposto à formação de nossa sociedade.

Os norte-americanos entendiam o federalismo como uma forma de organização social e política que centraliza o poder num Estado por meio da união de unidades que possuem autonomia e que não aceitam ter estas autonomias tomadas por um Estado unitário e centralizador. No Brasil, essa era apenas uma forma de "descentralizar" o poder em Estados-membros que por si só eram centralizados. Não funcionou nem de uma forma nem outra. Uma porque ela foi criada com o conceito americano mas sua aplicabilidade era inviável, haja vista que não é culturalmente aceitável, em um país que foi gerado sob a égide da ligação direta com o Estado maior que ele abdique de suas "responsabilidades"

⁵⁷ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. p.32.

com seus pobres súditos em prol de um movimento que não é ascendente, ou seja, dos pequenos locais e de sociedade civil organizada, como é o Federalismo clássico. Também não funcionou de outra forma porque, é óbvio, a União e o Estado federal nunca quiseram abdicar muito de seus poderes, tanto porque sob o signo da cooptação esse tipo de poder sempre influencia e outro porque temia diminuir a arrecadação e, evidentemente, a posterior distribuição de benesses e afins aos barnabés locais.

Num movimento de sístole/diástole, volta em 1950 Getúlio com discurso de promoção do interesse público e defesa da coletividade. Embora menos assistencialista e mais desenvolvimentista, Juscelino continua as plataformas deixadas por Getúlio, com a ampliação de seu plano de metas e política desenvolvimentista. A estratificação social e relação da população, tanto com o sistema votante quanto sua participação permanece a mesma. Quadros que pregavam uma mudança na forma de percepção da participação do Estado e da relação com o indivíduo já começavam a surgir, sendo seu principal expoente o diplomata e economista Roberto Campos. Esta época também é marcante para o presente porque, pela primeira vez explicitada, o discurso de moralidade administrativa, de dissociação entre o público e o privado começa a ganhar força, na figura de políticos como Lacerda e Jânio. Este último, personagem da carreira mais meteórica de um político no Brasil até o presente momento (em cerca de uma década, sem perder sequer uma eleição catapultou-se da vereança até a cadeira de Presidente da República) fica apenas 7 meses no cargo e sua visão municipal de tocar a máquina pública e absoluta imersão em seu próprio mundo levou a renunciar, mergulhando o país em profunda crise institucional que, depois de breve assunção do legitimado constitucional para o cargo João Goulart e de rápido flerte com a experiência parlamentarista de Tancredo Neves culminou no Golpe Militar de 64.

A classe média, preocupada com seus interesses mais comezinhos temia

que forças externas assumissem o poder e retirassem a proteção estatal que tanto lhes trazia sossego. Curiosamente, num período de ditadura e supressão de ordem, com eleição indireta de Presidente (mais uma das coisas que só acontecem no Brasil – eleição para Presidente em ditadura formal) que a primeira legislação administrativa formal consolidada é editada: o Decreto-Lei 200/67.

Gerado da cabeça da Comissão Amaral Peixoto, instituída pelo Presidente João Goulart e que coordenou os estudos para a adaptação sistêmica da estrutura do governo federal,⁵⁸ este verdadeiro marco de dirigismo estatal e planejamento administrativo constitui-se num norte que elencaria as atividades exercidas pelo Estado e, ainda que pudesse ser criticado, impessoalizava e determinava a forma de gerência da Nação com a participação ativa de seus agentes. O monopólio do Estado, que a tudo atingia e a todos organizava recebia uma flexibilização na forma de fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. O servidor público deixava, ao menos em tese, de ser um mero compadrio de favores do Estado e a relação incestuosa entre os dois, na teoria e na prática, não era a mesma. Os princípios de aumento da produtividade, meritocracia, acesso a função superior dentro da estrutura orgânica do órgão, constituição de quadros dirigentes, organização de quadros funcionais e ouvidorias em órgãos públicos remontavam à condição que deveria pautar e nortear estas instituições e a relação com o cidadão desde sempre.

No entanto, como é sabido, esta forma de enquadramento do serviço público e as vantagens que aumentavam diminuía ainda mais o incentivo à iniciativa privada e ao desenvolvimentismo sem a participação do Agente maior. Logo a meritocracia foi adaptando-se aos moldes e costumes locais e o resultado todos sabemos qual foi.

Com a chegada de Geisel ao poder, a abertura lenta e gradual do Estado

confunde-se com desejos de modernidade e renovação. No entanto, a saída dos militares para um governo de natureza civil apenas intensifica essa relação e a dependência do cidadão das benesses. A sociedade civil organiza-se para "ajudar" o Estado a assegurar seus direitos, através de planos econômicos como o Cruzado e de carreiras estatais que os privilegiasse.

A Assembléia Constituinte, presidida pelo Deputado Ulysses Guimarães e instalada pelo então Presidente do STF Moreira Alves em 1987, revela uma sociedade cuja dinâmica de forças para garantir seus mais intrínsecos interesses é respaldada pelo medo. Medo que uma força contrária, de maior força, cujos interesses poderiam não ser compatíveis venha em direção contrária e elimine-os ou os suprima por inteiro. Esta é a razão de termos produzido uma Constituição com mais de 300 artigos, que possui formas um tanto quanto peculiares e singulares de tratar assuntos que, pela natureza básica do constitucionalismo e de redação jamais poderiam fazer parte dela.

Como tudo que é feito administrativamente na cultura tupiniquim, a execução da Constituição de 1988 foi marcada pelo assembleísmo e pelo excesso de comissões e sub-divisões. Vinte e quatro subcomissões eram agregadas posteriormente em "apenas" oito, cada uma delas elaborando um anteprojeto parcial de seu interesse que acabava conflitando com os demais e levados à votação. A falta de coordenação entre áreas e impossibilidade de chegar-se a um acordo levou ao monstro prolixo e casuístico que hoje nos chega às mãos e, da sua forma, norteia nossa visão do Estado. De positivo nas relações administrativas de ressaltar que o acesso aos quadros estatais necessariamente precisariam ocorrer através de concurso público.⁵⁹ De negativo é que neste mesmo inciso, que submete a investidura em cargo ou emprego público à dependência de aprovação prévia em provas e títulos ressalva as "nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração." Na terra do jeitinho, do

⁵⁹ Art. 37, II.

improvisos, da relação incestuosa indivíduo-Estado e da falsidade de um suposto processo eleitoral democrático nada mais surpreende do que estas brilhantes ressalvas e regulamentações constitucionais, que permitem ao legislador ordinário, nas Casas respectivas, amoldar o Estado à visão, nepote ou não, que possui em relação a ele (atentemo-nos às inúmeras previsões constitucionais que terminam com a redação "na forma da lei" para corroborar esta afirmação).

Enfim, o Brasil chega aos anos 90, depois da experiência frustrante da redemocratização com a eleição de um Presidente que, após quase três décadas, é retirado do cargo sob denúncias de corrupção com um modelo de Estado ainda a ser inventado e recriado. Embora timidamente iniciado por Fernando Collor, o processo de privatização, levado à baila por Fernando Henrique Cardoso (projeto este que nem seu partido mais sabe se é favorável ou não, haja vista a tibieza e vacilo com que o "defendeu" nos debates presidenciais do segundo turno de 2006, contrastado com um discurso vazio e propagandista do candidato vitorioso) não trouxe consigo um modelo gerencial de Estado que permitisse ao cidadão desvincular-se daquele como mola propulsora da sua felicidade, muito menos o trouxesse, dentro de um processo político-eleitoral para o centro das decisões, decisões estas que sempre são tomadas pelos grupos dominantes. Aqueles que, porventura de forças próprias ou alheias conseguem transpor o conceito aparente de imobilidade social (que não é tão pequeno como muitos julgam ser) torna-se mero agente cooptado, que reproduz as mesmas formas de reprodução, ao ver deste autor, errôneas e equivocadas a respeito do Leviatã contemporâneo nacional.

Fernando Henrique Cardoso, a despeito do que se pode julgar a respeito da qualidade de seu governo e plano diretor, circundado por intelectuais de natureza liberal (como André Lara Resende, Pêrsio Arida, Pedro Malan, Mendonça de Barros, Gustavo Franco e outros) aliou-se a uma teoria de ação estatal com diminuição de quadros e enxugamento de máquinas, sempre atento a metas fiscais que, embora criticadas por não levarem ação social à população como um todo, gerou um embrião de novas formas de lidar com a máquina administrativa. Talvez,

ao contrário do que pense o atual mandatário da nação, fosse mesmo a hora de jogar o cidadão à força do mercado de maneira que pudesse transpor este modelo assistencialista tão limitador e que o torna tão dependente, tanto da figura pessoal de coronéis quanto do oligarca maior – a máquina estatal. Com Lula, percebemos que, ao mesmo tempo em que o Estado continua com sua função social, ele não se preocupa mais em preparar o indivíduo para a iniciativa privada porque parece que não é o que a população deseja. Pelo recado eleitoral que ela passou na última eleição, ela deseja maior presença, maior regulação, mais presença do semi-deus de um estamento que, como se pode ver no próximo sub-item, está longe de deixar de existir. A consequência natural é uma nova explosão de concursos, inchaço do aparelho estatal e perda de competitividade.

A realidade é que, em linhas um tanto quanto gerais, no Brasil tudo muda para ficar a mesma coisa. Nenhum processo de modernização administrativa e de mutação do binômio cidadão-Estado pode ser levado a termo se as reformas estruturais não se conjugarem com uma revisão da tecnologia utilizada na Administração Pública direta e indireta bem como das teorias fundamentais que norteiam a máquina administrativa e sua burocracia.⁶⁰ Ao mesmo tempo, uma cultura que vê o Estado como glória máxima da expressão humana não permite que este ethos aloque os recursos econômicos em prol de uma atividade sadia e capitalista moderna de seus cidadãos.

Isto posto, é de fundamental importância que na busca de um modelo de Estado que traga satisfação aos seus súditos mas sem que se constitua num fardo para que toda a nação carregue, o processo de participação popular busque um meio-termo e que tenha ao menos um projeto de conhecimento do papel que se deseje que o Estado brasileiro desenvolva, bem como a criação de modelos novos ou adaptáveis que forneça em nosso país um novo significado. Este é um desafio que este trabalho não se propõe mas fundamental para que a população descubra-

⁶⁰ CASTOR, Belmiro. **O Brasil...** op. cit., 2004, p.239.

se como agente própria de seu destino e transponha este campo invisível que o separa das decisões políticas.

3.3 PATRIMONIALISMO BUROCRÁTICO AO ESTAMENTO – CONTORNOS DE DOMINAÇÃO E COOPTAÇÃO

A independência do Estado só ocorre, atualmente, nos países em que as funções dele ainda não se transformaram inteiramente em classes, onde aqueles ainda desempenham certo papel, já eliminado nos países adiantados, onde há certa mescla, nos quais uma parte da população pode dominar sobre as outras. (MARX, 1962, p.62).

Resta claro que, como podemos ver no processo histórico étnico-social traçado anteriormente, bem como na forma como o Estado brasileiro é desenhado, o povo brasileiro, miscigenado e criado sob a égide do compadrio, da cordialidade e do apego a qualquer coisa que represente esta coletividade padrão torna-se refém deste ente liberal e, por longo tempo, é visto como a solução de todos os seus males.

Esta reflexão é de importância fundamental para o presente porque permitirá, no capítulo 4, perceber que o processo eleitoral na verdade não pressupõe qualquer forma de subversão de poder ou de classes dominantes, muito menos de participação social nos processos de tomadas de decisões, sendo que até estes próprios "mecanismos" tornam-se formas de mascarar uma suposta democratização dos meios de acesso ao poder político e de participação nas decisões mas que, na prática, não cria mudança alguma.

É função primordial do Estado, abstraídos os conceitos ideológicos que o cerca, alcançar o interesse público final, através de poderes por ele delegados pelo povo para que seus objetivos macro sejam alcançados. Numa civilização ocidental capitalista-burguesa, que nos alinhamos é comum que ele seja tripartido nas funções Executiva-Legislativa e Judiciária. O Estado deve ser instrumento para que o povo, por sua própria lavra, alcance sua felicidade, obtenha progresso e

desenvolvimento. Sim, leia-se bem: instrumento. No Brasil, no entanto, o Estado é considerado como fim último do cidadão. A grande mãe que resolverá os seus problemas e determinará, como fim e não como meio, o sucesso e encosto de nosso povo.

Não obstante as razões étnico-sociais, explicadas no primeiro capítulo que facilitam o entendimento pelo qual o Estado brasileiro possui esta relação tão atávica com seus filhos, é importante que nos atentemos a outros fatos: além de refletir um traço clássico de indolência étnica e de preguiça intelectual, bem como de cordialidade "genética", não podemos fugir a, mais uma vez, à herança ibérica de organização estatal que tanto nos persegue.

Era comum, em Portugal, em sua cultura burocrático-administrativa que os problemas fossem resolvidos através das intimidades com os membros da nobreza. Curioso é que este país, já demonstrando a criatividade do povo ibérico tão bem retratada em nosso capítulo 2, inventou uma forma de acesso às benesses dos poderes estatais que muito diferiam dos outros povos europeus da Idade Média-Moderna.

Burocracia, é bom que se frise, sem conotação pejorativa. O sistema burocrático moderno, longe do conceito marxista que atribuía pejorativamente quaisquer organizações burocráticas como forma de dominação da classe dominante frente à classe trabalhadora, está mais atrelado ao Weberianismo, que pela primeira vez conferiu ao Estado a função de monopólio de repressão como característica principal para sua origem. Entende-se este conceito como absolutamente necessário para a existência de uma sociedade capitalista avançada, que necessita de regulamentos e normas para funcionar administrativamente.

Era comum nos Estados do Velho Mundo a cooptação de senhores feudais que dominavam o disperso poder político de então para os quadros da monarquia, com títulos de nobreza e as vantagens que isso os traria. O domínio de

poder político concentrado, aliado à forma de organização monárquica sem dúvida seduzia estes donos do latifúndio para que o mapa europeu fosse novamente reorganizado e subjugado à ordem que remontava à Baixa Idade Média. Em Portugal, títulos não eram necessários, já que este processo, que inibiu quase que por completo o feudalismo naquela região⁶¹ era feito não por meio de títulos mas sim de favores diretos como aliciamento daqueles que necessitavam de favores diretos da Coroa. Doação de terras estrategicamente interessantes sob o ponto de vista comercial, facilidades concedidas àqueles que desejavam se lançar ao mar (estímulos estatais, em especial nos empréstimos para as navegações) e abertura de frentes para comerciar diretamente com as Índias eram instrumentos de cooptação claros. A verdade é que o Estado brasileiro moderno é visto como o grande empregador e como a grande panacéia dos males de seu povo.

O brasileiro demonstra que esta estrutura patrimonialista e protetora conseguiu simbioticamente resistir e amoldar-se às formas de capitalismo que foram sobrepostas posteriormente. Por incrível que pareça, esta forma de resistência a valores impessoais arranja forma de resistir inclusive numa era de capitalismo financeiro que prega a lei do mercado e do vil metal.

No Brasil, não há mudanças significativas, ao menos na essência, na forma como o cidadão relaciona-se com o Estado. A República proclamada em 1889 nasceu sob a égide herdada do Império e dos costumes de como os povos ibéricos organizavam a sua administração, isto é, um evidente domínio patrimonial do Estado, que jogava suas garras por tudo que encontrava, apropriando-se do monopólio de fruição de bens e serviços, de concessões (até hoje existentes sob a mão forte em nome do "bem público") e de distribuição irrestrita de cargos e benesses. Esta forma de concessão era chamada, pura e simples, de patrimonialismo e ao longo do tempo ela basicamente amoldou-se à forma de composição da estrutura administrativa

⁶¹ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo/USP, 1978.

nacional, não obstante algumas eventuais tentativas de revertê-la. (Item 2,2).

O patrimonialismo age lado a lado à forma de existência desvirtuada da burocracia estatal brasileira, conceito este compreendido como um sistema que é necessário para a composição de um sistema capitalista avançado e moderno e que deve ter, num modelo ideal-burocrata estratificações de controle e acessibilidade por parte daqueles a quem devem servir: os cidadãos. Weber conceituava a burocracia como um

agrupamento social em que rege o princípio da competência definida mediante regras, estatutos, regulamentos, documentais, hierárquico-funcionais, especialização profissional, permanência obrigatória do servidor, na repartição, durante determinado período de tempo e da subordinação do exercício do cargo e das normas abstratas.⁶²

Importante ressaltar que Weber aliava o conceito burocrático e a forma de composição deste sistema como algo imprescindível a sociedades modernas e jamais o tratava como um conceito que se distanciasse da meritocracia e da excelência administrativa. Curiosamente o grande antagonista de Weber foi Marx, que aliava sempre aspectos negativos a este sistema, como funções inerentes do capitalismo que mantinham a sociedade longe do poder político.

Marx estava certo quando previu esta forma de organização burocrática que muito existe no Brasil, alijando a população de participação direta na máquina estatal mas não deixa de ser irônico que o maior dos críticos (ao menos aquele cujo renome suplantava em evidência os demais) desta forma de estruturação do aparelho estatal tenha servido vilmente, numa doutrinação que ocorreu sem sua autorização e que relegou à sua biografia um lixo que não o pertence, para a instalação dos maiores sistemas burocrático-negativos da existência da humanidade. Engels, por sua vez, já vislumbrava que o conceito marxista de burocracia iria dominar a União Soviética já

⁶² RAMOS, Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro** – esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro: FGV – Instituto de Documentação da Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983. p.191.

que, segundo o próprio, era claro que as instituições, com suas falhas, tendem a perpetuarem-se quando éticas de convicção são superadas por éticas de responsabilidade sem levar em conta o amadurecimento populacional e o tempo:

"o pior que pode acontecer ao chefe de um partido avançado é ser obrigado a tomar o poder numa época em que o movimento não está maduro para o domínio desta classe."⁶³

É inconcebível pensar o Brasil ou qualquer sociedade moderna desprovida de burocracia, compreendida esta, bom que se frise, como um sistema de organização da máquina pública e de prestação e participação dos serviços ligados à Administração com centralização de coordenação e aquilo que tanta dificuldade temos: a impessoalidade das relações homem-Estado.

A burocracia moderna, num projeto de Estado adequado às convicções deste autor deve servir para que permita ao cidadão comum a sua ascensão e compreensão da coletividade e dos serviços a que o Estado deve se prestar para que sua existência e liberdade sejam garantidas bem como a participação política não mascarada, sem intermediários. Neste ponto que resta como é peculiar este Estado à brasileira e como seu surgimento e desenvolvimento o tornam único na esfera ocidental. As elites brasileiras, em sua própria ignorância intelectual do aparelho burocrata, valem-se deste meio para perpetuar-se no poder, ao mesmo tempo em que, representando setores pontuais de nossa sociedade praguejam contra as limitações que o sistema desvirtuado de sua função primordial e positiva numa sociedade capitalista saudável. Como ela se vale deste instrumento para podar e negar participação política às classes populacionais que se encontram na esfera de proteção do Estado que supostamente tira tudo e não dá nada em retorno é assunto do próximo capítulo.

Este tipo de patrimonialismo burocrata, de absorção do Estado de todas

⁶³ ENGELS, Frederich. **La révolution démocratique bourgeoise em Allemagne**. Paris: Edição Sociales, 1951. p.96-97.

as funções que deveriam, num sistema capitalista pós-feudal (ou, como bem dizem os autores, simplesmente capitalista, negando-se a existência do feudalismo ibérico) ser transportada para o seio da sociedade, o patrimonialismo de estamento brasileiro⁶⁴ passa a ser o dirigente máximo e portador dos anseios comerciais e econômicos de toda uma sociedade. Ele emprega, manipula o mercado, subsidia projetos de cunho econômico – pessoais, controla o crédito e produção. Gere, regulamenta e fornece. Em suma: ele detém a força suficiente para patrimonializar e monetarizar, de forma material, as aspirações de seus cidadãos. Dá e tira o pão e exige como ele seja feito.

Da forma como conhecemos, não é de se espantar que, por força de nossa formação estatal e de nosso imenso apreço por tudo que sai das entranhas da grande Viúva, tenha-se criado um aparelho estatal amorfo burocrata (no sentido marxista da palavra) e que sempre possui a mesma classe dirigente. Ora, é evidente que este Messias tivesse criado um aparelhado clássico de controle de poder que coopta e transmuta quem quer dirigi-lo. Por isso ele paga, emprega, sustenta. Acima da sociedade, este Grande Irmão, estabelecido constitucionalmente mas, pior de tudo, legitimado pela sociedade, torna-se impermeável a quaisquer mudanças por razões simples: a sociedade, de tão impregnada por este sistema, não consegue se ver de outra forma muito menos educar-se para, em um processo de baixo pra cima, criar mecanismos eficazes o suficiente para mudar a forma de organização política e a cara do Estado. De cima pra baixo esse processo é inócuo porque a própria sociedade não aceita uma proposta de Estado que não mais monopoliza, não mais emprega, não governa em nome próprio, aliada a um grupo de agentes políticos cujas diferenças limitam-se ao superávit primário e formas de assistencialismo.

Da forma como existe, o grande problema talvez não seja apenas o fato que esta forma de relacionar-se com o Estado crie um sem número de "pessoali-

⁶⁴ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo/USP, 1978. p.737.

dades" num ambiente que, por si só, deveria ser impessoal e com vistas ao mais básico dos interesses quando falamos de uma coletividade: o interesse público. O principal efeito colateral é, justamente numa sociedade que nasceu desprovida "geneticamente" de incentivos para que ache um equilíbrio entre sua forma de atuação econômica e sua dependência ou não da Administração Pública para, simplesmente, tocar sua vida.

Portanto, a mudança de atores principais do espetáculo político não possui nenhuma diferença. Fernando Henrique Cardoso, Heloísa Helena e Luis Inácio da Silva podem até possuir suas ressalvas em relação ao outro. Mas, sob o ponto de vista de dirigismo estatal, com as diferenças pontuais clássicas entre assuntos de gestão e no que pese a tendência modernizadora do primeiro (que não conseguiu equilibrá-la com avanços sociais), nenhum deles, inequivocadamente, nos exercícios de suas respectivas funções (Senador e Presidente da República/Senadora/Deputado Federal e Presidente, respectivamente) pregou uma independência saudável do indivíduo em relação ao Estado (FHC desejou que este simplesmente não possuísse qualquer relação com aquele e a forma de resposta populacional deve ser vista não só como um apego patrimonialista Faorista de seu povo mas também como uma questão de sobrevivência) muito menos criou mecanismos eficazes para que isso acontecesse. E não cria não só porque a sociedade o rechaça mas também por possuírem, na ótica deste autor, uma visão equivocada dos poderes que lhes cercam. E neste ponto é que, apenas timidamente agora vimos algumas gritas, ainda que meramente pontuais sobre o funcionamento do Estado brasileiro. Criou-se um consenso que a ordem tributária é pesada demais, que é preciso baixar os juros, etc. É claro onde o estamento acontece porque ele é pendular, ao contrário de sociedades independentes do Estado que se revoltaram à medida que viam suas iniciativas privadas tolhidas pela mão grande.

É muito complicado perceber, dentro de um objeto de claro sufoco estatal como mudar o quadro. O que se percebe são manifestações difusas e pendulares.

Ora o Governo baixa os juros e "estimula o crescimento", favorecendo a classe empresária. Ora cria um plano de carreira para Advogados da União, privilegiando os filhos da classe média provenientes do bacharelismo reinante pela enorme profusão de cursos de Direito. E faz isso também para justificar o improvisado de sua existência já que não raro vemos cidadãos que há muito conseguiram seu direito na justiça mas, pelos meandros da lentidão administrativa que se move, deixam de receber quantias que são absolutamente necessárias à sua existência.⁶⁵ O Estado brasileiro é o maior litigante de má-fé que existe. Ele protela toda e qualquer ação até o fim, mesmo que o direito do autor seja líquido e certo desde o início (ações de revisão de aposentadoria do INSS, impetradas pelo escritório privado do autor, mesmo depois de 300 sentenças seguidas continuam a ser contestadas. Em um país sério não seria mais lógico o Estado reconhecer seu erro e efetuar o pagamento?). Claro, essa litigância é feita por suas Procuradorias altamente especializadas e equipadas, com conexão direta com a Receita Federal, instituição que, para os fins reais que é criada, é de uma eficiência sem tamanho, com salários e planos de carreira incompatíveis e largamente superiores aos praticados na iniciativa privada, como mais uma prova de que, ao mesmo tempo em que ele usa a burocracia para perpetuar-se, ele deixa de criar condições satisfatórias para o desenvolvimento das atividades de mercado, exercendo cada vez mais a função patrimonialista que desempenha com grande sumidade desde os tempos de Colônia. Ultimamente, veja só, este Estado que conhecemos deseja até não pagar mais seus precatórios, parcelando-os. Só que, em contrapartida, ele não permite o parcelamento em 10 anos de IPVAS, CIDES, CMPFS e afins. A lógica é perversa e, em qualquer lugar que a população não fosse tão passiva, mereceria um levante

⁶⁵ Para melhor ilustrar esta afirmação o autor recomenda a quem desejar que cheque os autos da AÇÃO ORDINÁRIA (PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO) Nº 2005.70.00.022639-7 (PR) em curso na 4ª Vara Federal de Curitiba, aberto a quem desejar que mostra, com máxima clareza o desprezo que a máquina do Estado tem com o cidadão, já que há oito meses não paga a pensão de ex-combatente a uma viúva, sob a justificativa que esta "não juntou o extrato da sua conta para comprovar que é titular da mesma (sic).

que reinventaria o Poder Constituinte originário local. Em suma, este Estado usa mecanismos legais e constitucionais para se perpetuar, aparentando favorecer pendularmente classes determinadas que se contentam com seu pão e migalha, se isso puder lhe trazer maiores vantagens mas que, num contexto macro, é pernicioso a todos.

Estas vantagens, e aí que o barco fica cada vez mais à mercê aos sabores individuais, são determinados pela personalidade, personificação e precedência que o Estado possui em face da população e vice-versa. Como citado, elas são pendulares e a população não consegue enxergar que está diante de uma situação eterna de ganha-perde-perde já que os eventuais ganhos mediatos são perdidos num contexto macro-político. Facilitada e desejada, sob esta ótica, a atuação de um soberano, de um pai, de um semi-deus evolutivo que transformará todos os desejos de uma população em verdade porque ele representa o Estado e o Estado é visto pelos olhos de nosso povo desta forma. Abre-se espaço ao bufão, ao boquirroto, ao Homem-Estado, porque este personifica os anseios de um povo que desconhece os limites e a função pela qual um Estado existe e que uma burocracia é criada.

Erro claro e ledó engano da imprensa ou da *intelligentzia* é presumir que este tipo de atitude é mais caro à classe pobre e desenganada de nossa população, tão calejada por anos de exploração e esquecimento. Esta análise é pobre, preconceituosa e turva e não enxerga o básico: todas as classes brasileiras, pelo seu modo de relacionar-se com o Estado, necessitam de um soberano. Desconhecem a forma de independência estatal, justamente por isso personificam em seus governantes/candidatos suas aspirações mediatas de classe. Diante disso, votos são dados por simpatia e desejo de ascensão pela proximidade do governante ou no que este primeiro-príncipe trará como recompensa ao seu voto. Candidatos que não representem, de forma direta, o pai dos pobres, simbolizam para outra parte da população não uma renovação ou um modelo de Estado diferenciado mas sim um

anseio pela proximidade ao poder de forma que suas vantagens pessoais fossem atingidas. O juízo de valor pessoal a respeito desta ou daquela candidatura é mera fulanização de debate.

A conclusão que se chega diante deste quadro é óbvia: não importa a classe, o brasileiro, por não conseguir fazer a distinção Estado-cidadão e necessitar deste pai que o guie personifica o processo eleitoral-democrático numa simples ambição: "O que Ele fará por mim?" E este soberano vale-se de uma burocratização desaristocratizada, para monocratizar suas decisões. Como diz Faoro, ele

"provê, tutela os interesses particulares, concede benefícios e incentivos, distribui mercês e cargos, dele se espera que faça justiça sem atenção às normas objetivas e impessoais".⁶⁶

As esperanças são concentradas neste homem, seja Requião, seja Lerner, seja Lula, seja FHC porque o povo quer proteção, seja ele um descamisado ou um latifundiário. A noção constitucional, de intermediários, por si só deixa de existir. Ele fala diretamente à nação e os mecanismos de governo que servem para delimitar poderes, definir competências e afins mostram-se, evidente, inócuos.

Neste quadro patrimonialista e de supressão, na prática, das instituições formais que deveriam, per se, regular e comandar um Estado Democrático de Direito, que se encontra enfurnado e intimamente ligado o Estamento. Este tipo de condução das questões do Estado reflete um governo da minoria que, ao menos oficialmente, tem o objetivo de refletir os interesses de cada classe existente na nação. Esta minoria, como veremos adiante, não é formada por um simples grupo, embora as condições econômicas das classes mais abastadas permitam uma maior facilidade em pertencer à instituição. Ela reflete uma capacidade, galvanizada pela burocracia, de que o sistema permita que, independente do grupo que chega ao poder, sejam ditadas as normas pelas quais a sociedade deva viver, bem como o modo de

⁶⁶ FAORO, Raimundo. **Os donos do...** op. cit., 1978, p.740.

perpetuação do poder político. É perfeitamente compatível com o constitucionalismo moderno e aperfeiçoa-se no Brasil pela facilidade de cooptação e de impossibilidade de vislumbramento de modelos de Estado que difiram desta lógica. Por ser constitucional, mascara e engoda já que os "doutrinadores" massificam na classe social que tem acesso aos estudos que esta é a expressão máxima do poder e das vontades oriundas que ascendem. Por ser "democrático", na acepção formalista da palavra, ele se legitima para continuar existindo já que, na prática, as pessoas capazes e habilitadas constitucionalmente para tanto continuam a ocupar as cabines de votação no primeiro domingo de outubro e os meios de comunicação de massa não se cansam de ressaltar as maravilhas da votação eletrônica e como, ao contrário dos pobres vizinhos do norte, possuímos eleições seguras, rápidas e eficazes.

Rousseau dizia que dentre as formas pelas quais ele conhecia a aristocracia - a natural, a hereditária e a eletiva ele preferia a última. Provaremos que, no Brasil, não vivemos num quadro aristocrático e que a conexão existente com classes economicamente mais privilegiadas e politicamente mais ativas gera uma relação meramente estamental. Ou seja: o dirigismo estatal, independente de classe, prevalecendo sobre a manipulação elitista. A cooptação como forma eterna de auto-organizar o Estado em benefício de sua própria existência, ao contrário da manutenção de seus interesses.

Não nos enganemos. O Estado é e sempre será governado por uma minoria, a que alguns denominam de aristocracia. Não é outro senão o motivo pelo qual elas estudam, redigem uma Constituição, organizam-se em forma de poder econômico para almejar o poder político, em sua definição de Estado Democrático Burguês, como é tradicional. Ocorre que por força deste patrimonialismo estamental que nos gere a autocracia é mutável nos seus quadros mas autoritária e imutável na forma de gerência dos interesses da coletividade. Age sempre, sem pestanejar, de cima pra baixo, numa espiral de dirigência estatal que incorpora interesses passageiros e sente-se na obrigação de tomar os rumos do Estado como se seus

fossem. O Estado brasileiro, como destinatário último de não só das elites que o cercam mas também de toda uma estratificação social inferior resiste e dirige tudo e a todos, seja pela cooptação clássica para os seus quadros administrativo-burocráticos dos seus melhores patrícios, seja pela conquista de grupos e partidos políticos organizados em torno destes quadros do poder legitimamente alcançado pela via constitucional ou, em caso de ruptura do poder constituinte derivado, das vias totalitárias. O povo, como bem explicado, deseja o mesmo porém com os limites que sua irrelevância material o impõem: assistencialista pura e simples, parasitário quando pode, com mobilizações passageiras e sem sentido por "menos violência", pelo medo de ter o que é "seu" privatizado, em busca de um soberano maior, que o traga alento e exerça a função paternal para qual o estamento existe. Apenas com uma reeducação que contrarie nossas tendências histórico –genética – sociais um novo modelo de Estado nacional e de transmutação do eixo de poder do Estado para a sociedade isso possa ser modificado.

4 DEMOCRACIA BRASILEIRA - PROCESSO POLÍTICO ELEITORAL E SUAS DEFORMIDADES NUM ESTADO DE COOPTAÇÃO E ESTAMENTO

4.1 HISTÓRICO DO VOTO NO BRASIL

Ainda uma vez, a oposição, sem força para se opor à designação presidencial, marcava a sua posição em uma candidatura de contestação, com o que salvava a aparência da democracia. Fora assim com Lauro Sodré contra Campos Sales. Mas não haveria, propriamente, uma disputa de votos. O candidato do Catete podia preparar a sua plataforma de governo, lê-la em um banquete, aos próceres, sem precisar ir ao encontro do povo, em uma campanha eleitoral. (HÉLIO SILVA, 1975, p.106).

Num Estado que usa a burocracia como forma de manter seu dirigismo patrimonialista-estamental como bem vimos acima, entendido este uso como o sentido de que as classes buscam, independente de seus desejos, um soberano que os trate com a condescendência que o Estado precedente necessita ter com seu voto não é de se espantar como a questão eleitoral reflete todo este quadro, desde os primórdios em que o sufrágio foi aplicado neste país.

É importante que se frise e recordemos como viemos parar aqui. Um povo miscigenado, criado com bases na "cordialidade"⁶⁷ e personalidade, cujo Estado possui um histórico de precedência patrimonialista e de cooptação reflete todos estes aspectos em seu processo eleitoral. Não obstante, é de fundamental importância traçarmos um paralelo histórico, em especial para que as formas de resolução deste aparente conflito endógeno da sociedade exponha as vísceras de um processo que talvez não seja muito agradável de ser analisado.

Modernamente o Estado brasileiro valeu-se do canal eleitoral como a compreensão das atividades desempenhadas por partidos políticos legitimados constitucionalmente para, de maneira formal, representar indiretamente cidadãos

⁶⁷ No sentido Weberiano do termo.

habilitados que o delegavam através do voto junto à burocracia estatal.

A primeira eleição oficial que se tem notícia no país data de 1821, para a designação dos deputados à Corte lisboeta (não nos esqueçamos que ainda éramos Reino Unido de Portugal).⁶⁸ A partir do Império e da outorga da Constituição de 1824 são estabelecidas as primeiras formas de participação político-eleitoral formal. As eleições para conferir a investidura a Deputados, Senadores e representantes da Assembléia Geral das Províncias eram indiretas – uma espécie de colégio eleitoral largamente influenciado pelo Federalismo norte-americano. As condições de elegibilidade eram basicamente a de serem cidadãos brasileiros e estrangeiros no gozo de seus direitos políticos maiores de 25 anos.⁶⁹ Partia-se desta base para as ressalvas, que incluíam mulheres (obviamente, pelo momento histórico vivido), criados de servir, religiosos que viviam em comunidades claustrais e, seguindo uma tradição que ainda perduraria um certo tempo em nossa cultura, aqueles que não obtivessem renda líquida anual superior a cem mil réis por bens de imóveis, indústria, comércio ou emprego. Quem não tivesse renda líquida superior a duzentos mil réis anuais não poderia concorrer ao cargo de Conselheiro de Província e o dobro disso sequer poderia começar a pensar em ser Deputado ou Senador.

Uma população de 83% de iletrados e analfabetos⁷⁰ alimentava uma monarquia constitucional, hereditária e representativa, que mostrava que uma oligarquia patrimonialista daria os contornos de nosso povo e do sistema político a partir de então. Este tipo de eleição remanesce até 1881, quando, com bases formuladas por Rui Barbosa, é promulgada a Lei 3029/1881, conhecida pura e simplesmente como Lei Saraiva, nome dado em homenagem ao Conselheiro

⁶⁸ PORTO, Walter Costa. **História Eleitoral do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989. Prefácio.

⁶⁹ Exceto casados e oficiais militares maiores de 21 anos, bacharéis e clérigos.

⁷⁰ ALBUQUERQUE, Maurício (1981). **Pequena história da formação social brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p.430.

Saraiva, Ministro do Império, responsável pela primeira reforma eleitoral do país.

Com o início da República, que nasce elitista, ilegítima mas, ao contrário das pretensões dos Restauradores de então, irreversível, começam a ficar claras as influências do sistema eleitoral de sufrágio norte-americano, em especial da forma e habilitação para votação. É decretado o fim do voto censitário e promulgado o regulamento eleitoral - Decreto 200A da lavra de Aristides Lobo. No entanto, embora o voto censitário fosse derogado, o sistema de sufrágio conseguiu ser ainda mais fraudado do que anteriormente, com falsificação geral e irrestrita de título de eleitores e fraude do sistema de sufrágio e afins. A acessibilidade aos cargos, tanto do Poder Executivo quanto do Congresso eram impostas previamente pelos partidos dominantes de São Paulo e Minas, num embrião do que foi posteriormente a chamada política café-com-leite.

Não eram incomuns a existência de atas falsas que asseguravam a vitórias dos candidatos alinhados ao Republicanismo⁷¹. Mesmo se dúvidas existissem a apuração tratava de dirimi-las. Até 1930 nenhum candidato da oposição vislumbrou sair-se vitorioso, fosse nos pleitos federais, fosse nos estaduais. As campanhas de Ruy Barbosa, Nilo Peçanha e Aliança Liberal com Vargas denotam com muita clareza a inviabilidade de quaisquer esforços nestes sentidos.⁷²

O sistema eleitoral e a forma de votação começam a trazer, nesta época, as bases da personificação subjetivista que marcaria a nossa história eleitoral desde então até a contemporaneidade. A ausência de partidos políticos fortes, substituídos pela personificação em líderes supremos denotavam a clara visão do sistema de dinâmica de poder, que até hoje não promoveu mudanças. Os partidos no Brasil eram fracos (e assim continuam) e não existem não por culpa da classe política, embora ela seja

⁷¹ BARROSO, Luis Roberto. **O Direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 6.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p.17.

⁷² TELAROLLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

responsável mediata por este fato mas sim pelo fato da população, com característica claramente patrimonialista estamental, personalizar num soberano líder os seus anseios de voto. É verdade que no período atual inúmeras são as outras razões para que isso ocorra mas o cerne principal é basicamente o mesmo.

O processo eleitoral e o voto caíam em descrédito puro, verificados e reconhecidos pela população como mera formalidade regulamentar para a perpetuação dos mesmos quadros situacionais das classes que lograram acumular seus poderes políticos e econômicos pós "revolução" republicana de 1889. A verdade é que praticamente foi oficializada a política de revezamento de governadores paulistas e mineiros, esta permanecendo até 1930, com um único hiato, o de Epitácio Pessoa mas, mesmo assim, convalidando a hegemonia de então.

No entanto, como prova cada vez maior que em nosso país as questões personalistas e estamentais dirigem os nortes da população, o país começava a sentir de perto a crise internacional financeira de 1929. Com o prejuízo decorrente dos oligarcas locais em face da desvalorização do preço do café, uma Junta Militar, através do Decreto 19398 entrega o poder ao então Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. O pequeno grande líder assume o poder, representando uma nova classe que mostrava sua força e poder: a burguesia urbana, de caráter eminentemente industrial que usava, de maneira aristocrata, a insatisfação popular em prol de seus desejos de rompimento do círculo vicioso institucional que perdurava desde 15 de novembro de 1889.⁷³

O golpe protagonizado por Getúlio e sua posse marcam, paradoxalmente, o primeiro movimento de caráter genuinamente popular e, por mais incrível que possa parecer, SEM VOTO. (até poder-se-ia estranhar que isto tenha ocorrido sem eleições e sem voto mas, em tratando-se de Brasil, como sempre citamos, que é um país de outro mundo, tudo é possível). Todavia, garantidos estavam os direitos de eleição do Congresso e das Câmaras representativas, haja vista que o

⁷³ SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.187.

presidencialismo de caráter constitucional, embora rompido para a transição continuava a existir.

Apoiado por grande parte da massa e por mais da metade do Exército, que ainda bebia nas doutrinas do Tenentismo, Getúlio governou com larga aceitação popular⁷⁴ e foi responsável pela codificação e a consolidação da legislação eleitoral, sendo o sancionador da lei que regulava o Código Eleitoral, em 1932.

Embora de notável avanço é possível dizer que a criação da Justiça Eleitoral pelo Código e por Getúlio mostravam uma tentativa de formalização de seu poder político e de legitimação formal. Um Tribunal e justiça de exceção nunca são bem vindos e, como diz-se vulgarmente, se só dá no Brasil e não é Jaboticaba, pode esquecer. Não obstante, esse dispendioso organismo que até hoje existe em nossa sociedade promovia o alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos. É importante perceber que para aquela época, era absolutamente necessário que todas as minúcias fossem descritas dessa forma, como forma de inibir as fraudes ou ao menos procurar colocar alguma ordem na casa. Além disso, regulou em todo o País as eleições federais, estaduais e municipais.

O Código foi marcante porque introduziu o voto secreto, o voto feminino e o sistema de representação proporcional, em dois turnos simultâneos. Pela primeira vez a legislação eleitoral fez referência aos partidos políticos, mas ainda era admitida a candidatura avulsa. Esse código já previa o uso de máquina de votar, o que só veio a se efetivar na década de 90.⁷⁵

No entanto, por mais estranho que possa parecer, o Código Eleitoral precedeu o embrião de um golpe de Estado. Depois de mais de um século de eleições fraudulentas, diretas e indiretas, deixava de existir a hipocrisia que faz

⁷⁴ VARGAS, Getúlio. **De 1929 a 1934**. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1939, p.42.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_eleicoes_brasil/a_criacao_da_justica/a-criacao-da-justica.html>. Acesso em: 10 fev. 2007.

parte da herança genética desta nação, Getúlio passa a governar com mão de ferro e cria o Estado Novo, colocando na latrina a lei que ele próprio lutou para promulgar em 32. Outorga uma Constituição que reestabelece o unitarismo do Império e encerra qualquer manifestação de democracia formal na nação, designando interventores para governar os Estados, atribui-se a supremacia ao Executivo e este órgão passa a legislar através de decretos-leis. A população, que mostra pouco apreço pela democracia, parece não se importar já que confere ao ditador imenso apoio, em especial pelas inegáveis políticas sociais que recebem.

Com o fim da segunda guerra, cresce o sentimento democrático no país e, pressionado pelos seus apoiadores das oligarquias e por parte da população. Getúlio edita, então, a Lei Constitucional 9/45, anunciando a convocação de eleições gerais, com partidos políticos que representavam boa parte dos segmentos da sociedade que afloravam no que parecia ser um sentimento ascendente de revisão dos poderes do Estado e de sua relação com o indivíduo-cidadão. Simultaneamente é editado o Decreto-Lei 7586/45, a Lei Agamenon, em homenagem ao então Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, reestabelecendo a Justiça Eleitoral e regulando novamente as eleições em todo o país. Com medo de um novo golpe que pudesse garantir mais um mandato a Getúlio o ditador é deposto e enviado para São Borja, sua terra natal. Mais de 30 partidos políticos são criados e fortalecidos, com destaque maior para três que obtiveram apaixonados seguidores e expressão nacional: a UDN (União Democrática Nacional), o PSD (Partido Social Democrata) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

A UDN agrupava os principais opositores de Getúlio, com discurso claramente liberal que não era, todavia, completamente antagônico ao do Comandante. Apoiados pela classe média urbana, possuía quadros de respeito que pregavam uma nova visão de Estado, talvez mais saudável do que a vigente nos dias de hoje. O PSD abarcava os políticos situacionistas estaduais, sem plataforma política definida e completamente atrelado às tendências ditatoriais herdadas de Vargas. O PTB tinha ao seu lado a bandeira do trabalhismo e das

conquistas sociais herdadas pelo então presidente, com apoio irrestrito da classe sindicalista pelega de então.

A existência destes partidos políticos, dando respaldo formal a uma população que, pela primeira vez, mostrava-se interessada em participar do processo político-eleitoral, seu alcance nacional e, evidente, a fiscalização que um exercia no outro como forma de não perder uma possível disputa pelo poder levou-nos a uma Constituição madura (1946) e de uma redução considerável no número de fraudes.

Em 1955, a Lei 2.250 estabelece uma folha de votação que é individualizada, secreta e só possível de ser acessada, ao menos em teoria, no lugar do domicílio eleitoral respectivo do votante. O título falso, sem registro, e a segunda via que tão fácil era de ser tirada tornaram-se mais difíceis de serem usados e, junto à cédula única de votação, diminuiu consideravelmente as fraudes. Mais incrível é que, até então, as cédulas de votação eram impressas pelos PRÓPRIOS CANDIDATOS (não faz muito tempo, cerca de 70 anos). A cédula oficial guardou a liberdade e o sigilo do voto, facilitou a apuração dos pleitos e contribuiu para combater o poder econômico, liberando os candidatos de vultosos gastos com a impressão e a distribuição de cédulas. Também os libera de já entregarem as cédulas preenchidas mas isto é outra história.

Nada mudou muito no país de 55 a 64, ao menos em relação a formas de votação. Era inegável que as instituições democráticas fortaleciam-se e, do ponto de vista de democracia formal, entendida esta como o sufrágio de cidadãos habilitados ao exercício do voto e a escolha de seus governantes sofriam inegável avanço. Era claro que a fiscalização exercida pela sociedade e pelos três principais partidos diminuía consideravelmente as fraudes e os mecanismos existentes na Justiça Eleitoral que para a época eram renovadores ajudavam e muito isso a acontecer.

Com o Golpe de 64, todos mais ou menos sabem o que ocorre. Mergulhado o país em profunda crise, com causas bastante conhecidas, restam poucos que defendam a ordem constitucional vigente. As forças vitoriosas

militares, mais uma vez apoiadas pela classe média urbana que se julgava burguesa inaugura uma ordem na qual a participação política direta é usurpada, com eleição indireta para Presidente da República, possibilidade de cassação de direitos políticos e de mandatos legislativos.. Não obstante a ditadura criava as candidaturas natas (em voga até recentemente), voto vinculado e sublegendas para o Congresso, bem como altera a composição do cálculo para formação do Congresso, dando poder muito maior do que os Estados menores podiam exigir. Esta talvez tenha sido sua pior herança porque até hoje provoca uma deformação sem tamanho em nosso processo político-eleitoral.

Em 27/10/65 o AI 2 extingue os partidos políticos e quaisquer manifestações legais de exteriorização de atividade partidária mas, como tudo que se possa julgar estranho acontece no Brasil, delegou ao Congresso a organização de blocos que não poderiam ser chamados de partidos mas que deveriam tratar de discutir as questões do país na casa do Povo, dando origem a dois "movimentos" – o MDB – Movimento Democrático Brasileiro e a ARENA – Aliança Renovadora Nacional. Em 68, através do Ato Institucional n. 5, encerram-se as eleições para representantes proporcionais, ratificadas com a dissolução do Congresso

O Executivo encontrava-se livre para legislar, Estados e Municípios podiam sofrer intervenção federal sem prévio aviso, o poder maior poderia usar a prerrogativa de nomear "interventores" para as praças menores. Apenas em 77, já sob forte pressão popularesca e social que é aprovada a Emenda Constitucional 11/78, revogando os Atos Institucionais e reestabelecendo eleições proporcionais e marcando as majoritárias para os Estados no ano de 1982.A Lei 6767/79 extingue a ARENA e o MDB e a EC 15/80 restabelece as eleições para Governador e Senador (ocorreriam em 82) e elimina a figura do ocupante de cargo público biônico.

A ditadura, já envergonhada e derrotada, como dizia Elio Gaspari, vai-se oficialmente em 1985, com a posse do primeiro civil na Presidência da República depois de mais de 20 anos, ainda que de forma indireta – José Sarney. Neste mesmo ano voltam a serem eleitos Prefeitos e Vereadores e com a EC 15/85

reestabelecem-se as eleições presidenciais, cujas primeiras manifestações foram em 89 e as últimas em 2006.

Desde o advento da Nova República as eleições transcorrem no Brasil com relativa tranqüilidade. A Constituição de 88 garantiu inequivocadamente a manutenção da soberania popular, exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, obrigando a todos os maiores de 18 anos a exercê-lo, independente de sexo e facultando aos analfabetos, maiores de setenta e menores de 18 e maiores de 16. Conferiu também maior capacidade de investigação à Justiça Eleitoral e ao Promotor respectivo, tornando mais elásticos os prazos para inelegibilidade e para a não diplomação de candidatos que abusaram do poder econômico, corrupção ou fraude.⁷⁶ Há um sentimento cívico de superação das desigualdades, de liberdade de escolha, de integração total da sociedade ao sistema político eleitoral. É inegável que, formalmente, tivemos avanços. Os Tribunais, o Executivo, a massa e a mídia não se cansam de glorificar este processo, qualificado como um amadurecimento do povo brasileiro e de algo extremamente positivo nas relações sociais e institucionais. A forma como o brasileiro relaciona-se com o processo eleitoral e seu processo de escolha, este sim provaremos que não sofrerá grandes mutações. E que deve ser objeto de um estudo que desglorifique e desmascare esta propaganda.

4.2 O CORONELISMO CLÁSSICO BRASILEIRO

Conforme podemos ver, é longo o histórico do voto e da forma de manifestação de caráter democrático clássico em nosso país. Muitos dos avanços notáveis formalizados são muito recentes e as patologias de como isso acontece na vida prática são existentes não é de hoje. O brasileiro, em especial nos últimos 20 anos, possui uma forma moderna de votação, tecnologicamente avançada, com

⁷⁶ Art. 14 e seguintes da CF/88.

sufrágio direto e irrestrito. Em suma, se é reconhecido constitucionalmente e preenche os requisitos não há como impedir o brasileiro de votar.

No entanto, o trabalho científico presente procura explicar COMO ele vota e provar, pelas razões largamente discutidas, que não vivemos numa democracia no sentido material, entendida esta, em suma, pelo processo de governo que importe em efetiva participação popular. O avanço formal constitucional, ainda mais na civilização ocidental, com a larga existência de meios de comunicação e acessibilidade à informação eram conquistas que inexoravelmente, ainda que judiadas pela ação do tempo, não tardariam a acontecer. Todavia, por mais que estes avanços ocorreram, como a participação popular efetivamente concretiza-se?

Democracia, nos dias de hoje, é um conceito que é usado para qualificar todo e qualquer sistema político constitucional que, tal qual o nosso, garante formalmente aos seus súditos a participação política expressada no voto. Não é uma grande vantagem, haja vista que no mundo de hoje qualquer tipo de governo, por mais autocrático que seja, denomina-se de democrático.⁷⁷

A idéia de *démos* como coletividade nos traz a imagem da assembléia grega vista de cima. No entanto, quando vistas mais de perto, a praça é individualizada e cada sujeito torna-se um por um e talvez aí resida nosso maior erro – observar os sistemas políticos eleitorais democráticos constitucionais sob a ótica da coletividade quando são, basicamente, tocados por homens que possuem interesses próprios, ainda que julguem estes interesses como vontades últimas de uma universalização e exteriorização de um desejo comum.⁷⁸ Isto posto, não há decisão de massa. E, ao menos no Brasil, pelas condições patrimonialistas de um lado, que depois evoluíram para o estamento burocrático, com a necessidade absurda de um divino ser que incorporasse o Estado, aliada ao fato de possuímos

⁷⁷ Não precisamos ir muito longe. Nossa Venezuela ditatorial Chavista logo aqui ao lado, membro da cúpula do Mercosul.

⁷⁸ BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política** – a filosofia política e as lições dos clássicos. 2.ed. São Paulo: Campus, 2001. p.377.

uma tendência genética para a pessoalidade das relações que, por si só, não deveriam ser assim, caímos numa farsa de participação popular que já possui suas raízes cravadas em nossa sociedade há muito.

Em nosso país o sistema é ainda mais gravante e a chamada democracia popular transmuta-se em um sistema direcionado e desordenado, concentrado em suas intenções porém difuso na sua exteriorização material do ato de votar. Até os tempos presentes, nosso voto é direcionado, por uma série de razões. O agente ativo principal desta recomendação, ainda que não explícita de "recomendação" ou de pura e simples atração polar dos desejos locais chama-se, em vocabulário próprio destas bandas, **coronel**.

O fenômeno coronelista não começou ontem. De fato ele inicia a partir de um sistema político que começa na Velha República e que possui seu auge no decorrer dos anos 30. Nosso censo histórico determina que a população brasileira passou dos 10 milhões em 1872 para 14 milhões em 1889, com 20 milhões em 1905, 27 no ano de 1920 e 34 no começo de 1931. Em 1920 o país deixa de ser rural – pela primeira vez mais da metade de sua população passa a ocupar o espectro urbano.⁷⁹

Na primeira eleição direta para Presidência da República (1881) comparecem 96411 eleitores, para um eleitorado de 150.000, menos de 1% da população e menos de 1% se considerados apenas os eleitores comparecentes. Em 1898, na primeira eleição presidencial com comparecimento em todos os Estados, os eleitores ascendem a 462 mil, com proporção de votantes de 2,7% sobre a população (não esqueçamos que o voto censitário acabou mas o capacitário continuava – excluía-se os analfabetos). Entre 1898 e 1926 os números oscilam entre 3,4% e 2,3% num círculo mais descendente do que estável, como bem analisa Faoro.⁸⁰

⁷⁹ IBGE – Anuário Estatístico do Brasil. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1960.

⁸⁰ FAORO, Raimundo. **Os donos do...** op. cit., 1978, p.621.

Bastando uma análise não muito cuidadosa dos dados era perceptível que, embora a população aumentasse, sua participação popular, embora de forma absoluta avançasse, restringia-se relativamente pelo aumento demográfico. A política tornava-se, claramente, ocupação de poucos que ditavam seus interesses privados junto ao Estado com o apoio da massa ignara, analfabeta e alheia aos acontecimentos do centro político, num fenômeno que até hoje mantém-se vivo no Brasil, com as diferenças pontuais de cada época, chamado de coronelismo.

A qualificação "coronel" vem da Guarda Nacional, criada em 18 de agosto de 1831. Pela hierarquia funcional, os chefes locais ocupavam na instituição os postos mais elevados (coronéis), seguidos de chefes e capitães. Logo após a proclamação da República a instituição foi extinta, porém o termo ficou. Todavia, como muitos autores que debatem sobre o tema desconhecem, não era apenas a conceituação etimológica do termo que vem da Guarda Nacional. Ela foi fundamental no processo de transição de poder político. O sistema existente no Império possuía seu eixo de poder bastante delimitado – com a nomeação direta dos presidentes de província que tratavam de usar a Guarda Nacional como instrumento coator garantidor das "eleições" de interesse do Imperador. Os meios eram clássicos: violência pura e simples, compressão do eleitorado ou o mais básico, rápido e eficaz: a pura fraude. No início da República Velha este instrumento coator não sofre grandes alterações, apenas no sujeito ativo – passa a ser o Exército o agente principal.

A grande mudança e estruturação do coronelismo, deixando de ser apenas um instrumento de uso de poder por parte do Império para transmutar-se aos grupos privados locais ocorre na transição para o sistema republicano. Com a potencialização do poder de decisão estatal, reforçado pela Constituição de 1891 e a nova ordem, claramente inspirada no federalismo norte-americano, porém com as deformações já explanadas (Ver capítulo 3), o eixo de poder deixa de ser unitário e as liberdades para legislar sobre determinados assuntos bem como a autonomia financeira deslocam-se

para o eixo Estado e este sobre o Município. O coronelismo, como forma de dominação de poder econômico e poder político surgia e alicerçava-se como resultante inicial deste pacto de poder entre as oligarquias estaduais que já tinham o poder econômico e agora chegavam ao poder político e seus súditos, o povo, reflexo de uma trílice resultante: a superposição de um sistema representativo cuja aplicabilidade formal não correspondia à realidade local, em especial a econômica, a dependência estrutural municipal aos Estados, potencializados estes pelas garantias constitucionais da República e à rusticidade do sistema de comunicação.

Talvez o grande erro dos historiadores seja tentar restringir o fenômeno coronelista ao binômio latifúndio/poder político relegando às oligarquias estaduais rurais o papel de emissora do coronelismo em detrimento de quaisquer outras. Isto não era verdade porque mesmo quando o comércio e a urbanização passaram a dominar o Brasil o fenômeno continuava, guardadas as peculiaridades de cada época. Desprezam o fato que a crescente urbanização modificou este tipo de estruturação e a própria atitude do homem urbano, que já era maioria no início dos anos 20, frente às atitudes dos coronéis tradicionais exigia uma análise diferente do fenômeno. O termo adentra a realidade brasileira na figura inicial do homem rico, que ostenta vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando seus rendimentos em diversões lícitas e ilícitas – foram tais coronéis os que deram ensejo ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu (LEAL).⁸¹ O homem urbano não aceitava mais os desmandos ignaros e violentos do Coronel oficial, aquele da Guarda Municipal imperial. Porém, fascinava-se com o líder econômico que ostentava riqueza, pagava amantes e despesas e não se ressentia em distribuir parte dela em ocasiões pontuais e sociais, como casas de prostituição, bares e afins. Traduzia-se neste cidadão a figura do líder estatal e imagina-se ele como o detentor clássico do intermediário daquilo que mais fascinava o brasileiro – a proximidade com o Estado. As oligarquias tratavam de

⁸¹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Nova Cultural, 1973. p.10.

organizarem-se, de forma que sua perpetuação econômica dependeria de poder político. Este processo, no entanto, é involuntário e não depende de quadros, ao contrário de outros países no mundo, como em breve veremos.

Como afirmado, embora fosse importante não era absolutamente necessário que o coronel fosse um senhor de terras, grande estancieiro e aí cai por terra uma das visões mais absolutas que temos: o mito do latifundiário proprietário de terras que emprega, manda prender e manda soltar (não nos esqueçamos deste mito, porque ele retornará em breve, na análise do neo-Coronelismo). Evidente, também não poderia ser um pobre coitado ou um empregado igual a si. O coronel mandava não porque era rico mas porque a sociedade reconhecia nele a figura do mandatário, em consonância com a oligarquia local (em alguns encarnando ela própria mas não necessariamente) num pacto contratualista social que é muito mais complexo do que riqueza-automático poder possa supor. Seu poder formal derivava, isto sim, da capacidade de encarnar este líder e de influir diretamente no resultado das eleições e garantir à nova ordem eleitoral vigente a capacidade de reinar republicaneamente.

Importante não confundir a figura do coronel com a do homem destacado, carismático e honrado – o *honoratioren* - homens honrados de países como Alemanha e Inglaterra. Em um sistema anglo saxão típico, de municipalidade forte, com larga autonomia financeira e participação social, estes "coronéis" puritanos servem como uma espécie de anteparo e bloqueio para rufiões, salvadores da pátria e afins. Servem a comunidade e vinculam-se, ao contrário de nosso país, a um sistema social de poder e não patrimonialista. Eles alicerçam-se há muito em sistemas partidários fortes. Os tories ingleses sustentavam-se nos grandes proprietários do campo, em pastores anglicanos e educadores. Os whigs procuravam seus coronéis em alfaiates, ferreiros e artesãos.

Neste cenário de transição republicana, de manutenção do poder a qualquer custo e de supremacia dos Governadores de Estado sobre os municípios

locais é que o coronelismo insere-se e fascina. O comando deste sistema cabe ao Governador, que delega aos Prefeitos e seus agentes a função de ganhar as eleições e aliciar a população, da forma como melhor puder. Faoro⁸² entendia que apenas aquele aliciador direto, mandatário dos desejos do Governador/Presidente/Prefeito poderia ser chamado de coronel. Para nossa ótica ele era apenas o coronel mediato. Todos aqueles que se valiam deste forma de uso de poder, político e econômico, ou de influência pelos meios citados faz jus à denominação. Todavia, na relação do coronel eletivo e o burocrata com o ordenado a relação era basicamente de força:

Diga sempre que é solidário com o governo. Tudo se reduz a obedecer. Obedeça e terá politicamente acertado. Do contrário, o senhor sabe, estou eu aqui com o facão na mão para chamar à ordem aqueles que se insurgirem. A minha missão principal é essa: manobrar o facão, ou em cima, quando se trata de política federal, ou em baixo, quando da estadual. O nosso meio de orientação é esse. Portanto, olho no facão, não esqueça e faça boa viagem.⁸³

O ponto principal da política coronelista, portanto, restava nos Governadores, erguendo-se por eles e para eles os partidos políticos, que já nasciam fracos. Eles controlavam e dominavam as eleições municipais e dispunham de seus coronéis mediatos para a execução de suas políticas eleitorais. Para não subverter a ordem Weberiana que reconhecia na definição de Estado apenas a instituição que detinha o monopólio da repressão a milícia estadual criada na Constituição garantia a ordem e o poder de repressão àqueles mensageiros de ordens que, vez ou outra, desejavam subverter a ordem hierárquica vigente. As retribuições aos coronéis locais eram óbvias e evidentes: maior influência no poder político estadual, favorecimento com cargos e, obviamente, transferência financeira direta do Estado, na eterna associação do público com o privado. O destaque da política coronelista na República Velha para os

⁸²FAORO, Raimundo. **Os donos do...** op. cit., 1978.

⁸³ RACHE, Pedro. **Homens de minas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. p.103-104.

Governadores deve ser dado com bastante ênfase porque eram eles a espinha dorsal deste processo que juntava a fome com a vontade de comer: de um lado um poder político central, unitário, representado pelo Presidente, que necessitava do apoio nos âmbitos estaduais para perpetuar-se e manter seu eixo de poder republicanista. O coronelismo manifesta-se neste compromisso como troca de proveitos e vantagens entre o chefe político municipal e o governo estadual com o atendimento do primeiro dos interesses imediatos da população rural e, nesta momento, já da urbana,.

Oposição só poderia ocorrer se existisse um enfraquecimento do coronel local. Por isso mesmo o sistema de reciprocidade teria que valer sempre, seguindo a norma de que em todos os níveis de negociação a ética precisa prevalecer:

de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.⁸⁴

O coronelismo, na prática, significou uma continuação da política de estamento que se julgava quebrada por ocasião da Proclamação da República mas que remanesceu em território brasileiro com sua eterna capacidade de improviso e de vocação de seu povo para adaptar-se às necessidades e dificuldades sem causar grandes transtornos ao sistema. Neste aspecto o brasileiro consegue ratificar as maiores previsões Darwinistas. Adapta-se ao meio sem maiores problemas de acordo com suas necessidades e sempre tendo em mente que o Estado é seu grande provedor.

Era esperado que os elementos sociológicos autônomos evocariam de uma sociedade para sua manutenção e sua liberalidade capitalista, uma vez que a ordem de um Império monarca deixava de existir. Nesta fase é importante lembrarmos das lições de Emile Durkheim, um dos pais da sociologia moderna. O conceito de solidariedade orgânica elaborado por este pensador nos demonstra

⁸⁴ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Nova Cultural, 1973. p.14.

que a organização da sociedade em sistemas autônomos porém interligados, independentes do Estado, é uma tendência natural do homem que prega que as sociedades capitalistas modernas, ao dividir o trabalho e liberalizar-se, institui um conceito de solidariedade entre as pessoas, uma espécie de contrato social entre súditos, que operam nos mais variados níveis e que, através da divisão do trabalho os indivíduos tornam-se interdependentes e a ordem e união sociais são garantidas. A consciência individual não pode suplantar a coletiva porque esta já nasce inserida neste contexto. A sua oposição é a sociedade mecânica, típica de países pré-capitalistas, cujo contrato social entre indivíduos e divisão de trabalho regem-se pela religião, família, tradição ou costumes, sem maior complexidade e retendo a evolução humana como a conhecemos.⁸⁵

Este fenômeno é tratado na visão de muitos historiadores como manifestação típica de nossa forma de Estado e de legitimação do poder. Nada mais Rousseauiano do que este típico contrato tácito, livremente aceito, de evidente troca de interesses ao obedecer livremente uma lei que se mostrava imposta. É um poder de homem para homem que não depende de burocracia, pré-capitalista mas que se adapta facilmente em qualquer tipo de sistema político. É ao mesmo tempo um leva e traz de favores com lealdade. De prestígio reconhecido com reconhecida necessidade. De apreço por aquilo que é do estado em troca de votos, de legitimação de um poder político. Até começa pela força mas não se perpetua nela. Perpetua-se, isto sim, na honorabilidade e no poder reconhecido naqueles homens pelos considerados inferiores e protegidos:

Essa dominação implantada através da lealdade, do respeito e da veneração, estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se como um consenso e uma complementariedade, onde a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço que, consensualmente, é exercido para o bem. Para aquele que

⁸⁵ DURKHEIM, Emile. GIDDENS, Anthony. **Selected writings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972. p.218.

se encontra submetido ao domínio pessoal, inexistem marcas objetivadas do sistema de constrições a que sua existência está confinada. Seu mundo é formalmente livre. Não é o possível a descoberta de que sua vontade está presa à do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto como se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se constituir.⁸⁶

No Brasil, com sistema partidário fraco (partido único de fato, até a ascensão de Getúlio) ao ocorrer a quebra de um sistema para outro, sem traumas, sem mudança de consciência a respeito do papel do Estado e da forma de existência e subsistência de seus cidadãos os sistemas autônomos anglicanos simplesmente não evocaram da sociedade. A solidariedade orgânica entre os brasileiros foi simplesmente adaptada a uma tipo de situação em que o Estado seria o ponto de interdependência e os que detinham a liderança local e poder político, reconhecidos como tal pelo pacto, solidarizavam-se numa teia de relação interdependência direta entre cidadãos e Estado, que dispunham dos coronéis locais autônomos, Prefeitos de Províncias (coronéis burocratas) e Governadores (coronéis a priori) como meros intermediários deste quadro.

Como este fenômeno manifesta-se no eixo município-Estado, ele sobrevive da dependência constitucional e material que esta intermediação gera. Com um município fraco, dependente sobremaneira das receitas do Estado e dos repasses da União, fica claro como esse eixo de poder distribui-se. A incapacidade financeira municipal da República velha que dependia dos serviços essenciais presentes na estrutura do Estado gerava uma via de mão única e até mesmo políticos que mostravam ojeriza a este tipo de política não possuíam saída. Precisavam sucumbir a pressões desta monta, do contrário a oposição coronelista mostrava suas garras e não raro determinados coronéis municipais locais eram deixados de lado porque buscavam uma autonomia do governo estadual que se mostrava impraticável.

⁸⁶ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: USP, 1975. p.95.

Com o avanço da sociedade urbana este eixo vertical de poder descentraliza-se na figura do coronel, porém o conceito permanece o mesmo. O benfeitor-mor passa a ter um grupo de assessores que se encarregam destes favorecimentos à população local, surge aí a figura do bacharel-advogado, do comerciante urbano, do empresário local que, lentamente, vão ocupando a posição do coronel. Neste momento, pela desconcentração de poder e difusão nos legitimados para exercê-lo a estrutura clássica do modelo entra em crise mas em breve recompõe-se, num sistema de neo-coronelismo que veremos adiante.

Lenta e gradualmente, o sistema coronelista clássico vai se dissipando. Primeiramente pela intenção dos governantes federais de então de não mais delegar poderes e ficar à mercê da política dos governadores, o que lhe retirava a capacidade de transitar junto à população de maneira mais livre e exercer seu poder sem grandes óbices.

Com Getúlio, formaliza-se a capacidade cada vez maior da União concentrar seu poder e rendimentos, o que elimina a figura do intermediário provedor fato este que, aliado à crescente industrialização e urbanização do país limita por completo o raio de ação destes outrora poderosos. Esta forma de atribuição constitucional do poder concentrado nas mãos do Presidente, que traz até hoje uma tradição brasileira clássica presidencialista, entendida esta como a superlativização emocional e redentora da figura do presidente, refletida em uma sensibilidade social da enorme capacidade de poderes concentrados (o que na teoria justifica-se), com a facilidade de comunicação e estrutura político-partidária formada o povo começa a vislumbrar o que sua tendência genética e comportamento histórico sempre lhe foi mais caro: a dependência direta do Estado, sem intermediários.

Este é o cenário pela qual a classe dos "vencidos" insurge-se. Oligarquias urbanas começavam a dominar o eixo comercial da nação e, em nome de suposta legitimidade democrática, apóiam o levante de 1930, destruindo a ordem vigente em

que, por força das políticas municipais já decadentes, impossível era a vitória de qualquer candidato de oposição. Porém, o eixo de poder muda e enquanto a política coronelista trazia uma descentralização de poder e de favores junto à máquina estatal, o Estado Vargas promovia o estamento direto – o Estado – União como grande detentor da ordem nacional, fazendo o que o coronelismo executava com maior qualidade e promovendo um reagrupamento de forças que traria, num momento que até agora vivemos, numa sociedade capitalista urbana neo-coronelista, cujo estamento remanesce nas suas cores mais vivas.

4.3 COMPOSIÇÃO DO ELEITORADO BRASILEIRO E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA VIDA POLÍTICA

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política.⁸⁷ (ARISTÓTELES)

Para entendermos como a democracia atual de nosso povo funciona, bem como a forma como o coronelismo atual se amolda a esta nova composição social, importante perceber quem somos, quanto somos e quais as razões de nossos votos. A ponte do coronelismo para a política de "elites" e o neo-coronelismo passa por este breve censo e pelas formas de comportamento junto às questões de participação direta e indireta de nosso povo na vida pública.

O grosso do eleitorado brasileiro, composto por cidadãos em pleno gozo de seus direitos políticos, entre idade de 18 a 70 anos elege de forma direta e tecnicamente secreta, o Presidente da República, os Governadores de Estados,

⁸⁷ ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama KURY. 3.ed. Brasília: UNB, 1997. 317p. ISBN: 85230001109, 152.

Prefeitos, senadores, deputados federais e Estaduais e vereadores. Das primeiras eleições com voto censitário ao sufrágio universal formal de hoje são pouco mais de 100 anos. Com exceção dos Senadores, cujo mandato é de oito anos, todos os outros com legislaturas de quatro, permitida uma reeleição para os cargos majoritários típicos e indefinidamente para os proporcionais.

Em 2002, segundo dados do TSE,⁸⁸ éramos cerca de 115 milhões de eleitores. 44% deles presentes no Sudeste, 26,9% do Nordeste, 15,5% do Sul, com 7% dos eleitores na região Centro-Oeste e 6,6% na Região Norte.

De acordo com a tabela abaixo, estratifica-se o eleitorado brasileiro com base no sexo e nos anos de estudo. Vejamos:

ANOS DE ESTUDO	HOMENS		MULHERES	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Sem instrução	6.303.875	11,61	6.783.470	11,67
1 a 3 anos	11.591.672	21,34	11.181.340	19,23
4 a 7 anos	14.929.836	27,48	15.145.128	26,05
8 a 10 anos	9.773.368	17,99	10.493.842	18,05
11 a 14 anos	8.902.598	16,39	11.381.840	19,58
15 ou mais anos	2.604.211	4,79	2.914.785	5,01
Sem identificação	212.132	0,39	231.819	0,40
TOTAL	54.312.692	99,99	58.132.224	99,99

Interessante perceber por esse quadro, que a princípio é homogêneo, a disparidade que, comparativamente, mulheres possuem a mais do que homens no setor de escolaridade de 11 a 14 anos. Reflexo de uma sociedade cuja força de trabalho masculina solidifica-se irreversivelmente depois de completar o ensino médio em prol do que se chama "arrimo de família", em detrimento de uma continuidade nos estudos que se materializa no público feminino.

Outro dado interessante da participação eleitoral formal de nosso povo é discutirmos o grau de participação referente ao comparecimento de eleitores.

⁸⁸ Verificados em www.tse.gov.br em 20 fev. 2007 às 14h54 min. Foram analisados dados da eleição presidencial desta data porque as de 2006 ainda encontram-se muito frescas e, pela cultura de despreço à estatística que nos cerca, menos confiáveis.

Democracia pressupõe o desejo de não participar do processo. No Brasil, no entanto, esse conceito não encontra um paralelo pela obrigatoriedade do voto e pela opressão legal em, obrigatoriamente, exigir que o cidadão manifeste-se politicamente. De fato, desde os primórdios do Estado Liberal, seus principais ideólogos clamavam que eram óbvias e imperativas as razões pelas quais os seres humanos deveriam ser livres para formar opiniões e expressá-las sem reserva alguma, inclusive no direito de não-votar ou não participar de decisões políticas que o afetem de alguma forma.⁸⁹

Embora esta seja uma discussão que mereça tratamento muito mais aprofundado do que o dispensado nestas breves linhas, a tendência histórica da obrigatoriedade do voto neste país vem do fato que era muito mais fácil fazer com que a massa votasse pela força do facão do coronel se ela, necessariamente, precisasse registrar suas intenções "democráticas". A forma de escrever sua lista original ou o ato de digitar o número dos candidatos na urna eletrônica remetem, pela imprescindibilidade da ação, um obstáculo a menos na forma de coação tradicional original.

Vendo por este prisma, o grau de comparecimento do brasileiro nas eleições é similar ao de países que possuem característica de sistema eleitoral análogo, como a Itália – média de 92%⁹⁰ de comparecimento nas urnas. Evidente, há coação formal como multas e impossibilidade de prestar concursos públicos e afins o que gera uma apreensão da classe média, porém não da classe mais baixa, maioria da população. Esta estratificação sofre a coação moral – a ausência no processo eleitoral pode levá-la a não participar do estamento tradicional. Justamente por isso, há uma reclamação geral mas não ausência do jogo político,

⁸⁹ MILL, John Stuart. *On Liberty*. Courier Dover Publications. Pág .46. London, 1989.

⁹⁰ LIMA, E. M. **Sistemas multipartidários e eleitorais democráticos brasileiros em perspectiva comparada 1945-1964 e 1985-1998 (o plano federal)**. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.

muito pelo contrário.

Finalmente, a proporção de votos brancos e nulos também revela um indicador de tentativa de participação do processo. No entender de alguns analistas, os votos não dados a partidos e candidatos devem ser entendidos como uma forma de não participação no processo eleitoral.

Nas eleições de 1945, 1950, 1954 e 1958 os eleitores votavam com as cédulas oferecidas pelos partidos, o que por si só diminuía a probabilidade, material e física, de votarem "errado". A primeira cédula oficial fornecida pela Justiça Eleitoral foi utilizada nas eleições presidenciais de 1955 e em 1962 no Congresso. No período de 46 a 64 a taxa de votos inválidos cresceu em, literalmente, todas as eleições, acentuando-se na primeira eleição que utilizou a cédula oficial (62), dobrando de 9,2 para 17,7. Na ditadura, quando existiam eleições para o Congresso elas oscilavam em torno de 22%. O retorno à democracia marcou uma explosão de votos inválidos: nas eleições para a Câmara dos Deputados foram de 28,1% em 86, 43,7% em 90 e 41,2% em 94.⁹¹

Todavia, nas eleições de 98 há um incrível decréscimo para 20% nos votos brancos e nulos, uma diminuição de mais de 100%. Pode-se pensar que, pela ótica dos geniais analistas de então comprovamos que passou a existir uma maior vontade de participação no processo político-eleitoral e um crédito maior à classe política. Nada mais longe da verdade. As eleições de 98 são as que trouxeram a inovação da urna eletrônica pela primeira vez. O voto em nulo, em tese, ficou mais complicado porque era absolutamente necessário que fosse digitado um número de candidato que não existisse. O voto em branco, no entanto, era realizado com uma mera tecla no canto do instrumento. Acabaram os divertidos votos no Papa, no Macaco Tião, no Rinoceronte Cacareco e afins (muito menos nocivos que boa parte dos eleitos a partir de então) e esta tendência

⁹¹ VIANNA, Luis Werneck. Org. **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p.287.

continuou sendo mantida nas eleições seguintes.

A realidade é que a participação popular política brasileira é muito mais prosaica do que parece. As razões, como a necessidade de encontrar, vulgarmente, um candidato que represente o estamento coronelista é maior do que quaisquer outras vontades psíquicas que são tão analisadas. Sob este ponto de vista, é importante que saibamos exatamente o que significa democracia bem como as formas de manifestação deste simples ato de votar no cotidiano da população e como isso influencia nas decisões político-sociais de uma nação, sob pena de cairmos em análises incompletas e desprovidas de maior rigor.

4.3.1 "Democracia" Moderna e Efetividade da Participação

O ideal de democracia formal, historicamente falando, pressupõe o envolvimento daqueles que, num sistema de lógica burguesa capitalista sejam o destinatário último dos desígnios e vontades da coletividade representada pelo Estado: o cidadão.

O termo política vem do grego polis (politikós) e significava tudo aquilo que se referia à cidade e, por conseqüência ao cidadão, numa definição que originalmente partiu dos escritos de Aristóteles. Durante séculos o termo foi empregado como forma de indicar obras dedicadas ao estudo da atividade estatal. Modernamente o termo perde este sentido que foi adquirindo durante centenas de anos para enfim voltar à definição aristotélica, ou seja, o conjunto de atividades de indivíduos existentes num sistema político cujo alcance final ou referência última é a *polis* – entendida esta não mais como cidade mas como Estado organizado.

Modernamente o conceito de democracia está intimamente ligado à forma de representação indireta. A figura brasileira do cidadão parado defronte à "infalível" urna eletrônica nos remete ao ideal democrático, cumprindo o seu dever cívico. Em suma, democracia contemporaneamente é voto não para decidir os rumos de uma entidade pública politicamente organizada mas sim uma delegação de poderes a

quem deve tomar as rédeas deste processo. Nos tempos pós-modernos a eleição de representantes para decidir as questões de um povo virou regra.

Justamente por isso, não há como desvendar os segredos do funcionamento de nosso sistema democrático⁹² sem destrinchar a forma como os sujeitos ativos deste processo são compostos atualmente bem como as formas mais ativas e diretas que eles possam participar deste processo.

Os canais de participação política variam conforme a instrução da população, momento histórico e formação sociológica política e cultural de um povo. Usualmente, num sistema de democracia representativa sufragada como a nossa, tipicamente limitadora e brasileira torna muito mais fácil para os membros de elite, seja ela de qualquer monta, obter maior canal de participação nas decisões de uma determinada região ou mesmo nos canais diretos e indiretos pelos quais estas regiões atravessam – sejam elas entidades religiosas, sindicais, corporativas de classe, etc. Não nos enganemos: todas as instituições, por mais abertas que sejam, sempre reservam a parcela de suas decisões de cúpula a homens e mulheres que passam por um crivo de conhecimento e poder que o permite desempenhar este papel como garantidor da perpetuação do sistema, seja ele qual for. E justamente pra isso que eles são formados.

No entanto, dizer que, formalmente, tudo será e sempre foi a mesma coisa é de uma imprecisão histórica tamanha. O Estado de legitimação do poder político pela que se julgava à época soberania popular, iniciada no século XVIII pelas Revoluções americanas e francesas retirava essa cisão, ainda que formal, das classes populares e dos detentores de poder político, em um pacto que, na sua essência, permanece na sociedade ocidental organizada até hoje.

Este Estado, consolidado per se, de maneira lenta e gradual, oferecia a possibilidade de que cada cidadão, independente da sua classe social, raça, credo ou grau censitário participasse diretamente, através de sufrágio, das camadas

⁹² No sentido formal.

eletivas de uma nação ou similar, independente de qualificação federativa que se queira atribuir. O sufrágio universal formal foi uma tendência histórica irreversível no Ocidente e, embora tenha sofrido ataques periódicos, principalmente nos períodos pós-guerra, é inegável que a humanidade aceitou esta forma de organização política e representatividade através dele.

Participar politicamente pressupõe que foi atingido um nível de solidariedade orgânica social que permita que uma determinada sociedade, através da divisão sociológica do trabalho remeta a um grupo ou uma coletividade de indivíduos legitimidade mínima para a composição de vontades individuais somadas. Numa estrutura capitalista complexa, nos quais interesses antagonizam-se materialmente mas formalmente não, vivemos num estágio que Alessandro Pizzorno qualificou como a "ação que se desenvolve em solidariedade com outros no âmbito do Estado ou de uma classe, com o objetivo de modificar ou conservar a estrutura (e portanto os valores) de um sistema de interesses dominantes."⁹³

Justamente na locução "classe dominante", consagrada por Marx, que resta o sentido primordial de participar politicamente. A intenção última de desenvolver uma atividade que possa mudar ou não o curso de uma dinâmica de gerência de Estado possui sentido, única e exclusivamente, quando se propõe a tomar o poder e materializar seus interesses, de forma pecuniária, social, etc. De forma concentrada ou difusa, o fazer-se ouvir, politicamente organizada exige uma forma de conduta que, de alguma forma, influenciará os rumos de uma estrutura de domínio.

As formas de participação política, no sentido formal do termo, incluem basicamente três canais⁹⁴ – o eleitoral direto, abrangendo participações político-partidárias, pressupondo um sufrágio minimamente legitimado por uma ordem

⁹³ PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. **Quaderni di Sociologia**, v.15. n.3-4, jul-dez, 1966.

⁹⁴ AVELAR, Lucia. CINTRA, Antonio Octavio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: UNESP, 2002. p.225.

constitucional ou assemelhada, com regras delimitadas para ocupação de cargos eletivos e afins; o corporativo, que conjuga coletividades que se valem de sua força (ou falta dela) como forma de defesa de seus interesses no círculo fechado de um aparelho de Estado e, por fim, o canal organizacional (concentrado ou difuso) que poderia ser conceituado como formas de organização coletiva não-institucionalizada ligada a movimentos sociais, culturas e subculturas políticas, etc. De forma difusa este último manifesta-se em exteriorizações participativas individuais que, dependendo do alcance e do tamanho do sentimento local, pode transformar-se em concentrada e, por óbvio, ganhar força. Das questões eleitorais diretas e da forma de participação por este canal já tratamos no item 4.1. Dos outros ocupamo-nos agora.

A participação pelos canais que comumente chamamos de corporativos representam os interesses de determinadas associações de classes específicas. Historicamente são típicos de sociedade que possuem atuação forte do Estado economicamente e partem de um pressuposto primordial de defesa de interesses coletivos em detrimento de outros. Normalmente funciona de forma a exigir uma contra-dinâmica de políticas governamentais, em especial aquelas que desejam suprimir direitos de classes, conquistados muitas vezes por pressões sociais ou formas básicas de cooptação direta num processo eleitoral.

Normalmente estes interesses corporativos são monopolizados por entidades legitimadas, via de regra constitucionalmente, por seus membros. Embora seja uma forma clássica e legitimada de buscar seus interesses próprios, é inegável que o fortalecimento destas entidades, em caráter não associativo, contribui para o proselitismo e prejuízo coletivo, ainda mais num país que não conta com instrumentos de organização social que façam uma contraposição a esta dinâmica pela forma de composição sociológica, como o Brasil.

Neste quadro, claramente podemos perceber como isto afeta nosso Estado, em especial as contas públicas, com movimentos de bases e interesses que, se analisados sob o prisma da coletividade, afetam deletoriamente a todos. As

corporações de classe brasileiras, em especial as que desenvolvem suas funções arraigadas na Administração Pública direta valem-se de uma contraposição difusa, desorganizada, para fazerem valer seus interesses.

Ainda que elas não possuam organização formal o interesse corporativo pode manifestar-se em maior ou menor intensidade, dependente da força política ou da forma de pressão que ela exerce, seja por meio da burocracia estatal ou por uma inclusão na agenda do dia da sociedade, executada esta última por discurso incompleto que sirva para comunicar e mobilizar a massa. No primeiro exemplo, de organização legitimamente não organizada concentradora de seus interesses de forma difusa incluímos a Câmara de Deputados que, usando de suas atribuições constitucionais aumentou seus salários na calada da noite. No entanto, contraposto por outra força difusa da sociedade que se concentrou e propagou-se por meio principalmente pelos canais de mídia foi obrigada a voltar atrás. Curioso é que, se visto de forma macro o aumento constante do Ministério Público aos seus pares não causa tanto espanto, com impacto orçamentário muito maior nas contas públicas e com um visível descompasso com a iniciativa privada, causadora de um aumento escalonado em todas as esferas da carreira.

Não se quer aqui, deixe-se claro, discutir a importância ou não da carreira de Promotor de Justiça e Procurador da República, com os avanços inegáveis que a Constituição Federal trouxe à instituição. De fato estas corporações são muito mais hábeis nas motivações de suas ações e não merecem destaque igual da mídia e da sociedade por razões de nossa ligação com aquilo que julgamos ser o Estado em si: cidadãos que possuem mandato eletivo. No entanto, resta claro que independente do tempo histórico que acompanhamos, é claro que estas elites burocráticas estruturalmente representam no Brasil desde sempre, em primeiro lugar, seus interesses mais pessoais, individuais e corporativos. É uma das contra-facetas do neo-coronelismo que será exposto adiante.

Para ser necessário que as formas de participação política existam e sejam

exploradas, é absolutamente necessário que este corporativismo possua raízes ou contatos dentro da burocracia governamental ou, ao menos, tenha mecanismos para que isso aconteça. Uma federação de empresários de transportes coletivos cuja atribuição seja apenas negociar com os empregados sem valer-se de seu peso de atividade fundamental para desempenho da economia não cria participação política. Para efetivamente fazer parte deste clube é necessário possuir noções da dinâmica do poder presente em cada corporação para possuir voz ativa. Depois disso a instituição em si precisa fazer valer seu peso, o que numa República com desorganizada participação popular geral, como a nossa, é executada pelos instrumentos de ação junto à burocracia governamental, eletiva ou não.

O canal de participação organizacional, por sua vez, parte de um princípio de associativismo não corporativo para atingir seus interesses. Tende a ser visto como uma forma mais positiva de manifestação e mais afeita estruturalmente a uma maior participação das massas, entendida estas como a elite de votantes que possua consciência superior de funcionamento do sistema burocrata-estatal que não seja meramente a forma de sufrágio.

Não nos enganemos: o sistema associativo, invariavelmente, quando chega ao poder ou perto dele, tende a revestir-se de um caráter corporativo, tanto pela forma de organização social histórica de nosso povo como pelo eterno costume de nossas chamadas elites de fazerem valer seus interesses mais particulares quando avistam chances mais imediatas de evolução patrimonial. A participação organizacional também cria elites internas, que desejam ser exteriorizadas e aliarem-se às elites clássicas quando vislumbram essa possibilidade.

Classicamente ele reveste-se por movimentos sociais de interesses não corporativos diretos (isto exclui, por exemplo, o MST), articulados para obter maior visibilidade, normalmente a longo prazo e que, originalmente, tendem a trazer um ganho maior à sociedade.

Através de uma política de amealhação de quadros militantes, via de regra

busca posicionar-se como um contraponto a interesses corporativos ou à lógica dominante de um sistema determinado compartilhando crenças que, à sua luz, merecem atenção maior da sociedade e do Poder Público. Tendem a organizarem-se em redes que possuem um objetivo principal, normalmente de axiomas que, à sua ótica, sofrem um déficit de atenção e reconhecimento. Possuem sua eficácia diretamente ligada à resposta que a sociedade tende a dar quando confrontada com seus argumentos, bem como na concentração de seus objetivos e sua forma de materializar seus anseios e aspirações junto à formalização legal, o que em nossa sociedade não é vista como regra para despertar uma mobilização inicial mas como *conditio sine qua non* para mantê-la.

Participações organizacionais que não possuam formas de materializar seus reclames, bem como atuam de forma tão difusa que sequer podem ser chamadas de organizadas tendem a conseguir ganhos pontuais em ocasiões de intenso clamor social ou de dinâmicas muito fortes em contrário, como casos de propostas de endurecimento da legislação penal quando crimes considerados bárbaros acontecem (não podemos esquecer da edição da Lei dos Crimes Hediondos, em 90, no auge da febre de seqüestros que ocorreu no Brasil, em especial de Roberto Medina e Abílio Diniz. Nesta década o debate sobre a menoridade penal ganha outros contornos nestes mesmos moldes, com o assassinato de Liana Friedenbach e Felipe Caffé, em São Paulo e de João Hélio Fernandes, no Rio, praticados em co-autoria por menores de idade. Dezessete anos separam uns crimes de outros porém o cerne é o mesmo). Todavia, sem uma agenda programática que permita que os canais de materialização destes anseios seja executado, de forma não pontual, a eficácia destas medidas, vistas num ambiente macro-político, é altamente duvidosa.

Ilustrativamente é importante ver como estes movimentos concretizam-se no Brasil. Movimentos organizacionais de sucesso, que funcionam a longo prazo, possuem certo histórico de êxito em nossa sociedade, em especial na forma de

organização e nos caracteres de rede que representam. É interessante notar como esta dinâmica funciona, em especial se concretizada com um caráter programático. Não há melhor exemplo de ilustrar esta afirmação do que o movimento GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) brasileiro que, quando criado, era visto como de cultura marginal sub-política e temeroso em ser apoiado por boa parte da classe política. Atualmente, através de um sistema organizado, com inclusão na sociedade dos pontos mais básicos do programa, em especial pregando o não-preconceito, com movimentos de alicerçamento e sustentação dos objetivos do movimento de forma indireta, como a Parada do Orgulho Gay, realizada anualmente em São Paulo e que reúne, em média, um milhão de pessoas, deixou de ser uma subcultura para virar bandeira majoritária até de políticos que, tradicionalmente, ligam-se a entidades chamadas conservadoras. Por meio de uso de participantes que se encontram familiarizados com os meios de burocracia do Estado estão chegando, até, a tentarem validar legalmente teses que, dez anos atrás, seriam impensáveis, como a proteção previdenciária ao companheiro homossexual ou a adoção de crianças.

Os primeiros movimentos associativos brasileiros surgiram apenas em meados do século XX, em especial nas lutas dos trabalhadores por maior proteção trabalhista e das mulheres por participação no sufrágio. De 1964 a 1985 foram reprimidos por conta da ditadura militar e sofreram um refluxo, caindo na maioria das vezes na clandestinidade, principalmente os que demandavam maior participação político-popular e eram considerados subversivos. No período pós-ditadura, alguns movimentos conseguiram mobilizar parte da população como os ecológicos, de afirmação de raças e afins, porém, com raríssimas exceções eles obtiveram algum sucesso. Em especial no Brasil formas recentes de organização, como as OSCIPS, que nasceram sob uma natureza corporativa e não mobilizadora, que atualmente sofre grande investigação por manifestarem-se em sua grande maioria como mera recebedora de recursos governamentais sem processo de licitação.

A população brasileira possui pouca tradição em mobilizações populares por maiores causas. No canal eleitoral, limita-se a votar no candidato que melhor

represente seu interesse individual, seja de forma direta pecuniária (algum candidato que possa lhe trazer uma vantagem direta, como um cargo, facilidades junto ao Estado, etc.) ou indireta corporativa (o que fará pela classe que pertença). As razões remetem-se à formação de nosso povo, avesso a conflitos e conciliador, cujos interesses com o Estado são assinalados de forma direta, patrimonialista e estamental. Esta forma de relacionar-se com a coisa pública, aliado ao pouco conhecimento de formas de atuar dentro da máquina burocrática estatal transforma esta participação num jogo em que o sistema corporativo sai vencedor.

Não resta dúvida que, conforme afirma Axel Honneth, estudioso dos sistemas de participação,

a intensidade da participação varia conforme a posição social do indivíduo porque, quanto mais central, do ponto de vista da estrutura social, maior a participação; quanto mais central a respeito de um grupo social, maior o senso de agregação.⁹⁵

A participação política é, desta forma, num ambiente de sociedade política capitalista liberal democrática cujas manifestações sociais são forças resultantes de um processo de organização social autônoma que leva a um complexo social-burocrata ascendente de qualidade de indivíduos que são denominados de centrais, com recursos materiais e simbólicos mais notáveis que o permitam fazê-lo. É necessário, portanto, que esta centralidade manifeste-se num grupo reduzido que tenha acesso aos meios de participação organizacional direta e que o Estado, com a participação delas ou não ou por um processo que se mostra mais natural do que supõe encontre meios para que esta centralidade massifique-se, seja pela elasticidade da distribuição de bens materiais (diminuição de desigualdades) como de educação formal e que gere, neste último uma política de conscientização de classe.

No caso do Brasil, não existe nenhum dos requisitos básicos primários para que isto aconteça. De forma central, não somos um povo com largo acesso a bens

⁹⁵ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2004. p.57.

materiais nem mesmo à educação, esta última que resultaria num processo de conscientização de classe. No entanto, como até nisso contrariamos os teóricos, o processo de educação não reflete de forma direta numa conscientização de classes que remeta a uma forma diferente de ver o Estado e sim de cooptação, pela nossa eterna tendência em ver o mundo a partir dos governos que nos cercam. Cidadãos de classe média que ascendem, pelas vias legais, à cúpula burocrática do Judiciário, por exemplo, remetem às sentenças de primeiro grau sua visão de mundo e de justiça, em detrimento, muitas vezes, da harmonia ou de estímulo à atividade capitalista. Partidos que nascem sob a égide de lutas diretas e de maior transparência na burocracia estatal, quando chegam no poder e o detêm mudam seu discurso em prol de uma governabilidade e não procuram aumentar, a não ser por uma equivocada política de quotas, a participação popular no processo de tomada de decisões.

De principal relevo deste cenário é o orçamento participativo, que nasceu com a propaganda e o intuito de aproximar a população do centro das participações do poder mas que, na verdade, apenas existe formalmente, já que além de não propiciar instrumentos eficazes o suficiente para que o homem médio brasileiro participe ativamente dos processos de decisão políticos é fundamentalmente complicado, até para aqueles que dominam os meandros da Administração Pública Direta e Indireta.

Cantado em verso e prosa em palavras vazias (estímulo da cidadania, compromisso com o bem público, co-responsabilização entre governo e sociedade, etc.), como se costuma fazer quando se trata de discurso político brasileiro que se propõe a trazer as massas para o centro das decisões, ele possui um sistema um tanto quanto não popular de participação social e de compreensão do projeto, que deveria ser seu primordial objetivo.

Senão vejamos como é estabelecido o orçamento participativo da cidade do Recife:

O Ciclo do Orçamento Participativo do Recife é um processo de participação da sociedade na gestão da Cidade, baseado na ampliação da transparência e do controle sobre a arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

O Ciclo consiste numa seqüência de reuniões que ocorrem a cada ano. No primeiro semestre, o Ciclo é composto de reuniões onde há a participação direta da população, onde qualquer cidadão tem direito a votar e ser votado. São as Reuniões de Metodologia, e as Plenárias Regionais, Intermediárias e Temáticas. Já durante todo o ano, ocorrem reuniões com a participação de representantes da sociedade - os delegados - através dos Fóruns Regionais e Temáticos e do Conselho da Gestão Democrática do Orçamento Público.⁹⁶

Este é a forma de explicação à população que ilustra bem a forma de participação. Ou seja: nula, já que o ciclo de seqüência de reuniões não é nem deseja ser divulgado. A participação de representantes da sociedade sequer ocorre já que não existem representantes das camadas sociais e os resultados, apregoados pela Prefeitura em seu site, são de como ela mesmo exerce suas diretrizes orçamentárias, revestindo todo o processo com um manto de legitimidade que existe só de maneira formal.

A Prefeitura de Recife, de fato, é um espelho de como o mecanismo funciona em todas as partes do país. Não se procura fornecer à população elementos para participação direta do orçamento local. Existem, isto sim, paliativos e peças de propaganda que revestem estas ações governamentais como eficazes peças eleitoreiras, que com a ajuda do marketing de comunicação ajudam a manter o status desejado.

O fim último deste processo de participação popular, com uma ilustração básica de como em nosso país os processos de "inclusão social" da população ocorrem denota que, efetivamente, não possuímos instrumentos eficazes de exercê-la, seja pelos meios formais, seja pelos materiais. É a exteriorização última de um processo doloroso mas que se repete com constância e que não enxerga soluções rápidas para sua saída.

⁹⁶ Prefeitura de Recife (folder) disponibilizado na sede do Executivo local.

4.4 ELITES BRASILEIRAS E SUA LÓGICA – COOPTAÇÃO E PODER

A lenda do pecado original teológico conta-nos como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto. A história do pecado original econômico nos revela porque tem gente que não tem necessidade disso.

(KARL MARX)⁹⁷

Igualdade, tal qual liberdade, reveste uma semântica, literalmente, vazia. Gritar aos quatro ventos que um, tal qual o outro, são necessários, sem maiores complementos é simplesmente gritar nada ou coisa alguma, similar às cansativas passeatas genéricas pela paz nas ruas de janeiro.

Recorremos aos temas de iguais, vulgarmente chamado de igualdade em sentido lato. Este conceito a princípio vago define-se, nos primórdios rousseauianos, como uma análise do "*point de luxe, point de misere*" – "que todos tenham o bastante e ninguém tenha demais" e "quando já não houver palácios não haverá casebres". Esta introdução é absolutamente necessária porque, ao tratarmos de elites, principalmente as brasileiras, inexoravelmente retornaremos ao ponto de partida.

Desimportando os autores e suas correntes, seja o que antigamente denominava-se de esquerda, passando por revolucionários e conservadores, a verdade é que o princípio de (des) igualdade entre homens segue uma linha histórica análoga e primordial: a cultura das terras e de delimitação de propriedade privada como forma de fixação e criação de seu bando sem necessidade de grandes movimentações levou a humanidade a uma cultura de divisão. Os mais corajosos ou mais atilados, como pregavam os liberais franceses tornaram-se mais ricos. Os mais exploradores violentos estruturaram economicamente a sociedade pré-capitalista nestes moldes, segundo Marx e através da foice e do martelo conseguiram originar e manter sua propriedade. De qualquer forma, originado

⁹⁷ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Koethe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.251.

estava o conceito de elite, entendida esta como uma minoria que detém o prestígio e o poder político sobre determinado grupo social.

Elites existem e sempre existirão, independente da formação econômica, política e social que uma sociedade ou comunidade se organize. Uma comunidade indígena possui seu círculo elitista de poder em volta do cacique, considerado o mais apto a dirigir sua tribo. O processo de transição de uma sociedade para o socialismo material, segundo Engels, pressupõe uma organização na qual parte do proletariado, a elite da elite nas suas palavras, incorpora uma ditadura que, no conceito que nos interessa, é auto-explicativa.

Enfim, dependendo do tempo e do espaço ser de elite significa possuir maior força, valentia, superioridade e, enfim, organizar-se modernamente como os verdadeiros detentores de poder econômico já que este último é o recurso primordial e final que projeta sua área de influência sobre todos os aspectos da vida social contemporânea.

O termo surgiu como estudo sociológico definidor de poderio econômico e político, legitimado como tal na obra clássica de Marx e massifica-se em fins de século XIX, através das obras de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca⁹⁸, que elaboraram o conceito de classe política: um grupo dirigente que dominava a sociedade através de uma fórmula de dominação. Esta fórmula, num conceito marxista até hoje reconhecido como válido instituía-se no uso da instituição criada como Estado para exercer o domínio de determinados grupos sobre outros e fazer valer a legitimidade deste poder. Num sistema socialista de transição pressupõe um estágio de ditadura do proletariado. Num sistema liberal moderno, aqueles nos quais reside, em teoria, a direção do leme estatal.

O que muda, basicamente de forma histórica, é a transição de um modelo de elite e sua composição social. Inovações tecnológicas, organizações sociais

⁹⁸ MEISEL, James Hans. **The myth of the ruling class**: Gaetano Mosca and the "elite". Michigan: University of Michigan Press, 1962.

populares, pressões advindas de uma sociedade capitalista moderna, naturalmente, fazem com que, num processo dinâmico, elites sejam contraídas e substituídas por outras. Via de regra, por um caráter de acomodação das questões e de própria manutenção de seus interesses a médio prazo as elites abrem um pouco a forma de integração social no processo de decisões políticas e de democratização econômica como forma de perpetuarem-se no poder, o que acaba por gerar um processo de renovação lenta e gradual, seja dos quadros elitistas, seja do perfil da classe dirigente, podendo esta adaptar-se e permanecer no comando com as mesmas figuras.

Historicamente, num processo de dinâmica de tomada e troca de poder, elites não podem ser rígidas e impedirem formas de ascensão de maneira descarada, sob pena de sofrer um processo de antagonismo tão grande que só se resolve, basicamente, pela luta revolucionária, com conseqüências muito mais graves do que a mera perda do poder. O Brasil é atípico neste caso porque, mesmo com postura rígida das elites e substituições cooptativas, não se cria um sistema de quebra revolucionária, pelas razões expostas a seguir.

A origem da elite de nosso país remonta aos tempos coloniais. Dois pólos de poder, elitistas,⁹⁹ ditavam as regras: as autoridades da Coroa e as autoridades locais, designados por elas. Pela dificuldade em comunicação, estas últimas passavam à população local a imagem de autogoverno e exerciam legitimamente o papel de elite local da época.

Os altos funcionários da Coroa formavam uma elite burocrática que à época confundia-se com o governo em si. Esta relação, num momento histórico posterior, sofre substancial mudança, que será analisada no próximo sub-item. Seu poder advinha da fascinação que a figura estatal de metrópole exercia sobre a população e a facilidade com que desempenhavam favores e facilitavam negociações e negociatas junto ao Estado. Este quadro praticamente não sofre mutações com a passagem para o império e remanesce República adentro, com a

⁹⁹ Não se trata de pleonasma porque dentro deles existiram sub-divisões que não consideramos como elites.

diferença explícita, evidente, das formas e sistemas de governo.

A realidade é que o Brasil, tomado eternamente pelo latifúndio e pela grande propriedade, desde o tempo de Capitânicas, gerou paralelamente à elite de governo burocrata uma elite de proprietários de enormes glebas de terras que, por sua força política e econômica, exercia o poder político em suas localidades, aproveitando-se das vantagens e condições que este tipo de prestígio local o trazia. Não obstante, mesmo não proprietários se revestiam de popularidade local e valiam-se desta posição para manterem-se no comando das decisões políticas e compunham a elite local, no que se chamava de coronelismo (ver capítulo 4 – item 2). As elites intelectuais e patrimoniais, que compunham a espinha dorsal deste sistema social, através de seus caracteres nacionalistas, paternalistas e patrimonialistas, possuíam responsabilidade em relação às questões e crises históricas brasileiras, menos por erro material, mais por falta de aproximação com a sociedade.¹⁰⁰

Sob o aspecto da teoria elitista, o grande mérito do coronelismo foi ter conjugado a elite governamental das capitais com a elite dos fazendeiros e os "*honoratioren*" locais. Nesta época que realmente podemos admitir que o Brasil realmente ostentou uma oligarquia relativamente coesa e com conjugação de interesses, que tracionava a máquina política e administrativa completamente a seu favor. Junto a elas, já avizinhava-se uma elite urbana empresarial, cujos interesses conjugavam-se e cuja sedução pela máquina estatal eram basicamente o que tinham em conjunto.

Já se percebia no Brasil o impacto que as relações endogênico-familiar detinham quando confrontadas com nossas relações de poder político e uso da máquina estatal. Como homens cordiais e fazendo jus à nossa herança ibérica tendemos a avalizar contemporaneamente as relações de sangue em muito maior escala do que a intelectualidade ou a frieza de um contrato. Isto posto, o século XX

¹⁰⁰ FAUSTO, Boris. O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940). 81 páginas. Jorge Zahar Editor. 2001

foi frutífero em materializar esta tendência, ao demonstrar que nossa forma de compadrio está intimamente ligada aos laços hereditários.

A seleção destas elites familiares/oligarcas começava pela composição política local, onde o filho considerado mais brilhante lançava-se a vereador, em uma eleição, evidente nos moldes coronelistas que já conhecemos. Sua ascensão dependia basicamente da força de seu clã e da capacidade de liderança e sedução que teria, principalmente em relação aos outros membros da oligarquia. O povo era apenas um detalhe.

Depois da Revolução de 30, quebra-se o monopólio único da oligarquia e o poder começa a ser repartido entre várias oligarquias da emergente elite urbana, como a empresarial que ganhava mais e mais espaço na dinâmica financeira de então do país. A elite mais moderna e inteligente vislumbrou que o país e o mundo estavam mudando e modernizou sua área de atuação, num cenário que permanece o mesmo durante o período militar e na chamada nova República que, pelos alicerces em que se estabelecia, já nasceu velha.

A questão é que, inegavelmente, pela forma de composição de nossa sociedade, as oligarquias nacionais tendem a sofrer uma dinâmica de acomodação de forças, com eventuais intrusões de "*outsiders*" que, para participar deste processo de cooptação de poder, alia-se aos eternos representantes das "aspirações" sociais, num processo dialético de sístole-diástole imutável. Em poucas e vulgares palavras, aparenta-se que algo muda para não mudar absolutamente nada.

O Brasil representa, sob qualquer prisma que se deseja ver, passando por Colônia, Império, República Velha, Estado Novo, Ditadura e Nova República uma sociedade cujo sistema de elites sofre mudanças pontuais na sua estrutura, pluralizando-se em seus agentes mas, na sua base, é a mesma. Uma estrutura dinástica, cuja estratégia central do seu corpo de elite é preservar o sistema de sociedade tradicional, ainda que eventualmente o corpo da tomada de decisões sofra pequenas alterações, não importa como e quanto custe. Esta sociedade

reveste-se de uma característica de caráter tipicamente paternalista, com os laços sangüíneos e de compadrio, entendendo-se estes como os mais chegados, ocupando-se dos requisitos primordiais para desempenhos dos papéis principais na sociedade e nas questões do Estado que são, definitivamente, as que realmente importam para este povo. Ela acha as soluções para seus problemas pela natureza das pressões internas que sofre da sociedade e externas dos mercados que desejam comercializar aqui.

Este tipo de integração simbiótica entre seus comandados e a entidade suprema, o Estado, desafia até os conceitos modernos de globalização e abertura do mercado. Pelo simples fato que, para manter seus privilégios e dinâmica, ela cria uma estrutura que se mostra impossível de ser manejada sem auxílio dos intermediários locais. A estrutura de compadrio, portanto, não muda – ela amolda-se. Grupos estrangeiros locais, para fazerem seus negócios aqui, por mais força que possuam, necessitam chegar o mais perto do poder, seja ele a forma que se reveste, e esta aproximação só acontece por meio de quem tem a chave do processo.

Neste cenário, por sermos um povo cuja natureza de formação sociológica nos traz passividade e, principalmente, sedução pela figura do Estado e do coronel moderno, este último representado não mais pelo poder da foice mas pela cooptação sedutora que exerce junto à uma nação ávida por poder, não existe possibilidade de uma revolução, muito menos de influência externa irreversível, por mais que esta dinâmica sofra elasticidade máxima, como prevista no parágrafo inicial. A autoridade normativa social é o Empregador e o Estado, sendo que este último é materializado no que se reconhece neste país por elite. A plebe considera-se dependente da elite porque a vê como o Estado provedor. A elite atua no sentido de supressão de conflitos e eventuais "favores". Quando sente isso acontecer, para ratificar sua atávica tentação em não abrir mão de nada e concentrar ao máximo sua renda, trata de valer-se das benesses proporcionada pelo seu braço burocrático, cuja descrição veremos a seguir.

No Brasil, temos algo mais ainda a apimentar estas formas de relação de poder que é a classe média. Numa sociedade ordinária capitalista, a classe média funciona como alicerce principal do sistema, baseando no esforço individual de seus membros a estratégia principal para a dinâmica social. É normalmente pregadora de um mercado livre, originando-se de uma sociedade de classes, em rápida mutação e industrialização. Desenvolve uma relação com o Estado de caráter tipicamente empregatício, com apoio de seus sindicatos e estabelece este braço como alcance de uma maior expressão no livre mercado.

Contrariando a análise anterior, formulada por Charles Kerr,¹⁰¹ cuja análise formal Guerreiro Ramos explanava em suas aulas na USC, a classe média desempenha neste país um papel diferente do que pregado pelo sociólogo moderno. Em nosso país ela incorpora-se à cultura dinástica e tenta, através do desforço coletivo difuso preservar a sociedade tradicional, da qual ela não faz parte. Poder-se-ia achar isso um contra-senso, não fosse pelo fato de que ela deseja a desigualdade porque enxerga-se do outro lado. Percebe como, na sua ótica, é válido o poder exercido desta forma, em benefício individual próprio, ainda que não chegue lá. Por isso, numa análise que vai de Freud a Weber, considerando tanto a motivação psíquica quanto a sociológica, ela age para manter os privilégios de uma sociedade da qual ela ainda não faz parte mas tenta a vida inteira ser. Apenas para legitimar e prover os mesmos métodos que perduram neste país desde a instalação formal da estrutura de poder portuguesa da Colônia.

Se Charles Kerr e seus compatriotas conhecessem o Brasil perceberiam que a estratégia industrializante de poder de elite originalmente gerada pela classe média não reverbera aqui e, cientificamente, mostra-se inexata. Para ela ser exitosa pressupõe-se uma sociedade cuja estrutura social ilustra um movimento natural de ascensão de formação de um Estado, cujas elites vêm das classes políticas consideradas como honoratioren, porém irradiam esta lógica por uma

¹⁰¹ Apud RAMOS, Guerreiro. op.cit.

sociedade que demonstra formas diferentes de organização e de relação com o Estado. Nestes países, embora tenhamos nichos de poder bem localizados pelas atividades econômicas eles não se transformam em oligarquias imutáveis, pelo simples fato do sistema legal, constitucional mas principalmente social não permitirem. Nestas sociedades a classe civil organiza-se e demanda formas diferentes da atuação e da relação com o Estado, de forma que é perceptível que, se assim não ocorrer, atinge-se com razoável facilidade o ponto de equilíbrio gerador de uma revolução. Neste país, talvez a única Revolução que não seja a de 30 foi a de 64, gerada e aceita por esta mesma classe média que demandava maior atuação estatal frente ao caos institucional que abalava suas pretensões.

Forçoso reconhecer, no entanto, que a elite empresarial contemporânea de nosso país, a duras penas, possua focos de contraposição ao sistema atual, como talvez jamais existiu em nosso país. No entanto, embora recheada de boas intenções na teoria, na prática não se exime de patrocinar quadros representantes típicos das oligarquias clássicas, em alguns casos até familiares como se revestiam há muito para representarem, de maneira direta, seus interesses junto à máquina pública. A única elite neste país que pode ser chamada e incensada como tal é a que se acomoda junto ao Estado, perniciosa e parasitária, independente de possuir poder econômico.

4.4.1 Elite Burocrática Brasileira Diretorial – um Capítulo à Parte

Não há como negar. Em toda burocracia, entendida esta como o sistema clássico weberiano de organização de uma sociedade moderna capitalista, existe elite. E existe massa. Esta elite traduz-se numa minoria cujo desempenho e posição privilegiada no domínio da máquina pública a deixa com o poder dirigente na iniciativa e execução das políticas de Estado, enquanto a maioria, ordenada como tal submete-se passivamente às diretrizes impostas pelo primeiro.

Pela concentração de poderes constitucionais no Brasil e pela forma como

nosso Estado desenvolveu-se burocraticamente é importante que dividamos estas formas de poder e como ela se manifesta. Esta classificação é de fundamental importância para que possamos entender inclusive como um mesmo governo divide-se no país e, diante da força de um aparelho estatal cujos meandros poucos conhecem, núcleos de poder começam a exercer suas funções longe das limitações do voto e, mais importante, sem participação popular. Basicamente, podemos traduzi-la como burocracia eleita, diretorial, técnica profissional, auxiliar e proletária na definição de Guerreiro Ramos.¹⁰²

Embora todas sejam de suma importância para definir as raízes de nosso sistema burocrata, o eixo de poder transita pelas três primeiras, e é justamente no segundo, dos quais trataremos de nos ocupar, tanto pela forma como ele se comporta no Brasil, um tanto quanto único no mundo quanto pelo fato de que a burocracia eleita em nosso país é óbvia: sua estrutura advém de atribuições constitucionais e, sufragadas pelo voto, legitimam os ocupantes de mandatos e cargos nomeados por estes.

A burocracia diretorial em nosso país é, por natureza, não efêmera, ao contrário da eleita. Este tipo de domínio da máquina pública não está sujeita (ou ao menos não deveria, como veremos adiante) às intempéries ou aos humores de um sistema eleitoral. Integram e fazem parte deste estrato servidores públicos de várias qualificações que, em caráter original de formação de quadros, através de competência específica e meritocrática ou por alianças e apadrinhamentos pessoais, exercem de maneira não eventual o exercício de cargos e funções de habilidade direta e moldadora do aparelho estatal.

A transição democrática pressupõe que o sistema aperfeiçoa-se e passa por um período de ruptura. Identidades plurais identificam-se, grupos minoritários são legalmente protegidos, localidades e regiões retomam poder ou recebem autonomia suficiente, instituições e grupos políticos são formados, responsáveis

¹⁰²RAMOS, Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro...** op. cit., 1983, p.223.

por barganhar e legitimizar o poder central. A implementação deste tipo de transição e esta redistribuição de forças contra-balanceia o poder das elites, de quaisquer formas que elas sejam formadas¹⁰³. Ainda que possuam suas deficiências, normalmente elas fazem parte de um sistema que materializa as políticas geradas no corpo da burocracia eleita, ajustando (ou não, dependendo do poder compensatório) a casos concretos as diretrizes criadas pelos primeiros. Habitualmente e de maneira exemplificada são preenchidos por membros do segundo escalão da Administração Pública Direta e Indireta e a sua capacidade de manter influências (não obrigatórias num burocrata típico) e desempenhar um papel técnico adequado determinará sua capacidade de manter-se no cargo e com poder, independente do grau de proximidade que tiver ou da alternância do burocrata eleito. De fato, são eles que normalmente trabalham no sentido material da palavra e executam, enquanto seus superiores fazem o que fazem melhor: política.

No Brasil, este estrato mostrou-se imobilista e com seu eixo de poder muito bem determinado nos Governos de Vargas e JK. O processo de formação desta elite, nos últimos setenta anos, revela um lado de nossa Administração Pública que é pouco conhecido do grande público.

No início dos anos 30, a máxima que se este tipo de estruturação fosse transmutada em órgão de cooptação política clientelista, o governo caía, o que não deixava de ser verdade. O modelo organizacional criado a partir do DASP formou uma elite de funcionários de carreira que durou praticamente até o final da ditadura. Ou seja: mais de cinquenta anos. Eram recrutados entre servidores públicos de carreira do Banco do Brasil, BNDES, ELETROBRAS e PETROBRAS.¹⁰⁴ Segundo o mesmo autor referenciado, eram

¹⁰³ DIAMOND, Larry. Consolidating Democracy in South Korea.

¹⁰⁴ CASTOR, Belmiro V. J. **O Brasil...** op. cit., 2004, p.143.

indivíduos que haviam ingressado em algum organismo público onde pretendiam fazer carreira, passaram a se interessar e se especializar em determinadas áreas e questões estratégicas, a participar de grupos influentes na administração estatal e, graças a esse envolvimento crescente com as questões do Estado, com a diplomacia, com o DASP, a Fundação Getúlio Vargas, as missões estrangeiras de cooperação técnica e com outras instituições, encontraram apoio para estudar nos melhores centros acadêmicos do exterior e se preparar para funções mais relevantes.¹⁰⁵

Não obstante, era comum, especialmente a partir da gerência de Roberto Campos, a contratação por parte da Administração Pública Indireta e o "empréstimo" destes funcionários a órgãos centrais da Administração Pública Direta. Isso acabava por criar uma salada de quadros e confusão nos objetivos próprios de um sistema coeso, sendo talvez a célula inicial de promiscuidade inter-órgãos em nossa história, já que virou prática comum que entidades que atuavam sob sistema regulatório, como o Banco do Brasil, fornecer servidores de carreira para cargos de chefia às entidades que deveriam agir na própria regulação, como no BACEN, fato este impensável em países mais sérios, que possuem normas um tanto quanto específicas de conduta do Administrador Público.

Todavia, mesmo que pudéssemos citar casos em que as linhas de conduta não eram traçadas nem citadas de forma cabal e clara, era inegável que o processo de elitização burocrática diretorial criado em Vargas e aperfeiçoado por Roberto Campos trouxe aos quadros do Estado o que de melhor existia na inteligentzia nativa. Pelas mãos deste último, o concurso público virou norma em instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ainda que não existisse norma específica na legislação para tanto o que, para os governantes e administradores atuais, soaria como um imenso bolo para repartir entre seus mais apadrinhados. Em suma, estes organismos que ostentavam um selo de qualidade meritocrático dentre as instituições nacionais criaram um patamar qualitativo que dava agilidade e impessoalidade à máquina pública e criava um

¹⁰⁵Ibid., p.145.

poder paralelo no governo cujo eixo não passava mais única e exclusivamente pela burocracia eleita mas sim por esta qualificada e decidida elite burocrática diretorial.

Por mais que se mudassem os governos, até o fim dos anos 70, era comum dizer que os presidentes eram depostos, generais caíam mas estes servidores eram imutáveis. Por um motivo muito simples: nenhum governo desejaria livrar-se deste instrumento meritocrático de agilidade na máquina administrativa em prol de clientelismos que, na prática, levariam o governo à derrocada.

Lamentavelmente, este processo, aos poucos, degradou-se, o que de fato não teria razão de ser, haja vista a exigência de concurso público pela Constituição Federal de 88. Porém, a inteligência de nossos governantes e sua avidez por acomodar seus cordiais colegas, na eterna sedução e cordialidade que tantas vezes já narramos por vezes surpreende até os mais especialistas observadores. A criação de cargos comissionados, através de leis locais, para preenchimento de funções que deveriam ser técnicas, além de baixar consideravelmente a qualidade do serviço (em alguns casos valendo-se inclusive de práticas estelionatárias, com o embolso de salário de servidores que existem só no nome) entregam uma moeda de troca constante, usada principalmente em campanhas eleitorais.

Curioso é que, em momento algum, NENHUM candidato que se tem conhecimento, seja em qual plano for, tenha lançado uma proposta para o retorno meritocrático absoluto nas funções estatais. Pelo contrário, elas são consideravelmente aumentadas. Nosso povo, que deveria bradar por isso, deseja, isto sim, uma "boca", que pode ser arranjada por um conhecido de algum político que ele julga importante. Não há insurgência contra os métodos e sim contra o fato que ele não possui esse tipo de tratamento frente ao Estado. Este, isto sim, cada vez mais o porto de seguro de todos nossos compatriotas.

4.5 NEO-CORONELISMO E A MODERNA "DEMOCRACIA" BRASILEIRA

As inquietações urbanas, as angústias européias da elite, a sede de mando de civis e militares, a demagogia inquieta e impaciente – tudo se amorcece e paralisa diante de uma muralha apagada e inerte. O senhor da soberania, o povo que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo à sua palavra. (RAYMUNDO FAORO).

No que consiste, exatamente, a participação do brasileiro nos desígnios de seu próprio destino? Do descobrimento à instituição do voto neste país foram mais de 300 anos. Há pouco mais de 100 que votamos pela primeira vez e somos desenhados, por nossas próprias instituições, pela mídia especializada e não especializada e por nós mesmos como um modelo atual de democracia para o mundo.

Nosso grande avanço neste campo, pintado como a panacéia para todos os males, garantidora de uma eleição livre e segura é a urna eletrônica. Instituída inicialmente em algumas cidades no ano de 1996 para o processo de votação às eleições municipais oficiais, desde 1989 algumas experiências pontuais na área já davam conta do que estaria por vir.

Através de um programa informatizado e de uma central computadorizada os votos são somados e, em menos de uma hora, o resultado aparece como líquido e certo. Todavia, o sistema é tido por muitos analistas como não confiável e as razões expostas são muitas – como a caixa preta fechada no qual os dados se encontram. Como a ausência de perícia necessária em todas as urnas. Como a falta de prova física do voto do eleitor, pregada por alguns.

As urnas eletrônicas, em especial nas eleições de Alagoas de 2006, provaram ser passíveis de manipulação e fraude. Neste Estado, o número de votos registrados em algumas urnas foi menor do que o número de eleitores que efetivamente votaram. Foram totalizados votos oriundos de urnas que não existiam. Algumas urnas misteriosamente não registraram voto algum. Possivelmente não é apenas em Alagoas que o problema ocorreu porque apenas naquele local, diante da disparidade de expectativa de votação de determinado candidato a perícia foi de fato

requisitada.¹⁰⁶

O presente trabalho não se destina a elaborar um tratado sobre a urna eletrônica brasileira, muito menos nas tenicalidades do sistema. O presente breve relato só foi trazido à baila por um simples motivo: em pleno ano 2007, mais de 100 anos depois de conquistarmos pela primeira vez o direito ao voto, é este dispositivo, considerado por nós mesmos como o mais avançado do mundo em termos de eleição, que traz ao brasileiro o selo de democracia madura e consolidada. No país em que tudo se ajeita, que vive do e para o improviso, um sistema eletrônico passível de fraudes, cuja maior atribuição é mais do que óbvia: materializar instituições que já deveriam ser mais do que consagradas constitucionalmente revelam exatamente o grau de maturidade democrática material em que vivemos.

Um país de pouco mais de 120 milhões de eleitores, cujo grau de instrução formal de sua maioria não passa do Ensino Fundamental, precisa contentar-se, realmente, com isso. Vivemos materialmente numa democracia formal. Conquistamos o direito de votar e de sermos votados – de viver num país que, inegavelmente, o sufrágio universal foi consagrado constitucionalmente. Só que comparada à democracia de inspiração grega e rousseauniana, é inegável que vivemos uma crise. Uma crise, porém, que se mostra perene. O Brasil sobrevive num eterno sistema de caos democrático e o resumo disto pode ser encontrado na urna eletrônica. Nosso maior grau de maturidade democrática atual reside num aparelho que agiliza a votação.

Conforme visto anteriormente, o grosso do eleitorado brasileiro, composto por cidadãos em pleno gozo de seus direitos políticos passa atualmente dos 120 milhões. Destes, mais de 75% não passou, em termos de escolaridade formal, do Ensino Fundamental. Ou seja: o máximo que "aprendeu", levando em conta a primitiva qualidade de nossa educação pública são noções básicas de história e

¹⁰⁶REVISTA Veja, São Paulo: Abril, 20 jan. 2007.

civismo, operações matemáticas não complexas e manejo rudimentar da língua portuguesa, sem aprofundamento de literatura, ficcional ou não. Em suma, 75% de nossa população não possui conhecimento básico de como funciona um processo eleitoral. Quando confrontados com os números do início do século, que relatavam, evidentemente, uma presença ainda menor de indivíduos escolarizados, os historiadores encontram a razão primordial pela qual era fácil domar as massas e exercer o coronelismo clássico, como materialização de um sistema opressor de cooptação eleitoral numa sociedade pré-urbana, pobre e mal instruída.

Neste contexto é que, invariavelmente, somos obrigados a retornar a forma que o coronelismo volta a se assentar em nossa sociedade cuja visão histórico-sociológica é traçada comumente entre nossos historiadores como uma expressão de uma tônica de poder local no país durante toda a República Velha que, em alguns casos em que o atraso econômico e material da população, comungado à afirmação e manutenção de poder político e econômico por clãs familiares continua até hoje. Esta visão, simplista por natureza e errada nas suas razões mostra-se incompleta, reduzindo a importância e realidade do estudo a conjunções localizadas, principalmente no Nordeste.

Comandando os votos das pequenas localidades, o coronelismo surge como manifestação da organização política de então, numa sociedade cujo poder de organização política é descentralizado, autocrata e autóctone. A União, no princípio da República, só consegue estruturar-se e legitimar-se com o auxílio dos Governadores locais, num pacto federativo que nada tem a ver com as origens do instituto consagrado pelo constitucionalismo norte-americano do século XVIII. O 'coronel', enfim, transcende meramente o caráter de expressão proveniente dos membros da Guarda Nacional Imperial, e transmutada na expressão local do indivíduo que gozava de respeito e prestígio e comandava, cabrestamente, a disposição eleitoral da massa ignara. Como descrito no capítulo 4.2, ele é um fenômeno que ultrapassa a questão rural e que, ao contrário do senso comum,

ultrapassa o fenômeno urbanizador brasileiro.

Neste contexto, a submissão do desejo individual traduz-se numa relação que costumeiramente é traçada de maneira errônea como de puro domínio físico mas que posteriormente remete à própria população as causas de suas constrictões pessoais, haja vista que reconhece no homem de prestígio local e de portador de bens materiais (embora não necessariamente latifundiário e rico) aquele que porta a chave para sua felicidade última: a aproximação com o sedutor domínio patrimonialista estatal, que se impregna em nossa cultura desde os mais antigos tempos da história deste país tropical. E justamente nesta origem do contrato social coronelista é que está a semente na qual ele ultrapassará etapas, desprender-se-á do caráter constritor e não respeitará meios, tecnologias nem a força modernizante de um mundo que se globaliza e cujas distâncias diminuem consideravelmente mas que, neste caráter de relação sócio-política, em nosso país permanece o mesmo: a tradução dos desejos individuais pela figura do Estado e a institucionalização do patrimonialismo como estrutura-motor da relação cidadão-Administração Pública.

A realidade é que o fenômeno do coronelismo local ultrapassa o Estado Novo, bem como a redemocratização de 46, a ditadura e a chamada Nova República para fincar-se, com diferenças apenas formais, na sociedade atual. O coronelismo, o compadrazzo latino-americano ou o Padrino siciliano são estruturas que compõem uma visão patrimonial de povos que entendem, por sua natureza e pelas razões que invariavelmente desembocam nas composições privadas da coisa pública, que perduram independente do grau de urbanização ou cultura de determinado país porque o modo de relação de um cidadão com o Estado não necessariamente depende do grau de escolaridade que ele possui, muito menos do seu nível de pobreza. Pulverizado e nascido num sistema de organização política em que o ente coletivo dirige, ordena e monopoliza a máquina, o ser humano votante nacional e de outras sociedades no qual esta forma de visão e

criação são análogas ele torna-se absolutamente necessário porque a massa desconhece os meandros pelos quais pode chegar diretamente ao que lhe mais interessa: as benesses da coisa pública, em detrimento do esforço individual/coletivo de uma sociedade capitalista cuja maturidade de divisão do trabalho enxerga esta composição de interesses como a razão pela qual ele foi criado, num conceito tipicamente liberal mas que não podemos fugir: um meio, não fim, de realizações dos anseios privados.

Isto posto, é importante explicar que o coronelismo não é freado pela urbanização do país, em especial a que se consolidou no final dos anos 20 do século passado. A sua existência original e a semente pela qual ele consegue reproduzir está em outro solo: calcada no aproveitamento privado da coisa pública, na confusão e na certeza da incapacidade de nossos compatriotas lidarem com a abstração do Estado. Pelas dificuldades existentes nas comunicações, distâncias e impossibilidade física de manutenção do poder em âmbito estadual e federal ele somente poderia existir na sociedade pré-urbana nos moldes que conhecemos. Isto posto, ao virarmos literalmente uma sociedade de massa urbana, ele sai do eixo da política de Governadores e líderes locais com a quebra do sistema clássico oligarca por Getúlio para um direcionamento direto ao poder federal, cuja manutenção das políticas de coronéis recebeu, com a discordância deste autor, o nome de populismo e cuja capacidade de concentração do poder, levado pelas facilidades estruturais nacionais, mostrava-se bem superior e de mais fácil execução.

Populismo e assistencialismo nada mais são do que os moldes novos pelos quais pratica-se o coronelismo de forma direta, originalmente pelas mãos da União, posteriormente com a reprodução das políticas de Governadores e Prefeitos. Mas, vejamos, não é possível culpar o detentor de poder central por esta prática. Ela é uma via de mão dupla: representa o anseio da população que continua desejando mais e mais do Estado e o recompensa em troca de voto. Historicamente Getúlio vira o primeiro grande coronel – sua figura era mitológica,

sua presença e carisma eram reconhecidos como legitimadores de poder nacional. Embora fosse um famoso estancieiro, não era por causa de suas terras que dominava a população. Era por representar, de maneira personalista, suas mais sinceras e singelas aspirações – o Estado. Pisar no pé de Getúlio era pisar no pé da lei e isto o brasileiro moderno, urbano, não poderia admitir.

Guardadas as devidas proporções, nada mais é do que a representação e incorporação do que Luis Inácio Lula da Silva representa hoje. Do que Fernando Henrique Cardoso representou há treze anos ou do que Fernando Collor há dezessete (este último ainda representando já que seu retorno ao Senado Federal demonstra anseios difusos representados numa população localizada). A compra do voto, a fraude pura e simples não é mais possível (embora em alguns recantos ela continue a existir, de forma desbragada e irrestrita. Todavia, é complicado hoje em dia vencer eleições majoritárias usando única e exclusivamente deste recurso). A forma de representação e legitimação destes eleitos em âmbito federal, para cargos executivos, acontece de outra forma, ao pulverizar sua forma de atuação com os líderes locais que, tratados como tal, continuavam representando mini-oligarquias, existentes nos repasses de verbas municipais e na garantia da ordem do Governo Federal.

O eixo do poder só mudava nos seus agentes mas a estrutura permanecia a mesma: legitimidade da União através de lideranças locais e, agora, num contato direto que o governante tinha com a população. Este sistema continua até a instalação do Estado ditatorial, cuja aversão ao que se chamou de populismo só pode ser explicada pelo receio de que lideranças caudilhescas, representantes daquele coronelismo da República Velha pudessem criar estruturas paralelas de tentativa de tomada de poder.

Em suma, sua contrariedade aos métodos de outrora eram pelo temor de um levante subversivo e não por uma reprovação do método. Ainda, se contrariado fosse este, ela não conseguiria se legitimar porque foi preenchendo um anseio das massas, ignaras ou não, que o sistema ditatorial chegou ao poder. E este anseio

exteriorizava uma única célula original: o preenchimento pelo Estado das formas de realização pessoal e familiar. Por parte dos Presidentes que existiram do Estado Novo até 64 a forma de legitimação era simples: a incorporação no líder máximo da figura dos coronéis – aquele que comandaria o Estado consigo e conosco e, sedutor como eram os antigos, traria suas batalhas trazendo ao homem cordial o que mais lhe interessa na sua cordialidade: o compadrio, o desapego ao formalismo, a aproximação com os poderosos, ainda que neste último caso ele estivesse tão longe. Neste cenário novo, não há mais espaço para a fraude direta, pelo cabresto único de então. Isso não era mais aceitável porque o homem cordial, embora submisso na sua formação genética com a estrutura escravocrata híbrida porém é indígena no tocante à repulsa à força física, exercida de forma direta, não admite este tipo de constrição. Ele se julga auto-suficiente nas suas decisões, porém sempre necessitado de uma bengala para prover suas próprias necessidades. Ao tratar nesta estrutura, a força não é mais necessária, apenas para justificar uma suposta revolução, que transitoriamente emite-se no poder político, como forma de legitimar ultimamente os desejos originais do povo, os quais sempre foram muito bem atendidos desde o tempo do coronelismo clássico.

A suposta aversão ao populismo da ditadura traduz-se nas formas que os generais, direcionados pela elite burocrática diretorial, criaram um Estado inflado, cujo caráter desenvolvimentista traduzia-se na coordenação geral dos negócios públicos. Num país em que tudo pode acontecer, nada mais não irônico do que uma estrutura típica de ditaduras de proletariado de países do segundo mundo reforçarem um sistema de forças cujo maior aliado e apoiador era o país que justamente fazia o contraponto a esta forma de organização política. De qualquer forma, independente das origens, não nos esqueçamos: não importam sistema nem forma de governo. Nosso DNA social não consegue se imaginar fora de um mundo no qual o estamento burocrático não nos seja onipresente.

Mesmo no Estado Novo ou na ditadura, a massa permanece calada e passiva, no que diz respeito aos seus próprios desígnios privados, entendidas estas

como a existência de uma sociedade antes do Estado, e não o contrário. As oligarquias de então transformam-se em "elites" organizadas mas não completamente coesas, cuja importância varia conforme o grau de influência que detêm em relação ao Estado. E neste cenário que, de parte a parte, não existe absolutamente nenhuma vontade de criar uma camada permanente própria autônoma, pensante. As idéias reformistas e liberais de então, que um dia tiveram voz na República dão lugar ao nacionalismo acéfalo puro e simples, que posteriormente encontra outro vezo, nos movimentos localizados de massa que buscavam o socialismo nos anos 60 e 70. No período ditatorial e posterior, a decepção com o sistema liberal e com a estrutura federal é latente e permanece no período de redemocratização, com práticas mais aprimoradas de cooptação e afirmação do poder. O que não muda, invariavelmente, é o pacto social entre governantes e governados. Este permanece o mesmo e ultrapassa os limites do Estado de força para chegar, atual ou ultrapassado como nunca, dependendo da ótica do observador.

O mito do coronel grande proprietário de terras, portanto, cai por terra ao percebermos que seu grau de influência restringe-se aos empregados diretos, o que num cenário eleitoral quer dizer muito pouco ou quase nada. A figura atual do coronel típico é a mesma que se moldava na República Velha e consagrou-se no Estado Novo – o Presidente na esfera federal, rei e imperador, comandante de um Estado que se julga maior pela força do domínio e regulador de um estamento vinculado e subposto, apurando pra si próprio o sistema monocrático de poder. Como diz Raymundo Faoro,

ele é o pai do povo, não como mito carismático, nem como herói, nem como governo constitucional e legal mas o bom príncipe, - D. João I, D. Pedro II ou Getúlio Vargas – empreendendo, em certas circunstâncias, uma política social de bem-estar para assegurar a adesão das massas.¹⁰⁷

É interessante perceber como este fenômeno acontece nas esferas da nossa chamada federação. Em alguns casos ele ainda remanesce de forma direta

¹⁰⁷ FAORO, Raimundo. **Os donos do...** op. cit., 1978, p.720.

– principalmente nos ocupantes de cargos proporcionais estaduais, que se valem de relação direta de compadrio com seus eleitores para eleger-se. Em suma, os habitantes de determinadas regiões votam em candidatos que, na prática, desempenham o papel do coronel clássico: o cidadão considerado "*honoratioren*" que tem grande prestígio na comunidade e vale-se de seu poder para magnetizar seu eleitorado, que se sente compelido a depositar seu voto porque pensa que, invariavelmente, ele pode ajudar nas relações com o Estado. Esta forma de votação também acontece geralmente nos casos de votação para a Câmara municipal e de Prefeitos de cidades menores. Os Governadores, por sua vez, aproveitam esta estrutura de poder gerada nos municípios para viabilizarem-se politicamente. Nas regiões maiores, a votação é feita por outro prisma mas o fundo é o mesmo: o candidato que se mostrar com maior facilidade de trazer o Estado para o cidadão é o que mais chances tem de ganhar, personalizando invariavelmente a eleição, característica deste tipo de sociedade.

É importante deixar claro que esta não é uma problemática de elites, como é comum sair da boca dos nossos tão conhecidos intelectuais. Mais uma vez: elites existem e sempre existirão. Invariavelmente uma minoria governa e, em todos os tempos – da Roma Antiga à moderna Nova York isso ocorreu. O aparelhamento do Estado e sua forma de relação com o indivíduo não se confunde com o poder elitista porque este é pressionado sempre de baixo pra cima, num processo de contraposição de poder natural de sociedades civilmente organizadas. Mesmo que as decisões sejam tomadas por poucos, o que invariavelmente acontece, ela possui este caráter descendente simplesmente porque a massa, numa sociedade de elites comuns sujeita-se ao controle social típico, que pode deslegitimá-la e operar o seu controle.

Não é o que ocorre neste quadro de estamento brasileiro. Não vivemos numa sociedade de elites. Se o fôssemos, quão felizes seríamos. Vivemos num quadro de estamento, no qual a sociedade desconhece qualquer forma de controle

político e social que não seja a manifestação difusa (abstenção, voto em branco, descrédito da classe política) mas prescinde de autorização legal ou desconhece. Neste quadro prevalece a anarquia legal, a direção do Estado que funciona em si e para si. O poder, principalmente econômico, é utilizado pelo e para o Estado, a favor daqueles que dominam seus meandros, que são semi-oligarquias, ligadas a um só interesse: aproveitar-se das benesses que este estamento a proporciona.

Victor Nunes Leal¹⁰⁸ afirmava, na sua clássica descrição do processo coronelista em nosso país que a mazela do coronelismo seria resolvida com a autonomia municipal. A Constituição atual remete ao município um poder que ele jamais teve, tornando-o ente autônomo participativo, com carga tributária repartida e um significativo aumento das receitas. A autonomia de Leal, no entanto, até no Brasil encontra formas de ser burlada, mesmo constitucionalmente, porque as transferências constitucionais de verbas, via Estado e Município, são de dinheiro tipicamente carimbado – ou seja, aprovadas via emenda e com transferência determinada pela União ou, no caso dos Estados, pelo Governo local (ver item 4.5.1).

A discordância em relação ao trabalho do famoso historiador vem justamente do fato que, naquela obra, não foi detectada especificamente que não era desejo algum das massas, ou mesmo da massa mais abastada, que ainda não é elite, que esta autonomia fosse alcançada. Autonomia, neste caso, só se pudesse existir uma aproximação maior com o Estado, principalmente o federal que, depois de 1930 passou a exercer este papel com maior propriedade. Num sistema de estamento, isto é fundamental para manutenção de dependência dos centros locais, dos mais provincianos aos mais evoluídos. A população, neste cenário, tende a ficar alijada de qualquer discussão neste sentido e a autonomia, na prática, deixa de existir. A reação contra um processo elitista, neste quadro, ocorre de maneira difusa, já que a mesma população aproveita-se deste sistema porque não consegue imaginar-se num sistema elitista simples, de natureza capitalista comum, geralmente existente com várias

¹⁰⁸LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo...** op. cit., 1973.

falhas, mas que invariavelmente acaba por gerar, ainda que de forma injusta, o bem comum – avaliadas todas as individualidades específicas coletivistas porque o sistema propriamente o leva a tanto.

Quando elementos de classes emergentes ascendem ao poder, numa sociedade patrimonialista de estamento, eles o nacionalizam e o patrimonializam, diluindo-o na elite formada. Em suma, a elite existe agregada ao Estado e não como instrumento de formação e de direção deste. Cria-se, desta forma, uma sociedade acéfala cujos dirigentes são apenas diferentes em seu DNA mas a forma de pensar o Brasil continuará a mesma. E assim caminha nosso país, congelado num contexto de poder estrutural que impede a mudança social e nos reveste de um pano velho, pesado e amorfo. Ou a sociedade redescobre o seu papel e num movimento de ascensão e de reversão desta pesada herança e forma de pensar muda seu código de conduta perante o Estado ou a ópera continua a mesma. Só que não termina nem com o canto da senhora robusta.

4.5.1 Os Neo-Coronéis e a Questão do Orçamento

[...] O cumprimento efetivo daquilo que o Congresso decidiu a respeito das emendas apresentadas pelos parlamentares passam a ter a probabilidade parecida com a de um espermatozóide fertilizar um óvulo. Bem considerada, a probabilidade de fertilização do óvulo talvez seja algo mais elevada.
(BELMIRO CASTOR).

Não há como remeter-se ao neo-coronelismo sem verificar uma das principais condições formais legais pelo qual ele viabiliza-se e no qual este trabalho encontra sua derradeira ópera: a questão orçamentária nacional.

Avaliando-se num conceito técnico-jurídico o Orçamento da União, dos Estados e dos Municípios é um documento legal, aprovado mediante lei pelos respectivos legislativos que contém a previsão de receitas e despesas a serem executadas por um Governo em um exercício fiscal específico.

No Brasil, a peça principal é chamada de Orçamento Geral da União e

começa através de uma mensagem do Executivo para o Legislativo com as previsões de gasto e receita para discussão e aprovação. De maneira mais específica, ele é estabelecido por Lei Orçamentária Anual, que deve ser enviada até 31 de agosto de cada ano, disciplinando todos os programas e ações governamentais no exercício fiscal respectivo. A Constituição determina expressamente que deve ser votado e aprovado até o final de cada legislatura, quando deverá ser depois remetido à sanção do Presidente da República.

A razão da importância da definição do orçamento em caráter nacional tem a ver com o fato que ele é a principal forma de expressão da política neo-coronelistas no âmbito macro-político. Se outrora o poder político governamental da União era calcado na política dos Governadores, que garantiam as eleições por meio de seus coronéis locais, atualmente é muito mais fácil realizá-lo, por força de uma Constituição que estabelece repasses federais a Estados e Municípios, com o enfraquecimento deste segundo e fortalecimento relativo do último, deixando de ocorrer, na sua essência, o pacto federativo original. Como consequência dessas atribuições constitucionais, além de reservar à União a primordialidade em legislar na grande maioria das questões, relegou a esta o controle do orçamento, em uma instituição não vinculada e que permite a interposição geral e irrestrita de emendas autorizadas de crédito e permite que apenas o Executivo federal estabeleça o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

É certo que não é por força de falta de previsão legal que o orçamento não funcione e se preste a reproduzir, no âmbito político, as relações de compadrio e favorecimento que tanto nos são caras nas esferas mais privadas. O Brasil possui, embora não tão específico e tradicional quanto outros países, previsão constitucional e legal suficientes para a alocação de recursos da União, Estados e Município. A Constituição Federal, em seus arts. 165 e seguintes estabelece a realização do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos, com sua respectiva execução. As limitações impostas pela letra constitucional também

inibem que projetos ou programas que não estão incluídos na lei orçamentária anual sejam iniciados ou continuados, bem como a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, aliadas à realização de operações de operações de crédito que excedam o montante de despesas.¹⁰⁹

Uma das distinções que se faz entre atos administrativos formalmente na Administração Pública são entre atos considerados vinculados e discricionários. Estes últimos seriam aqueles que a Administração pratica com margem de liberdade de avaliação, seguindo critérios de conveniência e oportunidade, de acordo com critérios de oportunidade formulados por ela mesma, porém adstritos à lei.¹¹⁰ Como tudo neste país que fica ao cargo da discricionariedade, isto significa o óbvio: que os atos discricionários são os que tendem a ser mais evitados de prejuízo à Administração Pública, já que nossa cultura nos diz que, ao contrário do que prega a teoria do Direito Administrativo mais básico nos diz que tudo aquilo que não é permitido no uso da coisa pública é permitido.

No caso do orçamento da União isto é particularmente importante porque, embora vinculado a normas constitucionais que estabelecem um sem número de limites à sua atuação, como os planos plurianuais, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, não há vinculação direta de alocação de receitas. Isto é: não existe uma percentagem certa para aplicação de recursos em áreas específicas. Todas, respeitados os mínimos constitucionais, dependem da força do executor da emenda orçamentária. Em suma: congressistas vivem de favores do Executivo e do seu nível de influência junto a este órgão para conseguir as liberações que almejam – os parlamentares, isto é fato, após aprovarem o orçamento perdem

¹⁰⁹ CUSTODIO, Antonio Joaquim Ferreira. **Constituição Federal Interpretada pelo STF**. 5.ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p.209.

¹¹⁰ MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Direito administrativo**. 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p.395.

autonomia sobre o próprio, a não ser quando o próprio Executivo deseja alterar valores e destinação de recursos¹¹¹.

Não é muito difícil de ver, num quadro em que a discricionariedade impera, como este tráfico de influência é praticado no Congresso. Parlamentares cuja expressão é menor tem pouca ou nenhuma chance de terem suas emendas, normalmente autorizadas de destinatárias de recurso aprovadas. O Executivo possui a chave do cofre e aqueles que chegarem mais perto dele tem, por óbvio, maiores chances de terem seus pedidos atendidos. Ocorre, desta forma, uma vantagem imperativa do Executivo sobre o Legislativo que é impensável num país que prega a teoria clássica liberal da tripartição de poderes.

Este impacto seria menor não fosse pela cultura local de submissão tácita e expressa às vantagens do coronelismo que tanto bem fazem aos eleitores locais. Deputado bom é aquele que consegue verba pro município, que traz dinheiro para hospitais, escolas, etc. Congressistas não são avaliados pelas suas posições específicas nas questões de Estado e temas macro mas sim no provincianismo que o vil metal traz no dia a dia. O quadro de estamento e patrimonialismo representa originalmente isso: a materialização, na figura de cidadãos que possuam maior prestígio, da figura do Estado e das benesses que porventura ele possa transmitir.

Cientificamente talvez seja até errado determinar este tipo de relação orçamentária de neo-coronelistas. A forma como ela se comporta ilustra uma sociedade tipicamente coronelista clássica, com o coronel maior, o Governador de então, representado na figura do Presidente da República e os coronéis locais, aqueles que executam os serviços, na classe parlamentar. Os intermediários são praticamente os mesmos, os destinatários e remetentes da norma cogente também. As causas são conhecidas, porém as consequências, principalmente no nível que isso gera na relação parlamentar são funestas e mais ilustrativas de nosso atual momento.

¹¹¹CASTOR, Belmiro V. J. **O Brasil...** op. cit., 2004, p.192.

Neste cenário, difícil existir um parlamento de notáveis que discutirão os rumos do Estado por óticas mais úteis ao desenvolvimento local. Uso de células-tronco, direitos homoafetivos e sociais de quarta geração são elementos totalmente alienígenos a este tipo de estrutura patrimonialista porque a limitação de estamento financeiro não chega a tanto. E assim continuamos caminhando, neste mito de soberania popular consagrada pelo que chamamos de sufrágio universal. Neste tipo de sistema formal-legal brasileiro povo e soberania só deixariam de ser conceitos meramente abstratos e falaciosos com sua organização e revelia aos mais primitivos de seus instintos e à forma de acomodação de seus interesses e da estrutura burocrática que o cerca. O processo não é irreversível mas a dinâmica trabalha contra. Resta a este povo emancipar-se primeiro de si próprio.

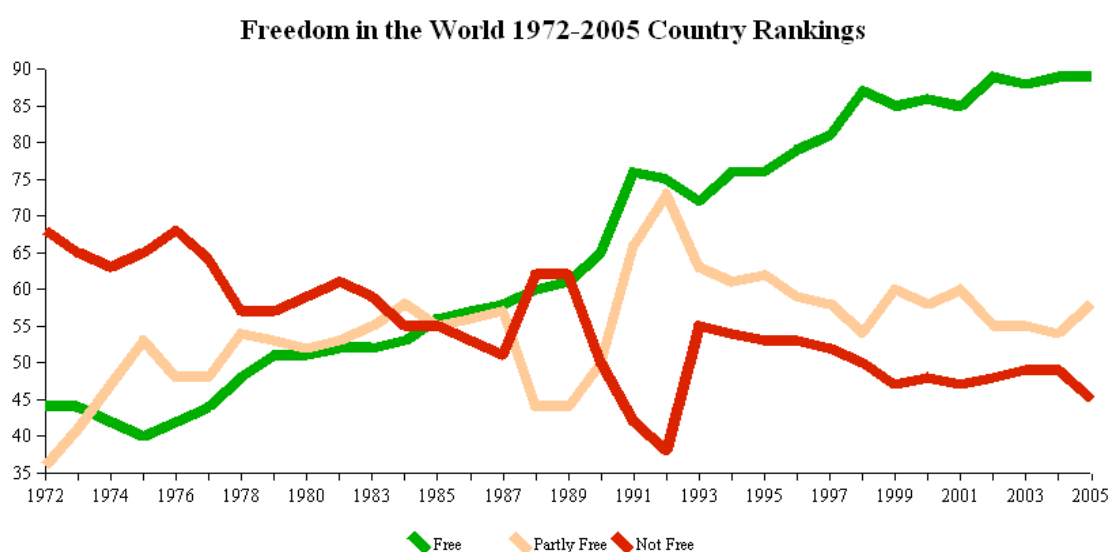
5 CONCLUSÃO

Vivemos numa época em que o homem formula a pergunta mais insolúvel, mais excitante para um ser submetido ao tempo: estou no fim ou no início do mundo? A aceleração da história se acentua. A história está pra começar ou recomençar? Sou o último? Sou o primeiro homem?

(JEAN GUITTON, 1995, p.4)

A democracia como conhecemos, a forma de governo de um país por meio de sufrágio tornou-se norma básica dos países ao redor do mundo. As evidências empíricas são inegáveis. Contra fatos não há argumentos. Instituições não-governamentais, analistas políticos, a literatura mais embasada do mundo entende que vivemos um mundo que, se considerada a maioria da população mundial, sobrevive num ponto de sufrágio jamais visto anteriormente.

Organizações como a Freedom House¹¹², ligada à ONU, traçam um paralelo das nações consideradas democracias liberais (free) do início do século até agora. O gráfico abaixo demonstra, a partir de 1972, a escalada das nações que podem ser consideradas como livres: ou seja, com sistema eletivo de sufrágio universal e de participação popular formal na escolha direta de seus governantes, em especial na democracia representativa liberal ocidental.



¹¹²Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=1>>.

Pelo gráfico acima, é possível perceber como, em pouco mais de trinta anos, o número de democracias liberais literalmente explodiu no mundo. Em 1900 não existia UMA única nação no globo que conhecia o sufrágio universal da forma como existente atualmente. Nosso país não é diferente. Segue uma tendência de formalização e constitucionalização do acesso ao voto a todo aquele que desejar e ser capacitado para tanto.

O advento de um novo século, de "consolidação" democrática, como muitos julgam trazer, comumente, visões otimistas aos países do mundo e, em nosso caso, também ao Brasil. Não ficamos fora desse clube. Consideramos as eleições legítimas e a participação popular, pelo senso comum, só não é maior porque, na visão do *establishment* e do povo há uma cisão entre a classe política e o povo. Fora isso, escolhemos nossos governantes, nossa forma de composição de sistema político. Em suma, colocamos um homem na Presidência da República que representa nossas aspirações e a crença de que nossa inserção no mundo das democracias liberais é uma conquista irreversível de progresso político e social.

Há um pequeno problema nessa visão tão deslumbrada de nós mesmos. Não ficamos mais ricos. Não temos a menor idéia de como somos governados. Fora o ato do apertar de teclas na urna eletrônica desconhecemos outras formas eficazes de participação popular.

Formalmente, não há como nos opormos à previsão dos grandes estudiosos, de organizações ligadas a ONU, de Francis Fukuyama¹¹³, que afirmava que chegamos ao fim da história como a conhecemos, com a consagração de um processo de consolidação do sistema considerado democrático que ampliaria as conquistas sociais em forma de participação direta nas decisões governamentais e que tendia à síntese de conflitos sociais e de fim de conflitos étnicos e revoluções armadas, em especial quando analisamos suas teorias pela ótica macro deste país.

¹¹³FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: Free Press; Toronto: Maxwell Macmillan Canada; New York: Maxwell Macmillan International, ©1992.

Conflitos étnicos segregacionistas nunca tivemos. Revoluções e levantes armados – pontuais, nenhum deles de sucesso se vistos sob a ótica da participação popular, muito menos depois do que a chamada "Nova República", o processo de redemocratização formal ocorrido nos anos 80.

Mas a desconstrução de Fukuyama acontece quando percebemos que este "progresso" natural do Brasil rumo ao ideal democrático não contribuiu para o aperfeiçoamento da participação popular ou para a inserção da população no processo de decisão política. O progresso científico e de "evolução" democrática não contribuiu para o aperfeiçoamento moral e política de nossa população, muito pelo contrário.

As transformações pelas quais o Brasil passou da Colônia até o presente momento trouxeram reconhecimento de novos direitos a camadas que nunca os tiveram. Mas não há conflito por excelência entre poderes políticos se não há antagonismos. Somos enfim regidos por um governo de lei, garantidora de igualdades e da suposta vontade da maioria. A tirania pura e simples é rechaçada por nosso senso comum. Não a consideramos mais legítima como expressão de nossos desejos e vontades e, apesar de pontuais desilusões

De D. João a Luís Inácio, da nomeação de burocratas pela corte do Rei, passando pela votação censitária à consagração formal e materialização da teoria de Fukuyama, uma estrutura social e de acomodação política resistiu a tudo e a todos. Das transformações mais profundas nas sociedades do mundo, do gráfico mais impressionante das ONGs americanas, nada foi capaz de demover o brasileiro de sua relação com o Estado, de sua realidade estamental e de seu caráter patrimonialista e de compadrio. O privado e o público por seis séculos confundem-se, numa garantia de que este deve ser protegido pelo Estado e por seu soberano, num caráter de simbiose que não consegue terminar.

Um povo que nasceu da miscigenação molenga e oleosa, livre de preconceitos pela fusão de raças da península ibérica entre índios que se

mostravam de uma sub-civilização, negros escravos que, por ocasião histórica, submeteram-se a uma escravidão sem grandes revoltas e de portugueses que, historicamente, privilegiavam amigos nas relações comerciais, ainda que sejam menos vantajosas economicamente traz consigo uma herança genética pesada. Antes que os idiotas da objetividade, como dizia Nelson Rodrigues, alertem para as contribuições inegáveis de cada um dos formadores da etnia brasileira, não nos negamos a reconhecê-la. O asseio do índio e seu acesso a remédios naturais, a capacidade laborativa do negro e sua formação absolutamente necessária à monocultura açucareira que possibilitou a viabilidade do projeto Brasil e a construção primordial da nação como a conhecemos, bem como a natureza expansionista e aventureira do português, sua busca ambiciosa pela riqueza e progresso, que fez uma pequena nação ser um dos centros do mundo por certo espaço de tempo, tudo isso é inegável.

Todavia, inegável também é que, ao gerar povos com características que se complementaram, sem antagonismos diretos, conjecturando o espírito conciliador e cordial, criamos um povo não afeito a combates, a explosões revolucionárias e sim ao espírito do acerto. Sim, o acerto, se possível sem intermediários, com vantagens claras, que prezem quem conhece quem em detrimento do mérito ou do caráter agraciador e premiador de caráter ou valor à sociedade e à coletividade que se possa prezar. Não obstante esse caráter de não conflituosidade, a cordialidade brasileira adquire uma faceta única, fruto desta miscigenação um tanto quanto peculiar mas também da prevalência da forma ibérica de cooptação: uma aproximação incestuosa com aquele que pode lhe trazer benefícios e vantagens, passando, inevitavelmente pelo Estado, o eterno provedor e realizador de sonhos desde a época Moderna.

Num primeiro momento era inevitável que estas práticas fossem reproduzidas em nosso país, mesmo porque a estrutura burocrática do Estado português foi reproduzida, integralmente, em nosso país. Portugal consolidou-se como monarquia, condicionada pelo capitalismo proveniente da política. Por uma

série de razões históricas complexas demais para serem discutidas nesta conclusão, a burguesia comercial, associada à Coroa e acabou por juntar riqueza e poder político. Não há quebra de sistema, a revolução pára na forma como a divisão do trabalho é elaborada e como a aristocracia territorial sofre uma devassa da burguesia comercial, com a formação de um novo grupo de domínio, que controla o Estado como se seu fosse. Transportado este sistema, em sua essência, ao Brasil, não há alternativa senão transformarmo-nos antes num Estado do que numa nação. E as conseqüências disso são óbvias e claras em sociedades que possuem esse tipo de formação: a sociedade civil nasce amorfa e sem identidade, incongruente e desorganizada e suas aspirações difusas possuem uma conseqüência básica – a impossibilidade de escapar de sua herança genética cartorial e patrimonialista, que seis séculos só conseguem aperfeiçoar, da forma mais perniciosa possível.

A sociedade civil, neste cenário, encoraja o patrimonialismo de Estado, porque não consegue se enxergar longe dele. Sente-se abandonada, desprovida, descoberta. E o cenário não poderia ser mais propício para a instalação definitiva de um Estado de natureza estamental. Uma autocracia pura e límpida, cujos atores são aqueles que possuam maior capacidade de transitar nos círculos de poder. Neste cenário, as elites propriamente ditas não existem – elas flutuam em torno da única elite que realmente exterioriza-se: a do estamento de um Estado patrimonialista. O estamento burocrático comanda, militariza, dirige, governa e manda, aos olhares sobranceiros de uma sociedade que continua desejando soluções aos seus problemas mais graves mas que, lamentavelmente, não consegue enxergar que estas soluções passam ao largo de um Estado que se comporta desta maneira. O dilema só pode exigir uma solução salomônica mas um paradoxo torna-se inevitável: o brasileiro quer as vantagens, os privilégios e as oportunidades de uma sociedade aberta e que gere riqueza, típica das sociedades de mercado utópicas modernas mas não quer largar mão do estamento

patrimonialista que mais lembra países de segundo mundo.

Ao não conseguir se liberar desta ponte, ao considerar, com nossa formação genética e cartorial de estrutura que o Estado é o fim último de liberdade e viabilidade das aspirações individuais o indivíduo não se reconhece como ator legítimo, executor e destinatário das políticas públicas. Necessário, portanto, um salvador, um príncipe que molde o Estado à sua imagem e semelhança e que facilite a chegada do homem cordial às benesses, vantagens e proteções do eterno Leviatã. Portanto, nada mais natural que a personalização no chefe de Estado de todas as individualidades. Se por um lado há o sufrágio universal, pelo outro esta estrutura de estamento faz de nosso país uma terra instável e sem continuidade, na qual programas e projetos de Estado e governo não são votados e sim pessoas, com a simpatia e a aproximação do poder que elas porventura possam proporcionar. Em casos comuns o soberano vira um empreendedor de políticas populistas porque a população assim deseja. Meramente passageiras e paliativas. Em casos extremos, vira um ditador legitimado, que parece socialista, que se diz socialista mas o único socialismo científico que consegue prover é o "cada qual com seu pão e circo, de acordo com suas necessidades de diversão".

Neste cenário, onde está a democracia? Como conceber que a história terminou e os sistemas liberais venceram quando a síntese desse processo é justamente o contrário? Um sistema de natureza eminentemente autoritária, protegido constitucionalmente, no qual os meandros da máquina pública são dominados por poucos – aqueles que têm acesso à burocracia do Estado e às vantagens patrimoniais que advém desta posição? Como chamar de democrático um sistema político eleitoral cujo regime exclusivista de poder, legitimado por um povo ávido por favores, benesses e cordialidades estatais?

Vivemos, isto é fato, numa autocracia autoritária. E ela opera sem que a população e esta compreendida das classes mais baixas às mais privilegiadas dêem-se conta. É o fim do mito do povo burro que vota em alguém que promete tudo. Se este tipo de atitude é equivalente à inteligência não há disparidade intelectual entre

pobres e ricos. O vetor funciona das duas formas. As classes mais altas votam porque desejam vantagens do Estado, relativamente tão relevantes quanto as classes menos privilegiadas financeiramente. As mais pobres também. Desejam os favores do rei. Um alento. Uma responsabilização direta por suas mazela.

O Estado que manda. O Estado que prestigia. A ordem é completamente inversa se comparada com a das sociedades capitalistas modernas. O brasileiro que vale a pena, que se destaca perante a sociedade é aquele que desenvolve carreira administrativa, mesmo que não faça absolutamente nada de útil nem de utilizável para a coletividade. Mas, por estar inserido na esfera estatal demonstra que tem acesso, que pode fazer um favor, que tem como facilitar as coisas, pode ser cordial e exercer o compadrio na forma direta. A lógica de nossa sociedade é inigualável. Ser considerado vencedor é ter este tipo de relação. Esforço próprio, cartesiano, capitalista, racional, com passos bem dados e pensados não. Como dizia um observador americano que esteve neste mundo esquecido no século passado:

Existe no Brasil uma massa desarticulada que chamarei de povo. É completamente analfabeta. Por isso não tem um padrão próprio de agricultura, zootecnia ou arquitetura. Tem uma idéia muito vaga do resto do mundo a que alguns englobadamente chamam de Paris. Não toma parte na administração pública. Desprovida de terras; em sua maioria, trabalhando por conta de outrem: o patrão ou o chefe político. Existe, porém, outra classe altamente articulada a que chamarei de traidores do povo. São letrados, capazes de compor frases sonoras. Conhecem o conforto das moradias arejadas. Sabem muito mais a respeito do resto do mundo do que de seu próprio país. O governo é a missão para qual julgam ter nascido.¹¹⁴

Não sejamos estóicos a ponto de afirmar que o Estado funcione única e exclusivamente como eldorado máximo de um povo ávido por um encosto. São notórias as experiências de homens versados na iniciativa privada que prestam seus serviços de forma absolutamente necessária e útil ao país. A própria máquina pública oxigena-se deste processo. O que não se defende é o carreirismo, a busca

¹¹⁴NASH, Roy. **A conquista do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1950. p.444-445.

do compadrio e das vantagens. A confusão do público e do privado.

Neste cenário, o brasileiro precisa de alguém que lhe traga conforto e proximidade junto às funções estatais. Antigamente era o coronel, que com seu prestígio de homem famoso e popular dominava as atenções e seduzia os eleitores. Uma vez ocorrida a massificação e o avanço tecnológico esse coronel virou o homem de posses que lidava diretamente com o eleitor e que tinha contato direto com o Estado. Sem intermediários nem capatazes que necessitavam cooptar e lidar diretamente com a lei do facão se o voto não fosse o desejado. A sedução agora é de forma direta. Sem entraves nem comissões. É o aparecimento do neo-coronelismo que em alguns pontos da nossa sociedade é apenas um nome pomposo para definir o coronelismo nos tempos de internet.

O neo-coronel mostra mais uma faceta do brasileiro que se mostra incompatível com a imagem que temos de nós próprios. O brasileiro é seduzido pelo poder, não necessariamente pelo dinheiro. Portanto, se houver algum candidato que se mostre mais poderoso, com maior acesso ao Estado, com capacidade de traduzir este acesso em vantagens pessoais não necessariamente financeiras junto ao seu sedutor-mor, este terá o apoio popular, independente da quantidade de posses que o próprio possua. As eleições viram um processo de cartas marcadas, no qual as oligarquias burocráticas apenas revezam entre si a capacidade de submeter e cooptar o eleitor. Este não tem a menor idéia do que se passa. Entende apenas que necessita colocar alguém que resolva seus problemas. Que materialize seus desejos individuais diretos sem intermediários.

Neste ponto nos diferenciamos daqueles que bradam, sem mesmo aterem-se a conceitos, que as eleições atualmente são frutos e resultados de uma política neo-liberal de mercado, imutável per se, seja qual a intenção e as vis utilidades que este conceito ganha na boca dos que sequer leram Smith e Locke. A interpretação econômica da democracia, segundo a qual ela seria (pós) modernamente caracterizada pela existência de um mercado de escambo político

no qual a relação entre eleitores e eleitos nada mais do que uma troca de interesses meramente financeiros entre ambos¹¹⁵ não é das afirmações mais verdadeiras no Brasil. Porque aqui, mais que o dinheiro, importa o status e o prestígio que o governante possa passar aos governados que necessariamente não precisam ser por troca pecuniária. É uma relação de escambo mas também de domínio do Estado. A democracia representativa, portanto, nada mais pode ser do que a representação de interesses individuais difusos, numa salada geral que se traduz no Legislativo que possuímos e na completa inabilidade do cidadão em ter alguma idéia do que fazem com o mandato que conferiu a outro.

Bobbio dizia:

Soberanos são os partidos, mas como os soberanos de todos os tempos, em Estados nos quais existe uma constituição, também os partidos não são soberanos absolutos. A sua soberania é limitada porque condicionada pela escolha dos eleitores, que os partidos devem saber interpretar.¹¹⁶

Pobre mestre italiano. Tanta sabedoria colocada a prova em um texto que, se visto por nossa ótica, não possui o maior sentido. Num país no qual o pacto contratual pela legitimação do poder personaliza-se na figura do salvador, partidos políticos funcionam como meros portos de aluguel para cumprir uma exigência constitucional que, nos países de democracia mais avançada, sequer existe.¹¹⁷ num país cuja ilustração de poder é personalizada é o que menos importa. Não há programas, ideologias nem interesses planejados. A geléia geral motivada por dois fatores. Um povo que personifica seu príncipe redentor e uma classe política, supostamente privilegiada que, como nosso saudoso observador ianque, crê que a missão para a qual ele foi gerado é o Estado.

¹¹⁵DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper and Row, 1978.

¹¹⁶BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política...** op. cit., 2001, p.471.

¹¹⁷Os exemplos americanos e ingleses, que prescindem de partidos políticos para que um candidato submeta-se ao sufrágio universal são os mais ilustrativos.

Povo torna-se, nesta seara, um conceito ambíguo, simplesmente metafórico para coletivizar aquilo que só pode ser individualizado porque seus interesses diretos são individuais. Se o povo pode ser considerado soberano neste ambiente supostamente democrático como explicar a completa ausência de participação direta ou mesmo indireta nos rumos de um país, que delega a uma elite que não se envergonha em confundir o público com o privado? Ser povo é ser falácia porque abstrai-se e não se enxerga exatamente o que falta em nossa tão malograda sociedade: cortar o cordão. Liberar o vínculo. Falta a organização pura e simples de uma sociedade civil que nasceu a partir de um Estado e não o contrário.

A democracia moderna, brasileira ou não, deve fundir-se, sim, em direitos individuais. Talvez até os mais mesquinhos, de forma que se tornem realidade – o desenvolvimento comercial. O andar por seus próprios pés. A valorização da iniciativa privada e a visão de Estado de um país que não deve deixar seus cidadãos perdidos sem sua mão protetora mas que, ao mesmo tempo, crie instrumentos suficientes para que o progresso científico e tecnológico sejam atingidos, sem detrimento de uns em relação aos outros. O brasileiro precisa entender que é ele que continuará pagando a conta do seu compadrio e de suas vantagens. É ele o principal prejudicado de um Estado patrimonialista de caráter estamental, cujo neo-coronelismo dos burocratas eleitos é cada vez mais latente nas suas entranhas. É o falso malandro. Acha que engana, que se valoriza, que passa a perna mas no fundo é enganado por tudo e por todos. Seus impostos são similares aos países de Primeiro Mundo. O carro pelo qual paga aqui determinada quantia compraria um de luxo na Europa. Precisa esperar cerca de oito anos para receber ações judiciais provenientes de precatórios de um direito que é líquido e certo seu.

Eleições, para nós, são resultados de um processo de escolha que não optamos. O Estado coopta e toma de assalto uma nação que nasceu depois dele. No dilema do ovo e da galinha o parasitismo local e a nacionalização do poder são fatores que saem dos livros de sociologia para a realidade de nossa história.

Leis e eleições não importam. Importam, isto sim, como fazer para sobreviver num ambiente de patrimonialismo dirigido e estamental.

O mundo já falhou quando quis trocar e transformar uma sociedade considerada injusta e hostil ao trabalhador por uma que, na teoria seria livre e justa. Falhou ao agraciar o desenvolvimento como condição natural subsequente ao Consenso do Washington. Não há modelo ideal a ser seguido, que não seja a organização de uma sociedade civil em prol de suas próprias potencialidades, sem confusão entre o público e o privado, sem manutenção de privilégios, sem medo de delegar a terceiros seu próprio destino em troca de favores ou de condições mínimas de sobrevivência. Não, Sr. Fukuyama. A história não acabou. A democracia de cunho liberal não prevaleceu, ao menos neste país. Ou o brasileiro se redescobre ou seu destino é ser, por certo, *The Last Man* e encerrar com chave de ouro a obra do sociólogo norte-americano que delegou a Washington a primazia de liderança nos destinos da humanidade nas sociedades pós-socialistas. E o último homem que restará de uma nação que será, mais e mais, corroída pelo peso do patrimonialismo estatal.

A falácia de digitar números em um artefato eletrônico para exercer a democracia representativa continuará, como se sempre existisse e fosse ad eternum sua perpetuação tecnológica. Talvez, então, poderemos descobrir que nossa grande contribuição ao mundo liberal contemporâneo foi uma só: a hipocrisia consagrada.

5.1 SUGESTÕES PARA PESQUISA E NOVOS TRABALHOS

O autor sugere, segundo a moderna tradição acadêmica, pesquisas teóricas e práticas que dêem continuidade ao presente.

Nesta seara seria interessante o desenvolvimento de um trabalho de campo – estudo de caso – especificamente sobre votantes no Brasil. Uma pesquisa desse gênero, confrontada à presente literatura e as demais que tratam do apreço de nossa

população pela figura do Estado e da personificação de seus desejos e anseios traria um enfoque material, sendo sem dúvida de grande valia, ainda mais se fosse dividida por regiões.

Um outro trabalho diferencial e o próprio autor já começa a vislumbrá-lo para uma eventual tese de doutorado seria um aprofundamento do trabalho de Fukuyama, contrastando com as democracias materiais contemporâneas. É perceptível no mundo atual (e o trabalho poderia delimitar-se ao Brasil ou não) uma tendência natural de refluxo de regimes democráticos para outros visivelmente autocráticos, com a submissão das populações a estados de natureza autoritária e totalitária em troca de melhores condições financeiras e de outros temas, como garantias maiores de segurança, por exemplo. Quem poderia dizer que os habitantes da maior democracia do mundo aceitariam viver num regime virtualmente de exceção, que aceita prisões sem julgamento no mundo pós 11/09? Este novo contrato social está na nossa cara e não parece que estamos caminhando para sermos o último homem mas sim para um sistema de ciclos, no qual os anseios da população mundial remetem a questões que são mais dos tempos monarcas do que contemporâneos: pão e segurança. Como estas novas formas de composição mundial não se limitam a um fim de história pura e simples e a forma de reação do Brasil a esta nova geo-política. Enfim, as possibilidades são inúmeras e muito satisfatórias.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maurício (1981). **Pequena história da formação social brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ALPENDRE, Francisco; DEMETERCO NETO, Antenor; NAGEM, Julio Vinicius Guerra. Estado e desenvolvimento sustentável: o problema da aplicabilidade das normas constitucionais. In: SILVA, Cristian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento sustentável – um modelo analítico integrado e adaptativo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama KURY. 3.ed. Brasília: UNB, 1997. 317p. ISBN: 85230001109, 152

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 6023; NBR 10520. **Referência e documentação**. Disponível em: <www.abnt.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2006.

AVELAR, Lucia. CINTRA, Antonio Octavio. **Sistema político brasileiro: uma introdução**. São Paulo: UNESP, 2002.

BARROS, Carlos. **História da administração pública em Portugal**. Lisboa: Clara, 1958.

BARROSO, Luis Roberto. **O Direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 6.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

BOAS, Franz. **The mind of the primitive man**. Boston/MA: The Macmillan Company, 1911. 294p.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política – a filosofia política e as lições dos clássicos**. 2.ed. São Paulo: Campus, 2001. 712p.

BUSS, Lenisse Isabel. **Os egressos das instituições de educação tecnológica e a contribuição para o desenvolvimento local: um estudo de caso da UTFPR – Campus Medianeira**. 2007. Dissertação de Mestrado - UNIFAE. Curitiba, 2007.

CAMÕES, Luis de. **Os lusíadas**. São Paulo: Martin Claret, 1997.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A lanterna na popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política – a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 699 p.

CARVALHO, Alfredo de. O zoobiblion de Zacharias Wagener. **Revista do Inst. Arq. Hist. Geog. de Pernambuco**, tomo IX. 1904.

CARVALHO, José Carlos de Oliveira. **Orçamento público**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006,

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **O Brasil não é para amadores**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2004. 291p.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim; FRANÇA, Célio. Administração pública no Brasil: exaustão e revigoração do modelo. In: _____ et al. **Estado e administração pública: reflexões**. Brasília: Funcep, 1987.

CASTRO, Ruy. **O anjo pornográfico** – a vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Cia das Letras, 1992. 457p.

CHAUÍ, Marilena. Estado de natureza, contrato social, estado civil na filosofia de Hobbes, Locke e Rousseau. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. p.220-223.

COELHO, Antonio Diogo do Prada. **O romance popular português na obra de Teófilo Braga**. Lisboa: Gomes de Carvalho, 1946.

CORTEN, R. **Tu es Petrus, seu Praecipui ex apostolicis recentiorum summorum pontificum litteris atque orationibus loci, quibus ostenditur Romanus pontifex juris defensor**. Boston/MA: Macmillan, 1901.

CROCE, Benedetto. **La Spagna nella vita italiana durante la rinascenza**. Bari, 1941.

CUSTÓDIO, Antonio Joaquim Ferreira. **Constituição Federal interpretada pelo STF**. 5.ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper and Row, 1978.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado** – ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUBY, Georges: **O tempo das catedrais**. 314 págs. Editorial Estampa, Lisboa, 1979

DURKHEIM, Emile. GIDDENS, Anthony. **Selected Writings**. Cambridge: University Press. Cambridge, 1972. p.218.

ENGELS, Friedrich. **La révolution démocratique bourgeoise em Allemagne**. Paris: Edição Sociales, 1951.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Die Deustche Ideologie. **MEW, B.3.**, Berlim, v.3, 1962.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS. **Anuário da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas**, 1946/1947. São Paulo. Mackenzie, 1978.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo; USP, 1978. 750 p.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. 81 páginas. Jorge Zahar Editor. 2001

FERREIRA, Pinto. **Código eleitoral comentado**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: USP, 1975. p.95.

FREEDOM HOUSE. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=1>>. Acesso em: fev. 2007.

- FREIDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril, 1984
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51.ed. São Paulo: Global, 2006.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global, 2004.
- FUKUYAMA, Francis. **The end of history and the last man**. New York: Free Press; Toronto: Maxwell Macmillan Canada; New York: Maxwell Macmillan International, 1992.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 9.ed. São Paulo: Nacional: 1969.
- GUITTON, J. **Lettere aperte**. Milão: Mondadori, 1995.
- HOBBS, Thomas. **The Leviathan**. London: Oxfords World's Classics, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2004.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro, 2001.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário estatístico do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1960.
- JOHNSTON, Harry H. **The negro in the new world**. New York: Macmillan, 1910.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Nova Cultural. São Paulo, 1973.
- LIMA, E. M. **Sistemas multipartidários e eleitorais democráticos brasileiros em perspectiva comparada 1945-1964 e 1985-1998 (o plano federal)**. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Koethe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MAY, Luiz Phillippe. **Histoire economique de la Martinique**. Paris, 1930.
- MEISEL, James Hans **The myth of the ruling class: Gaetano Mosca and the "elite"**. Michigan: University of Michigan Press, 1962.
- MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Direito administrativo**. 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- MENEZES, Estera Muskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 3.ed. São Paulo, 1999.
- MILL, John Stuart. **On liberty**. Courier Dover Publications. Pág .46. London, 1989

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. V. 1 e 2.

MURPHY, James. **Travels in Portugal, through the provinces of Entre-Douro e Moinho, Beira and Além_Tejo in the years 1789 and 1790**. London, 1901.

NASH, Roy. **A conquista do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1950, p.444- 445.

PIZZORNO, Alessandro. Introducción al estudio de la participación política. **Quaderni di Sociologia**, v.15, n.3-4, jul./dez. 1966.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. 2.ed. São Paulo: Cultrix. 1972.

PORTO, Walter Costa. **História eleitoral do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cia das Letras, 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Orçamento participativo**. Recife: Secretaria de Comunicação Social, 1998. Material explicativo.

RACHE, Pedro. **Homens de minas**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1947. p.103-104.

RAMOS, Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro** – esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro: FGV – Instituto de Documentação da Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO CONSTITUCIONAL. Curitiba: Academia Brasileira de Direito Constitucional, n.3, 2003.

REVISTA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Departamento de História. Sociedade de Estudos Históricos. São Paulo: Editora da USP, 1950.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro** – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia do Bolso, 1997.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Discurso sobre as Ciências e Artes – vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SEÉ, Enrique. **Nota sobre el comercio franco-portugués en el siglo XVIII**. Madri, 1930.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 21.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Hélio. **História da República Brasileira**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1975. V.2.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo, 1957.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugenio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SÓFOCLES. **Antígona**. Trad. de Genaro Godoy. Madrid: Editorial Universitária, 1981.

TELAROLLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_eleicoes_brasil/a_criacao_da_justica/a-criacao-da-justica.html>. Acesso em: 12 jan. 2007.

TYLOR, Edward B. **Primitive culture**. 5.ed. Londres: 1929. p.214.

VARGAS, Getúlio. **De 1929 a 1934**. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1939. p.42.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 15.ed. rev. Hernani Donato. São Paulo: Melhoramentos, 1994.

VIANNA, Luis Werneck (Org). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

WARD, James F. **Language, Form and Inquiry** – Arthur F. Bentley's Philosophy of Social Science. Massachussets: Ed. Boston, 1991.

WEBER, Max. **The ideal bureaucracy in Matteson**. Michael & Ivancevitch, John eds. Management Classics. Santa Monica: Goodyear, 1977.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)